

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
DOUTORADO**

**NARRATIVA JORNALÍSTICA, AGRONEGÓCIO E AMAZÔNIA:**  
peculiaridades do contexto e construção de sentido em jornais de referência

**THAÍS LEOBETH DOS SANTOS**

**PORTO ALEGRE  
2022**

**THAÍS LEOBETH DOS SANTOS**

**NARRATIVA JORNALÍSTICA, AGRONEGÓCIO E AMAZÔNIA:**  
peculiaridades do contexto e construção de sentido em jornais de referência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha Culturas, Política e Significação como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karla Maria Müller

PORTO ALEGRE  
2022

## CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Thaís Leobeth dos  
NARRATIVA JORNALÍSTICA, AGRONEGÓCIO E AMAZÔNIA:  
peculiaridades do contexto e construção de sentido em  
jornais de referência / Thaís Leobeth dos Santos. --  
2022.  
149 f.  
Orientador: Karla Maria Müller.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Jornalismo. 2. Narrativa. 3. Jornais de  
referência. 4. Agronegócio. 5. Amazônia. I. Müller,  
Karla Maria, orient. II. Título.

## **THAÍS LEOBETH DOS SANTOS**

**NARRATIVA JORNALÍSTICA, AGRONEGÓCIO E AMAZÔNIA:**  
peculiaridades do contexto e construção de sentido em jornais de referência<sup>1</sup>

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha Culturas, Política e Significação como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karla Maria Muller (PPGCOM/UFRGS) Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ilza Maria Tourinho Girardi (PPGCOM/UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virginia Pradelina da Silveira Fonseca (PPGCOM/UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Miranda Costa (PPGEM/UFRN, PPGCOM/UFPA)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Camana (DECISO/UFPR)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thaís Helena Furtado (PPGCOM/UFRGS) Suplente

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Para minha mãe, Dulcia Cleonis  
Meu pai, Adão  
Meu filho, Bernardo

## RESUMO

Os fenômenos de destruição ambiental na Amazônia brasileira ganharam destaque no debate público nos últimos anos e elevaram as discussões sobre a participação do agronegócio nesse processo. Essa problemática é tensionada por agentes sociais e peculiaridades do contexto brasileiro na atualidade, colocando as narrativas da imprensa sobre o tema também em evidência. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira na atualidade, a partir de acontecimentos jornalísticos narrados por jornais de referência no ano de 2020, quais sejam: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Para isso, os objetivos específicos são a) refletir sobre o jornalismo enquanto instância de vigilância social e agente que contribui para a construção da realidade; b) abordar perspectivas que tratam o jornalismo como (re)produtor de narrativas, portanto como instância de produção discursiva inserida num sistema simbólico amplo que consolida as relações humanas; c) evidenciar a cobertura informativa que relaciona o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira a partir das significações ofertadas por meio de tensionamentos, vozes e estratégias no texto jornalístico. O percurso de pesquisa é operacionalizado por levantamento bibliográfico (STUMPF, 2010), suporte em análise de conteúdo (BARDIN, 2013) e emprego de uma análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2010, 2013). Os pressupostos teóricos de base vêm da teoria da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2013), das teorias construcionistas do jornalismo (TRAQUINA, 2005), de teorias da narrativa (NUNES, 1995; CULLER, 1999; RICOEUR, 2010) e narrativa jornalística (RESENDE, 2005, 2009, 2011; CARVALHO, 2010a, 2010b, 2012). O universo discursivo exposto no objeto empírico revela o agendamento midiático da relação do agronegócio com a Amazônia, bem como uma construção de sentidos orientada pelos seguintes alinhamentos: agronegócio como setor dividido, visado, principal responsável pelo desmatamento e modelo de produção/modelo institucional, aspecto que se destaca. As narrativas analisadas evidenciam de modo central um processo de argumentação com vistas à desconstrução da imagem do agronegócio e do Brasil como vilões ambientais na realidade amazônica. Concluímos que as narrativas jornalísticas configuram-se como espaços de construção de significações sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira e como dispositivos para a construção de um lugar histórico para o setor na atualidade.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Narrativa; Jornais de referência; Agronegócio; Amazônia.

## ABSTRACT

The phenomena of environment devastation in Brazilian Amazon have gained prominence in the public debate in recent years and have increased discussions on the participation of agribusiness in this process. This issue is pressured by social agents and peculiarities of the recent Brazilian context, which places the press' narratives about the subject also in evidence. Therefore, this research aims to understand the construction of significance upon agribusiness in relation to deforestation and to the fires in the Brazilian Amazon today. This analysis is based on journalistic events narrated by leading newspapers in the year 2020, named: *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo*. To this end, the specific objectives are a) to reflect on journalism as an instance of social surveillance and as an agent that contributes to the construction of reality; b) to approach perspectives that treat journalism as a (re)producer of narratives, hence as an instance of discursive production inserted in a broad symbolic system that consolidates human relations; c) to highlight the media coverage that relates agribusiness to deforestation and to the fires in Brazilian Amazon deriving out of the significance offered through tensions, voices and strategies in the journalistic text. The research trajectory is operationalized by bibliographic survey (STUMPF, 2010), support in content analysis (BARDIN, 2013) and the use of a pragmatic analysis of journalistic narrative (MOTTA, 2010, 2013). The basic theoretical assumption derives from the theory of the social construction of reality (BERGER; LUCKMANN, 2013), from constructionist theories of journalism (TRAQUINA, 2005), from theories of narrative (NUNES, 1995; CULLER, 1999; RICOEUR, 2010) and from journalistic narrative (RESENDE, 2005, 2009, 2011; CARVALHO, 2010a, 2010b, 2012). The discursive universe exposed in the empirical object reveals the media scheduling of the relationship between agribusiness and Amazon, as well as a construction of sense oriented by the following alignments: agribusiness as a divided sector, highly requested, the main responsible for deforestation and for the production/institutional model, aspect that is highlighted. The narratives analyzed show, centrally, an argumentation process in order to deconstruct the image of agribusiness and Brazil as environmental villains in the Amazon reality. In conclusion, journalistic narratives are configured as construction spaces of significations about agribusiness in relation to deforestation and to the fires in Brazilian Amazon and as instruments for the construction of a historical place for the sector nowadays.

**Keywords:** Journalism; Narrative; Leading Newspapers; Agribusiness; Amazon.

## LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 - Composição quantitativa do corpus considerando a distribuição mensal das notícias, reportagens e entrevistas relacionadas ao tema em cada jornal.....	67
Quadro 1 - Conjunto de textos da <i>Estadão</i> submetidos à análise da narrativa.....	77
Quadro 2 - Conjunto de textos da <i>Folha</i> submetidos à análise da narrativa .....	91
Quadro 3 - Alinhamentos de sentido que se sobressaem na construção das narrativas dos jornais .....	103

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal (2020).....	22
Figura 2 - Gráfico com taxas de desmatamento na Amazônia (1988-2020).....	27
Figura 3 - Gráfico com dados de focos de incêndio na Amazônia Legal.....	28
Figura 4 - Mapa das fronteiras de desmatamento da Amazônia Legal.....	29
Figura 5 - Exemplo de texto jornalístico da <i>Folha</i> .....	107
Figura 6 - Exemplo de texto jornalístico do <i>Estadão</i> .....	108

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Pesquisa, contexto, tema e objeto empírico.....	16
1.1 Amazônia e agronegócio: dimensões de uma transformação predatória.....	20
1.2 Um tema comunicacional.....	33
2. Jornalismo e Narrativa.....	38
2.1 Jornalismo e construção da realidade.....	39
2.2 Narrativa.....	47
3. Alinhamentos metodológicos.....	59
3.1 Construção do objeto da pesquisa.....	63
3.2 Delimitação do corpus.....	65
3.3 Acionamentos para uma análise da narrativa jornalística.....	68
4. Exposição da análise e resultados.....	74
4.1 <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	75
4.1.1 A construção de sentidos nas narrativas jornalísticas do <i>Estadão</i> .....	76
4.2 <i>Folha de S. Paulo</i> .....	90
4.2.1 A construção de sentidos nas narrativas jornalísticas da <i>Folha</i> .....	91
4.3 Panorama narrativo do objeto empírico.....	101
Considerações.....	110
Referências.....	118
Apêndice A - Levantamento do estado da arte.....	130
Apêndice B - Quadro geral de textos do <i>Estadão</i> .....	139
Apêndice C - Quadro geral de textos da <i>Folha</i> .....	142
Anexo A - Interface de busca do acervo digital do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	145
Anexo B - Interface de busca no acervo digital do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	146
Anexo C - Primeira página do <i>Estadão</i> na edição de 5 de julho de 2020.....	147
Anexo D - Primeira página da <i>Folha de S. Paulo</i> na edição de 02 de julho de 2020.....	148

## Introdução

Esta tese tem como objetivo geral compreender a construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira na atualidade, a partir de acontecimentos jornalísticos narrados por jornais de referência no ano de 2020. O desmatamento e as queimadas na Amazônia ocorridos nos últimos anos reposicionaram tais fenômenos na crise ambiental global e elevaram os questionamentos acerca da participação do agronegócio. Resultantes de ação humana, são vinculados à implantação de agricultura e pecuária na região, entre outras práticas. A floresta amazônica há décadas é objeto de atenção de diversos países e organizações nacionais e internacionais que monitoram e discutem questões climáticas e outros fatores relacionados ao meio ambiente e às vidas humanas que habitam ecossistemas ameaçados. No entanto, na atualidade, ganha proeminência e se impõe como problemática às instituições que desempenham papéis na dinâmica de construção social da realidade, dentre as quais destacamos o jornalismo.

Para isso, tomamos como objetivos específicos a) refletir sobre o jornalismo enquanto instância de vigilância social e agente que contribui para a construção da realidade; b) abordar perspectivas que tratam o jornalismo como (re)produtor de narrativas, portanto como instância de produção discursiva inserida num sistema simbólico amplo que consolida as relações humanas; c) evidenciar a cobertura informativa que relaciona o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira a partir das significações ofertadas por meio de tensionamentos, vozes e estratégias no texto jornalístico.

Assim, a pesquisa tem como tema a associação do agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia nas narrativas de jornais brasileiros de referência, a saber, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. De modo geral, jornais de referência são aqueles que servem de orientação interna e externa para o conjunto formador de opinião, bem como para os demais meios de comunicação, considerando aspectos do mundo público referentes ao seu país (ZAMIN, 2014). Consideramos que os jornais assumem um papel no enfrentamento de desafios sociais não apenas transformando fatos em acontecimentos jornalísticos, mas também questionando os agentes envolvidos e mobilizando o debate público. Como instituição fundamental em sociedades democráticas e com potencial transformador em sua responsabilidade social, as narrativas (re)produzidas pelo jornalismo que tratam desses fatos complexos são representações pertinentes ao escrutínio da pesquisa acadêmica. Assim, a pesquisa está situada no campo da comunicação, com ênfase no campo de estudos do jornalismo como narrativa.

O exercício de observação empírica é consolidado no exame de notícias<sup>2</sup>, reportagens<sup>3</sup> e entrevistas<sup>4</sup> (COSTA, 2006; MELO; ASSIS, 2016) publicadas entre junho e dezembro do ano de 2020. Tal período contempla os meses de intensificação de práticas de desmatamento e queimadas na floresta amazônica, processos que absorveram considerável visibilidade no ano de 2019, quando os recordes de taxas de monitoramento despertaram um alerta nacional e mundial para a devastação da Amazônia. A realidade representada no período corresponde a uma conjuntura mais ampla, que concretiza projetos e desafia a sociedade contemporânea na transformação de desigualdades sociais e na contenção do aquecimento global, por exemplo, demandas que impactam não somente o limite territorial da Amazônia, mas o planeta.

Em 2019, o país e o mundo atentaram para problemáticas ambientais do bioma Amazônia a partir dos altos índices de queimadas, o que resultou, entre outras ações, em protestos de rua em todo o país e em diversos lugares no exterior. As ações evocavam posicionamentos em defesa da manutenção da floresta amazônica, exigindo ações de proteção ao meio ambiente, aos modos de vida dos povos tradicionais, a atenção da sociedade para o aquecimento global e as mudanças climáticas, bem como contra a política ambiental do governo Bolsonaro. Tais protestos foram noticiados pela imprensa nacional e internacional (AMAZÔNIA REAL, 2019; G1, 2019; G1, 2019; NEXO, 2019; UOL, 2019; ESTADÃO, 2019; THE GUARDIAN, 2019; CLARÍN, 2019).

Em 2020, o assunto se manteve em debate por ocasião de sucessivos alertas de desmatamento e focos de incêndio que indicavam a repetição do cenário ambiental ocorrido no ano anterior. Os alertas eram emitidos especialmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), instituição pública que continuou a ser alvo sistemático de críticas do próprio poder executivo federal. Tudo isso mobilizou a permanência da crise ambiental somada a questões políticas e econômicas, de modo que agentes do agronegócio brasileiro passaram a compor o centro das discussões em função da relação de práticas do setor às origens de tais fenômenos. A transformação da área florestal em área para pecuária ou agricultura corresponde a um ciclo: a floresta é derrubada e o que resta dela é queimado, de modo que o solo passa a ser

---

<sup>2</sup> Relato integral de um fato. Responde às perguntas: quê? quem? quando? como? onde? por quê? É um texto que privilegia a informação considerada mais importante do fato, evitando a cronologia (COSTA, 2006)

<sup>3</sup> Relato ampliado de um fato que gerou impacto na sociedade. Trata-se do aprofundamento de fatos que se destacam no interesse público, com descrição e captação das versões dos agentes envolvidos (COSTA, 2006).

<sup>4</sup> “Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de “apuração” dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando “voz” aos agentes da cena jornalística. O repórter assume a função de “mediador”, assumindo empaticamente o papel de “intérprete” do receptor” (COSTA, 2006, p. 55, destaque do autor).

ocupado por pastagem para o gado ou lavoura. Essa realidade faz com que o agronegócio seja um setor visado nos debates acerca do assunto. Do exterior, tensionamentos políticos e econômicos em torno desse assunto mobilizaram posicionamentos do agronegócio, que teve a exportação questionada, bem como as interações que resultam em investimento interno (G1, 2020; NEXO, 2020; UOL, 2020; FOLHA DE S. PAULO, 2020). Nesse contexto, variados interesses e representações entraram em evidência pelo setor, intensificando uma campanha de defesa, investindo em dizer que o agronegócio<sup>5</sup> brasileiro não é responsável pelo desmatamento e pelas queimadas na Amazônia. A mobilização envolveu tanto atores/instituições privadas quanto públicas, visto que o governo federal, por exemplo, posicionou-se com o setor condicionando a situação à imagem do país (ESTADÃO, 2020; FOLHA DE S. PAULO, 2020; FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Na atual conjuntura, em termos políticos, portanto, a realidade ambiental da Amazônia coincide com os primeiros anos do mandato de Jair Messias Bolsonaro (PL) no governo federal. Um cenário marcado por políticas antiambientalistas, evidenciadas, inclusive, pelo próprio governo. Em reunião entre a presidência da república e os ministros realizada em 22 de abril de 2020, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, propôs:

Então pra (sic) isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só [se] fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra (sic) dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2020, documento eletrônico).

A fala evidencia como estão sendo tratadas questões ambientais e de funcionamento do Estado, bem como a forma como a imprensa é percebida nesse contexto. As declarações foram destaque na imprensa internacional e se tornaram uma marca no tratamento de quaisquer temas ambientais discutidos no Brasil, visto que foi amplamente compreendido como redução de normas de proteção ambiental. Além disso, a metáfora citada é uma expressão “[...] enraizada na cultura dos falantes brasileiros no contexto rural”, como “abrir caminho para a passagem de uma manada de bois” (RIBEIRO; ALMEIDA, 2021, p. 2347, destaque das autoras), aspecto

---

<sup>5</sup> Por agronegócio compreendemos o sistema agroindustrial que reúne o conjunto de operações e de transações envolvidas desde a produção de insumos agropecuários, passando pelas operações de produção em unidades agropecuárias, até o processamento, a distribuição e o consumo de produtos agropecuários naturais ou industrializados (RUFINO, 1999 apud ARAÚJO, 2007).

que potencializou o desgaste do agronegócio brasileiro em relação a questões ambientais, especialmente em razão das ligações com o desmatamento e as queimadas na Amazônia.

Somam-se a essa conduta outras ações do atual governo que desfavorecem a preservação ambiental, como o embate com instituições públicas científicas de monitoramento da Amazônia, cujo trabalho é internacionalmente reconhecido, como o Inpe, em relação à validade dos dados, assim como a extinção da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, a suspensão de convênios com Organizações Não Governamentais, a exoneração de servidores capacitados, a permissão para mineração em Terras Indígenas, os cortes de orçamento, a redução recorde de autuações, a facilitação de licenciamentos e a liberação de agrotóxicos; ainda, a instabilidade na manutenção de acordos internacionais, como o Acordo de Paris (ASCEMA, 2020; OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2020; CLIMA INFO, 2020; RAMOS, 2021; FEARNSSIDE, 2019). Nessa linha estão decisões que atendem demandas do agronegócio e não reconhecem necessidades de conservação ambiental, bem como de manutenção de direitos da população indígena e outras populações tradicionais, que são gravemente impactadas na região amazônica. Nesse sentido, um contexto preocupante, com ampliação de conflitos das diferentes forças que disputam o território amazônico e que atraem o mundo num ponto de impossibilidade de negação ou esquecimento.

Significar à população brasileira o que passa na realidade de desmatamento e queimadas na Amazônia, evidenciando dados, conhecimento científico, bem como os agentes públicos e privados que favorecem tal circunstância, portanto, é função fundamental dos jornais de referência. No mesmo sentido, empenhar-se na ampliação das singularidades que dão forma e vida à região, munindo à sociedade de argumentos que pautem políticas públicas em reconhecimento da importância da preservação ambiental e do respeito às formas de vida que a habitam. Ainda, ampliar o conhecimento e o debate sobre o agronegócio, de modo que seja ampliada a consciência coletiva acerca das problemáticas que o setor envolve. Diante da realidade que se impõe na contemporaneidade, interessa a participação da imprensa nos processos, principalmente a imprensa tradicional, por sua permeabilidade no cenário midiático do país, bem como pelas estreitas relações com setores também tradicionais da economia brasileira, que conferem ao jornalismo por ela praticado certos desafios.

Assim, compreender aspectos da comunicação jornalística diz sobre capturar dinâmicas de interação da sociedade, lugar onde se dão em processos de produção e (re)produção da realidade. Mobilidades que agem no interior dos sistemas de conhecimento, sendo estes, por vezes, atuantes em instâncias dominantes. Um deles provém do jornalismo, prática social resultante de institucionalização e legitimação, cuja centralidade de seu exercício atua no

enunciado dos acontecimentos. Compreendemos esse processo como construção de narrativas acerca do que passa no mundo, cumprindo dimensões de enquadramento. Nesse sentido, observar fenômenos jornalísticos por meio da perspectiva da construção social da realidade possibilita a ênfase na compreensão sobre os meios pelos quais os conhecimentos são consolidados nas sociedades. Esclarece acerca dos processos e de possíveis motivações pelas quais certos conhecimentos são legitimados e hegemônicos, enquanto outros, por vezes, embora tenham atingido a etapa de legitimação, são pouco representativos, pouco reconhecidos. Ora, sendo a realidade construída socialmente e sendo o jornalismo convencionado como uma das instâncias que colabora com essa construção, é imperativo, que, como elucidam as teorias construcionistas do jornalismo (TRAQUINA, 2005), essa prática seja concebida como resultado de dinâmicas de interação social, interiores e exteriores à comunidade profissional.

A narrativa mostra-se fundamental para se reconhecer limites do fazer jornalístico. Assim como atentar para o que a sociedade tem produzido no âmbito do jornalismo, sempre reconhecendo que essa prática é apenas uma na construção da realidade. Empreender uma análise da narrativa jornalística implica conhecer origens e alinhamentos teóricos acerca de narrativa, bem como salientar as características de uma narrativa e como podem ser relacionadas ao produto jornalístico. Para essa e outras demandas de documentos e conhecimento sistematizado, empreendemos um levantamento bibliográfico (STUMPF, 2006), que, segundo a autora, resulta num compêndio que orienta e confere identidade à pesquisa.

O presente relato de pesquisa é organizado a partir desta introdução, sucedida de quatro capítulos e as considerações. O primeiro é dedicado aos fatores de pesquisa, contexto, tema e objeto empírico que evidenciam aspectos de base do desenvolvimento da tese. Inicialmente, são tratados aspectos que qualificam a pesquisa social e expostos fenômenos contemporâneos que desafiam o campo da comunicação social. A abordagem consta de uma exposição de informações e fatores que evidenciam a dimensão das questões ambientais da Amazônia, bem como a permeabilidade do agronegócio na região. Tal movimento é importante para a consolidação desses elementos enquanto tema de narrativas jornalísticas. Instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) são fontes fundamentais, entre outras acionadas para esse construto. Tratamos, assim, do contexto amazônico, do tema – a representação jornalística do agronegócio associado ao desmatamento e às queimadas na Amazônia –, e do objeto empírico, qual seja, jornais brasileiros de referência.

No segundo capítulo, situamos concepções teóricas sobre jornalismo, ancoradas na teoria da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2013), pertinente à

compreensão das interações e instâncias que contribuem para isso. Acionamos autores que contribuem à reflexão sobre o jornalismo enquanto narrativa (BIRD; DARDENNE, 1999; TRAQUINA, 1999, 2005; MOTTA, 2010, 2013; RESENDE, 2009, 2011) entre outros, assim como são acionadas contribuições sobre narrativa oriundas de outras áreas (NUNES, 1995; CULLER, 1999; RICOEUR, 2010).

Dedicamos o terceiro capítulo à reflexão metodológica, baseando-nos principalmente nas concepções de Braga (2016) para a incursão aos processos e elementos que configuram a pesquisa. Passamos à explicitação dos procedimentos empregados na construção do corpus de pesquisa, na sistematização dos dados, assim como os procedimentos orientados para uma análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2010; 2013). Trata-se de perspectiva que posiciona o pesquisador como leitor e instiga ao reconhecimento de distintas camadas que configuram as histórias<sup>6</sup> (re)produzidas no jornalismo. Narrativa é aqui trabalhada não somente em um caráter estrutural, mas como uma ideia, uma construção de sentidos que não começa nem termina no interior da disposição verbal plasmada pelo texto jornalístico.

A análise da narrativa jornalística empreendida é evidenciada no capítulo quatro. A sistematização consta de uma introdução, seguida da exposição da análise de cada um dos jornais, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, respectivamente. Nesse movimento, inicialmente, articulamos uma descrição panorâmica do corpus e passamos à exposição dos sentidos construídos na dinâmica das narrativas jornalísticas. Ao final do capítulo, um panorama narrativo do objeto empírico evidencia os resultados da análise, sucedido pelas considerações. O universo discursivo exposto no objeto empírico evidencia uma construção de sentidos orientada por alinhamentos do agronegócio como setor dividido, visado, principal responsável pelo desmatamento e modelo de produção/modelo institucional, aspecto que se destaca. As narrativas evidenciam de modo central um processo de argumentação com vistas à desconstrução da imagem do agronegócio e do Brasil como vilões ambientais na realidade amazônica.

---

<sup>6</sup> Em conformidade com as abordagens de Motta (2010, 2013), referência teórica-metodológica de narrativa jornalística que exerceu principal influência no percurso investigativo exposto, usamos o termo história para diferenciar de história (da historiografia). História, embora remeta à produção narrativa com tendência mais inventiva, é então empregada para tratar das histórias promovidas pelas narrativas jornalísticas. No entanto, outros autores citados usam história no lugar de história, circunstâncias que mantivemos conforme os textos originais em citações.

## 1. Pesquisa, contexto, tema e objeto empírico

A construção de um percurso investigativo começa antes mesmo de colocarmos as ideias mais concretas no papel. É um exercício de reflexão acerca de métodos, procedimentos, teorias e conceitos que oferecem um delineamento à observação dos fenômenos comunicacionais. Em nosso campo, empregamos contribuições de variadas áreas do conhecimento, o que pode ser visto, por um lado, como uma fraqueza ou uma carência, por outro, pode dizer sobre a riqueza de conexões possíveis e, por vezes, fundamentais, visto que nossos objetos são parte de um contexto dinâmico, de realidades em constante transformação. Posicionamo-nos na segunda perspectiva. Integramos um campo consolidado, ciente de que a realidade social é resultado de interações constantes e por isso delimita o olhar investigativo pelo viés da Comunicação Social, sem se isolar de outras áreas. Com isso, é pertinente ter consciência da abrangência, limitações e possibilidades de uma área de pesquisa, bem como das demandas. Assim, atentamos ao nosso campo, a Comunicação, e aos fundamentos do Jornalismo enquanto prática social, histórica e culturalmente orientada:

A contemporaneidade nos aprisiona no contingente, no movediço, na liquidez dos conceitos mobilizados freneticamente. A complexidade do vivido produz problematizações e dissemina contradições por todos os lados. Para estudar as culturas nestes tempos de globalização e aprimoramento contínuo das tecnologias da informação e da comunicação, precisamos reconhecer seu papel na fragmentação e na reconfiguração dos dogmas, dos comportamentos e dos valores em sociedades, as quais se dizem abertas, plurais e democráticas (MÜLLER et al, 2010, p. 117).

Em se tratando da pesquisa social, reconhecemos algumas características fundamentais, que auxiliam no direcionamento a ser dado ao exercício analítico e compreensão dos resultados. Para Minayo (2009, p. 12), cabe destacar, em primeiro lugar, que “o objeto das Ciências Sociais é histórico”. A autora salienta que cada sociedade humana está condicionada a um determinado espaço e possui modo particular de organização, assim como sociedades existentes em uma mesma época, partilham características. Nesse sentido, “as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo”.

Cada período histórico é marcado por fenômenos particulares, mas que são também conectados ao passado e indicativos do futuro. No universo comunicacional, o jornalismo, suas práticas e construções das quais participa constituem um âmbito específico de tensão, tanto por sua potência quanto por suas fragilidades. Assim, compreender as narrativas que caracterizam um tema na mediação ofertada pela prática social diz sobre capturar dinâmicas que respondem

por tomadas de decisão, definições e escolhas que às vezes resultam em impactos na vida de toda uma população, e se mostram conectados com fatos antecedentes. Portanto, uma questão social é dotada de caráter provisório em tudo que a envolve, “[...] por isso, também, as crises têm reflexo tanto no seu desenvolvimento como na decadência das teorias sociais que as explicam (pois essas também são históricas)” (MINAYO, 2009, p. 12).

Nesse sentido, o objeto das ciências sociais possui consciência histórica. Isto é, não somente o investigador é capaz de atribuir sentido ao trabalho intelectual por ele realizado: “todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas dão significado a suas ações e as suas construções, são capazes de explicitar as intenções de seus atos e projetam e planejam seu futuro” (MINAYO, 2009, p. 13). Assim como são caracterizados pela identidade entre sujeito e objeto. Minayo ressalta que a pesquisa nas ciências sociais trabalha com humanos que são orientados pela cultura de classe, faixa etária, entre outros motivos, que constituem “[...] um substrato comum de identidade com o investigador”, o que os faz partes solidárias e comprometidos uma com a outra.

Já que constituído de consciência, capacidade de transformação e participante de processos, o caráter ideológico é uma das principais definições do objeto das ciências sociais em relação a outras; permeia interesses e visões criadas historicamente (MINAYO, 2009). Ideologia é um conceito fartamente estudado e vinculado a diversas perspectivas intelectuais. Não trazemos uma abordagem ampla, no entanto, explicitar um delineamento conceitual é fundamental como suporte para os imbricamentos de ideologia, poder e comunicação que perpassam o tema de interesse da presente tese. Ao refletir sobre o paradoxo da ideologia, Silva (2014, p. 314) conclui:

A ideologia é, ao mesmo tempo, doutrina, visão de mundo e crítica da negação ou encobrimento da realidade, e ocultação e negação de alguma realidade. Esse processo se dá por meio de aparelhos ideológicos, [...], dispositivos de comunicação cujos conteúdos são absorvidos pelos indivíduos com algum grau de autonomia, e não necessariamente segundo um vetor racional e objetivo.

Minayo (2009, p. 14) acentua ainda que “a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”, sobre a qual as ciências sociais possuem competência para realizar uma aproximação à complexidade dessas existências em sociedade, mesmo que de modo incompleto. Suas práticas calcam-se, assim, nas expressões humanas que constam nas estruturas, processos, representações, bem como em expressões subjetivas, em símbolos e significados, conclui.

Nesse universo dinâmico, novas configurações desafiam a construção de conhecimento. Novos objetos exigem novos olhares, mas também velhos objetos coabitam com as novidades e demandam ressignificações. As teorias são superadas. Ou seja, novas perguntas de pesquisa são criadas “[...] à medida que os problemas que nós, como sociedade, consideramos mais importantes mudam com o tempo”, destaca Priest (2011, p. 27). Sociedade e ciência estão, assim, em constante movimento de construção de saberes. E nesse compêndio de fenômenos e reflexões necessárias e possíveis, situamos nosso interesse no espectro de práticas abrangidas pela comunicação. De acordo com França (2016, p. 158), a comunicação é “um processo de globalidade, em que sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela”. Para a autora, essa concepção é compreendida como interação: ação referenciada de modo recíproco, inscrita pela mediação simbólica, pela linguagem; práxis humana, produção de experiência, uma ação com o outro marcada pela reflexividade, e tem a linguagem como meio, mediação, que torna possível a interação. Em tempos de protagonismo público de posições anticiência e antiambientalismo, potencializados por desinformação, não são poucos os desafios da comunicação, em especial do jornalismo.

Popularmente chamada fake news, a “notícia falsa”, como é traduzida na língua portuguesa, é elemento central de um fenômeno de desinformação que ganhou destaque no cenário das eleições presidenciais estadunidenses em 2016 e passou a constituir um desafio ao jornalismo. Não há consenso entre profissionais e pesquisadores acerca da expressão e das características que a definem, assim como também “notícias falsas” não são novidade. No entanto, o pertinente é que se trata de componente de ações amplamente disseminadas no mundo, potencializadas pelas atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e movimentos antidemocráticos, cujas consequências são evidentes em variados contextos, inclusive em argumentos embutidos no debate público sobre a realidade de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira (COSTA; NÓBREGA; HOLANDA, 2021). Conforme Seibt (2018, p. 12), “perdeu-se o sentido do que é notícia – e do que é verdadeiro ou confiável”. A autora explica que dessa realidade surgiram ações organizadas de verificação de fatos coordenadas por jornalistas, o chamado fact-checking, caracterizado como exemplo de enfrentamento por parte do jornalismo.

Esse contexto, que inclui ainda outros fatos, em sua maioria políticos, desencadeou questionamentos para outro termo e fenômeno, também polêmico e intrigante para o âmbito de processos comunicacionais: pós-verdade. Para o Oxford Dictionaries, pós-verdade foi a palavra do ano em 2016, tendo como significado a alusão a circunstâncias nas quais a influência na

opinião pública não provém dos fatos objetivos, mas, especialmente, de apelo às emoções e às crenças. Para os estudiosos desse fenômeno da atualidade Guareschi, Amon e Guerra (2017, p. 13), “a realidade da comunicação sempre ocupou um espaço central na história das formações sociais humanas e está assumindo, nesse momento histórico, novas configurações surpreendentes e desafiadoras”. Tal empreendimento é mencionado em um texto analisado em nossa pesquisa e constitui coerência com uma parcela dos argumentos encontrados na análise: “O governo atual se especializou em disseminar a ‘pós-verdade’ para eximir-se da responsabilidade pelos graves problemas que o país enfrenta. E isso em nada contribui para que tenhamos as soluções necessárias” (ESTADÃO, 23/09/2020, p. A11).

Tais conceitos não são discutidos em nosso estudo, mas precisam ser lembrados, visto que ajudam a descrever o contexto no qual emergem desafios contemporâneos institucionais. Para Leal e Barbosa (2019, p. 105), a crise do jornalismo na atualidade é “[...] resultado da dúvida sobre a sua possibilidade de produzir um discurso verdadeiro, aliada à valoração das crenças em detrimento dos fatos” e “traz incertezas para o campo midiático que deixa de ser lugar de produção das verdades do mundo”. Ou seja, há contestação de aspectos básicos da prática jornalística e os fundamentos que a legitimam. E que tem exigido verdadeira batalha contra a desinformação.

As articulações de nosso campo em torno desses fenômenos tiveram pouco tempo para serem estruturadas até a chegada da pandemia do novo coronavírus<sup>7</sup>, realidade marcada pela disseminação massiva de conteúdos falsos relacionados à saúde - como é o caso das vacinas (LUPA, 2021) - divulgados como notícia e amplamente identificados como produto do intuito criminoso de desinformação. Assim, ainda num cenário de incertezas, de discussões em torno de como resgatar a credibilidade do jornalismo, como mostrar para a sociedade atual a sua importância, bem como identificar demandas e possibilidades de (re)configuração, novos desafios emergiram. Trata-se de um contexto brasileiro e internacional que se intensifica com a crise sanitária e amplia o escrutínio do campo. Os profissionais da comunicação são desafiados nas suas práticas cotidianas, especialmente, pelo risco de contágio, restrições de mobilidade e a necessidade de distanciamento social, atendendo a uma demanda pública de informação e sob a desconfiança de uma parcela da sociedade. Uma realidade que evidencia a consolidação do projeto de globalização do mundo e que em 2022 se une aos simbolismos do

---

<sup>7</sup> Emergência sanitária informada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 (OMS, 2020). Em maio de 2022, a Organização anunciou que cerca de 14,9 milhões de pessoas em todo o mundo morreram em consequência direta ou indireta da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 (ONU NEWS, 2022). No Brasil, 679.536 foram confirmadas como vítimas fatais até 04 de agosto de 2022 (CONASS, 2022).

empreendimento da Guerra da Ucrânia<sup>8</sup> desencadeada pela Rússia. Concomitantemente, outro desafio global segue ininterrupto: a devastação ambiental.

### **1.1 Amazônia e agronegócio: dimensões de uma transformação predatória**

O agronegócio, em seu perfil hegemônico, não combina com a Amazônia. E é dessa aproximação forçada que tem emergido alguns dos maiores desafios socioambientais do Brasil. Uma problemática que vem do século passado, especialmente do projeto de ocupação populacional acompanhado de expansão da fronteira agrícola movido pelos governos da Ditadura Militar (1964-1985) no país. Projeto esse que foi mantido vivo, dinâmico, efetivo durante décadas até ser alçado novamente ao centro do poder político nacional.

Na contramão da experiência constitucional, que deveria avançar para um modelo de sociedade com vistas ao respeito às diversas formas de vida que configuram a identidade brasileira, bem como ao reconhecimento da importância da preservação ambiental, entre outros aspectos que incidem no bem-estar social, a atualidade ganha contornos evidentes de oposição a esses valores. Destes, destacamos a realidade de desmatamento e de queimadas na floresta amazônica, fenômenos intensificados nos últimos três anos, elevando os dados de monitoramento a patamares históricos. Tais eventos ganharam a atenção dos brasileiros e do mundo, mas dividindo argumentos, interesses e representações. E é nesse contexto, tornado ainda mais peculiar em função da pandemia do novo coronavírus, que se eleva a importância e a necessidade de um olhar atento ao comportamento da imprensa de referência diante das problemáticas que envolvem a Amazônia e principalmente a um dos agentes que mais a impacta, o agronegócio em seu modelo hegemônico.

Mas, para chegarmos nesse ponto, fez-se necessário primeiro buscar um panorama da caracterização da região amazônica, bem como dos dados científicos de monitoramento da floresta e estudos que argumentam sobre a realidade preocupante gerada pela devastação. Assim, a seguir, discutiremos sobre os fatos que singularizam essa região e evidenciam a gravidade da ação humana. Ainda, a participação do agronegócio enquanto principal fonte dos processos de destruição nessa problemática, aspecto que centraliza o interesse temático em

---

<sup>8</sup> A ofensiva russa contra a Ucrânia teve início em 24 de fevereiro de 2022, com os objetivos de “desmilitarizar e desnazificar” o país invadido, elevar o reconhecimento da Crimeia, garantir a independência das regiões separatistas que formam o Donbass e evitar a entrada da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Impactos econômicos e geopolíticos atingem todo o mundo em cinco meses de guerra (CNN, 2022; NEXO, 2022; G1, 2022).

nossa pesquisa. Tais conhecimentos são fundamentais para uma compreensão acerca das narrativas que jornais de referência (re)produzem diariamente sobre o tema.

Em termos de delimitação territorial oficial, a floresta amazônica é contemplada pelo bioma Amazônia, pela organização internacional chamada Pan-Amazônia e pela Amazônia Legal. São três representações, com objetivos distintos, e que permitem diferentes ângulos para o conhecimento das dinâmicas da região, bem como para as maneiras pelas quais o Estado a gerencia. Vejamos as diferentes dimensões que oferecem.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bioma<sup>9</sup> Amazônia corresponde a 49% do território brasileiro e contempla a maior floresta tropical do planeta Terra. Com isso, equivale a  $\frac{1}{3}$  das reservas de florestas tropicais úmidas, abrigo da maior biodiversidade do planeta. Totaliza 20% da disponibilidade mundial de água, bem como grandes reservas minerais. Suas formas de vida demandam especial equilíbrio, portanto, são sensíveis à interferência humana. Localiza-se, predominantemente, na região norte do Brasil. Além disso, “abriga o maior número de povos indígenas isolados, e é lar do rio mais volumoso do mundo” (O ECO, 2020, documento eletrônico).

Em sua totalidade territorial, integra o conceito Pan-Amazônia, cuja extensão maior pertence ao Brasil (61,9%), seguido de Peru (11,4%), Bolívia (8,5%), Colômbia (6%), Venezuela (5,5%), Guiana (2,5), Suriname (1,7%), Equador (1,5%) e Guiana Francesa (1%). Corresponde a aproximadamente 7,8 milhões de km<sup>2</sup> e população de 38 milhões de habitantes. Nesse formato institucional, são contempladas florestas tropicais, áreas de influência da bacia do rio Amazonas e critérios políticos administrativos, resultando na abrangência de áreas não florestais (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021).

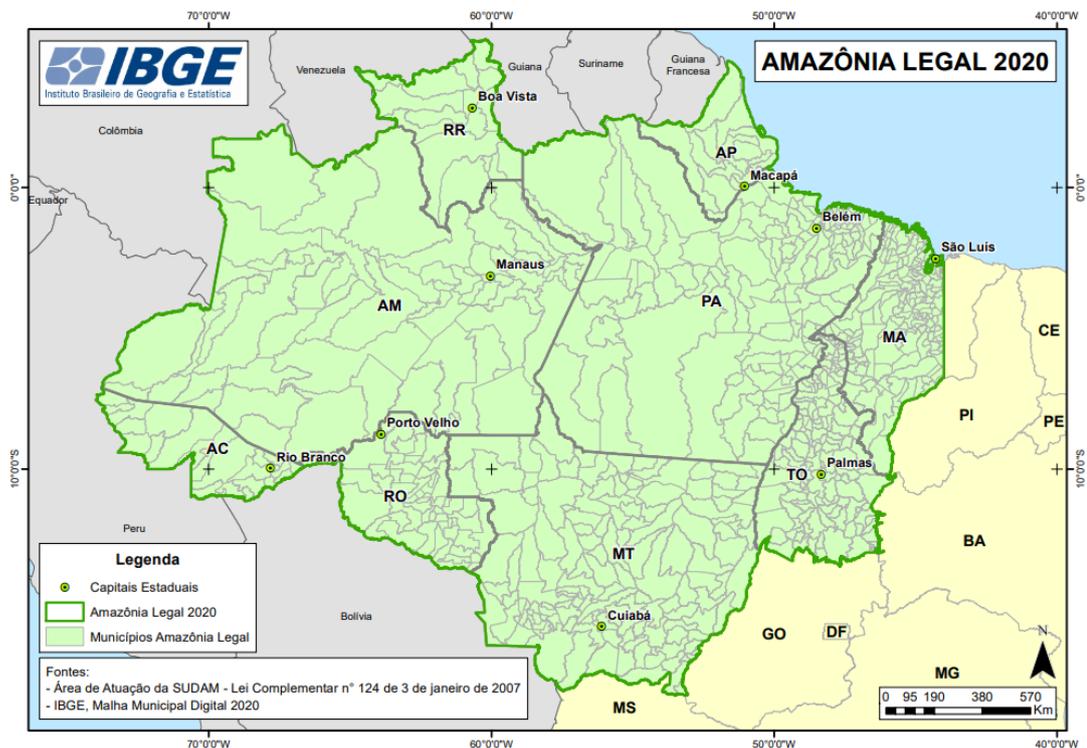
No Brasil, a área do bioma compõe a chamada Amazônia Legal, cujo adjetivo é empregado com a finalidade de diferenciar a delimitação espacial definida por legislação da região amazônica organizada pela extensão do bioma ou pela bacia hidrográfica, assim como para diferenciá-la da Amazônia Internacional. O termo foi incorporado somente em legislações contemporâneas, como o Código Florestal, de maio de 2012 (Lei n. 12.651). A região da Amazônia Legal é de competência da União, que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 43, pode articular ações considerando-a um mesmo complexo geoeconômico e social, com vistas ao desenvolvimento e à redução de desigualdades regionais. Sendo assim, foi

---

<sup>9</sup> “Bioma é um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria. Em nosso país podemos encontrar seis tipos de biomas: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal” (IBGE, s/d, documento eletrônico).

instituída para delimitar geograficamente a região política captadora de incentivos fiscais para promoção de desenvolvimento (IBGE, s/d). De acordo com dados do Instituto, a Amazônia Legal abrange 772 municípios pertencentes a nove estados brasileiros, e se divide em Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e Amazônia Oriental (Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins), em superfície que corresponde a aproximadamente 58,9% do território brasileiro. O mapa (figura 1) evidencia a abrangência territorial, que avança ao sul e a leste da delimitação do bioma. Em termos demográficos, nas últimas cinco décadas, a população da Amazônia Legal passou de 7,13 milhões para 28,11 milhões. Representa, assim, 13,3% da população brasileira (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021).

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal (2020)



Fonte: IBGE.

Diversos segmentos socioambientais caracterizam este território, que é composto por 45% de Áreas Protegidas, que se distribuem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (11%), Proteção Integral (8%), Terras Indígenas (23%), Áreas de Proteção Ambiental (3%) e Terras Quilombolas (0,2%). Possui também áreas com Cadastro Ambiental Rural (26%), assentamentos rurais (8%), área militar (1%) e outras (20%) (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021). Atualmente, é administrado pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão responsável por coordenar e acompanhar a implementação das políticas públicas

dedicadas à referida área. Foi recriado em onze de fevereiro de 2020 e integra o gabinete da vice-presidência da República, sendo, portanto, coordenado atualmente pelo vice-presidente Hamilton Mourão (Partido Republicanos) (BRASIL, 2020).

A Amazônia Legal abrange as fronteiras internacionais do Arco Norte brasileiro, caracterizado por dimensões continentais, conexões fluviais como forma majoritária para deslocamento e baixa densidade populacional (NEVES et al, 2016). Do ponto de vista da Segurança Pública, uma área marcada por conflitos, ilegalidades, como tráfico de drogas, e pouca presença do Estado. De acordo com a Estratégia Nacional da Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), “seria desejável um modelo de segurança público (sic) que trabalhe de forma articulada a uma forma de desenvolvimento que permita aos habitantes possibilidades de bem-estar e de condições de reprodução cultural e ambiental” (NEVES et al, 2016, p. 40). Embora seja dedicado principalmente à faixa de fronteira pertencente ao chamado Arco Norte<sup>10</sup>, a pesquisa que originou o referido documento evidencia questões ligadas à toda a dinâmica social que se organiza a partir da floresta amazônica. Ou seja, alguns fatores se dão em função de aspectos ambientais. Os pesquisadores avaliam que

A contínua adoção de políticas herdadas de períodos anteriores apontam na direção inversa, isto quer dizer, a maneira pela qual desenvolvimento e defesa nacional foram pensadas seguindo a máxima de “ocupar para não entregar” teve efeitos desastrosos no âmbito da segurança pública. Esta herança tem como legado uma estruturação conflitiva que produz boa parte dos problemas que se encontram atualmente no Arco Norte, sendo traduzidas nas grandes desigualdades sociais que formaram alianças entre poderosos grupos que transitam entre a ilegalidade e a delinquência e que atuam de forma pouco republicana com as populações relegadas a conviver com diversas formas de violência sociais e políticas (NEVES et al, 2016, p. 40).

A realidade descrita remete à soberania, palavra que acompanha abordagens sobre a Amazônia, muito em função da presença dos limites estatais brasileiros, situados no meio da floresta. Uma região estigmatizada, marcada como rota do tráfico de drogas internacional, e por violência. Silveira e Strassburger (2013) identificaram cinco argumentos discursivos e categorias implicadas às fronteiras internacionais da região Amazônica: ausência do Estado, risco à soberania, ilegalidades, migração de fronteiriços (via natureza selvagem), presença da guerrilha, povos indígenas. Ou seja, vieses (re)produzidos via jornalismo com tendência à

---

<sup>10</sup> É composto por cinco estados brasileiros: Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre, que fazem fronteira com sete países, a Guiana Francesa, o Suriname, a República da Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia. “Os municípios do Arco Norte apresentam grandes extensões, fato que faz a faixa de fronteira, que é normalmente convencionalizada em 150 km a partir da linha de fronteira, apresentar em certos trechos do Arco Norte 700 km de extensão no interior do território nacional” (NEVES et al, 2016, p. 36).

marginalização. Ao analisarem abordagens da região amazônica publicadas em 2008 por revistas de circulação nacional, as autoras concluem que

A desconstrução da cobertura jornalística permite verificar a forte presença do estigma fronteiriço, evidenciando-se o fascismo social na preocupação recorrente de tapar as fissuras da nacionalidade múltipla e fraturada desde sempre. É possível constatar como sua prática discursiva pode ser considerada como incitadora do Estado nacional a realizar projeção de poder na Amazônia (SILVEIRA; STRASSBURGER, 2013, p. 243).

Nos últimos anos, fatos dessas naturezas têm dividido espaço acentuadamente na imprensa com fatos ambientais. A devastação da floresta amazônica em sua porção brasileira tem se destacado como cobertura jornalística a nível nacional e internacional. Especialmente em 2019, o significativo aumento do desmatamento e das queimadas mobilizou protestos de rua em diversas capitais e em outras cidades do país, além de diversos lugares no mundo, principalmente, em frente a embaixadas brasileiras (AMAZÔNIA REAL, 2019; G1, 2019; G1, 2019; NEXO, 2019; UOL, 2019; THE GUARDIAN, 2019; CLARÍN, 2019). Com isso, criou-se um cenário de debates acerca das problemáticas da Amazônia, com destaque para a porção brasileira, que corresponde a mais da metade da sua totalidade. Ou seja, o Brasil tem significativa parcela de responsabilidade no que tange aos esforços para manter a floresta. Formou-se com isso uma arena de discursos que adentrou o ano de 2020, visto que o desmatamento e as queimadas se mantiveram em altos índices, chegando a superar recordes do ano anterior. Diferentes alinhamentos se sobressaíram, partindo de uma posição negacionista e vitimizada do governo federal brasileiro (CLIMA INFO, 2020; G1, 2019; FOLHA DE S. PAULO, 2020; FOLHA DE S. PAULO, 2020; ESTADÃO, 2020) em oposição a argumentos científicos que respaldam os dados de monitoramento e a importância da floresta para a região da América na qual está inserida, bem como para impactos climáticos em termos globais, em função do aquecimento global e das mudanças climáticas<sup>11</sup>, além dos prejuízos diretos às populações que habitam a região amazônica (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2019; CNN, 2020; NEXO, 2020; RAMOS, 2021; FEARNSSIDE, 2019).

Os índices, que apresentavam potencial de queda, passaram a apresentar inversão de deslocamento orientados a sucessivos alertas de aumento. Não somente os órgãos emissores de

---

<sup>11</sup> “Quando aumenta a concentração de gases na atmosfera (por exemplo, do gás carbônico), o efeito estufa fica mais intenso e, portanto, fica mais difícil o calor ir para o espaço. Essa diferença causa o aquecimento da baixa atmosfera, elevando a temperatura média da Terra e causando mudanças climáticas” (INPE, s/d, documento eletrônico).

“As mudanças climáticas antropogênicas, ou seja, aquelas causadas pelo homem, estão associadas ao aumento da emissão de gases de efeito estufa por queima de combustíveis fósseis (dos automóveis, das indústrias, usinas termelétricas), queimadas, desmatamento, decomposição de lixo etc” (INPE, s/d, documento eletrônico).

dados da devastação ambiental se sobressaíram no debate público, mas também setores empresariais, especialmente vinculados ao agronegócio, visto que um dos objetivos de desmatamento na Amazônia é a transformação da terra para agricultura e pecuária. Mas é pertinente destacar que outras práticas ilegais desafiam também a manutenção da floresta amazônica, como a histórica extração de madeira viabilizada pelo setor madeireiro (VALDIONES et al, 2022) e questões fundiárias, ancoradas, em sua maioria, pela prática de grilagem. Ainda, a mineração constitui outra exploração regional, uma realidade histórica, amplamente marcada pela dinâmica de garimpos ilegais, que atualmente avançam com rapidez sobre terras indígenas.

Em termos climáticos, a maior porção da floresta amazônica, que corresponde à parte localizada no Hemisfério Sul, caracteriza-se por uma estação chuvosa, entre novembro e março, e por uma estação considerada seca, que vai de maio a setembro; apresenta temperatura média entre 24°C e 26°C (NOBRE et al, 2009). Conforme Nobre et al (2009, p. 02), “as florestas da Amazônia desempenham um papel crítico na regulação do clima regional e global”.

O conhecimento sistematizado nesse sentido descreve as dinâmicas identificadas cientificamente que dimensionam a participação do complexo sistema ambiental da Amazônia para a manutenção dos seres vivos. Em relatório e avaliação científica acerca do futuro climático da Amazônia, Nobre (2014) enfatiza cinco descobertas científicas sobre a floresta, fundamentais para compreender a dimensão da sua importância e a urgência de preservação e recuperação do percentual degradado. Em primeiro lugar, “a floresta mantém úmido o ar em movimento, o que leva chuvas para áreas continente adentro, distantes dos oceanos”. Em segundo, “a formação de chuvas abundantes em ar limpo. As árvores emitem substâncias voláteis precursoras de sementes de condensação do vapor d’água, cuja eficiência na nucleação de nuvens resulta em chuvas fartas e benignas”. O terceiro aspecto diz sobre resistências climáticas: “a sobrevivência da floresta Amazônica a cataclismos climáticos e sua formidável competência em sustentar um ciclo hidrológico benéfico, mesmo em condições externas desfavoráveis”. No quarto lugar, explica que “a floresta amazônica não somente mantém o ar úmido para si mesma, mas exporta rios aéreos de vapor que transportam a água para as chuvas fartas que irrigam regiões distantes no verão hemisférico”. Por fim, os motivos pelos quais a região amazônica, bem como os oceanos próximos, não estimula “a ocorrência de furacões e outros eventos climáticos extremos”, são fatores relacionados às capacidades de dosagem, distribuição e dissipação da energia dos ventos pela floresta. O autor destaca que “todos esses efeitos em conjunto fazem da majestosa floresta Amazônica a melhor e mais valiosa parceira

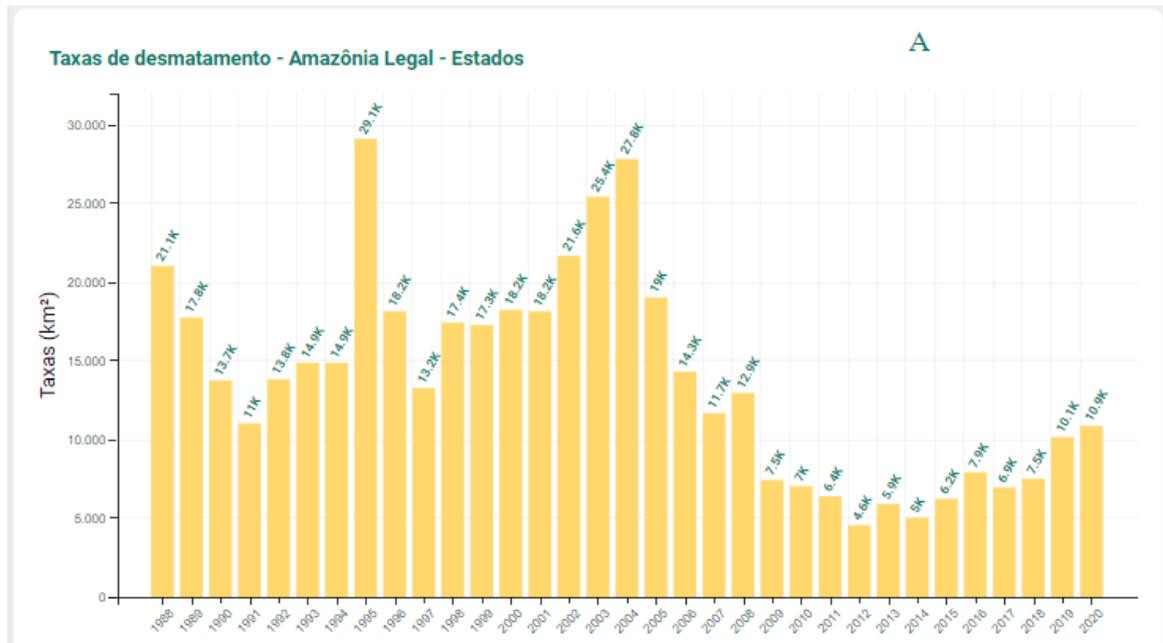
de todas as atividades humanas que requerem chuva na medida certa, um clima ameno e proteção de eventos extremos” (NOBRE, 2014, p. 05).

Portanto, “a discussão sobre desmatamento passa longe de dúvidas sobre seus evidentes efeitos diretos e indiretos na redução das chuvas e recai sobre a extensão da área desmatada” (NOBRE, 2014, p. 22), aspecto que torna paradoxal a devastação da floresta especialmente através do agronegócio. Enquanto setor que diz respeito à agricultura e à pecuária, há um direcionamento contrário às próprias condições de produção das quais demanda. Conforme explicam também os pesquisadores Nobre, Marengo e Artaxo (2009, p. 01, destaque dos autores), “o desmatamento causa uma grande redução na evaporação da estação seca. O regime de chuva e nebulosidade de floresta não perturbada é similar ao de um oceano tropical, o que nos leva a chamar a Bacia Amazônica de “oceano verde””. De acordo com os autores, o desmatamento não é apenas uma mudança do uso da terra, mas sim uma transformação no funcionamento do ecossistema amazônico, cujo principal impacto se dá nas chuvas e no ciclo hidrológico. Entre outros aspectos, “a Amazônia desempenha um papel importante no funcionamento do clima da Terra” (NOBRE; MARENGO; ARTAXO, 2009, p. 01).

No cenário nacional, diferentes setores da sociedade têm se posicionado. Instituições científicas públicas responsáveis pelo monitoramento, emissão de dados e alertas sobre a realidade ambiental da Amazônia nos últimos anos passaram a ser questionadas pelo próprio Governo Federal e a sofrer consideráveis alterações em cargos de direção, bem como redução impactante de investimento. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) esteve no centro dessa situação e passou a ser alvo sistemático de ações do executivo, como a exoneração do diretor Ricardo Galvão e o interesse em contratação de monitoramento externo paralelamente ao realizado pela instituição (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2019; ASCEMA, 2020). Criado nos anos 1960, o Instituto, reconhecido internacionalmente e com parcerias em diversos países, desenvolveu tecnologias de ponta para o monitoramento da Amazônia, bem como de outros biomas, com capacidade para obtenção de diversas informações.

O Inpe monitora a floresta desde 1998, e mantém a divulgação das taxas de desmatamento. O gráfico (figura 2) demonstra as taxas consolidadas de desmatamento da Amazônia Legal. As máximas registradas pela série histórica ocorreram nos anos 2004, 2005 e 2007, entre os meses de maio e dezembro. Ou seja, período de redução das chuvas. O gráfico demonstra que no ano de 2002 é desencadeada uma série de nove anos com índices altíssimos, mesmo que tenha se ampliado a presença do Estado, a tecnologia, o conhecimento, o monitoramento, bem como os acordos internacionais de redução da devastação ambiental.

Figura 2 - Gráfico com taxas de desmatamento na Amazônia (1988-2020)



Fonte: Terra Brasilis, Inpe.

O gráfico evidencia a tendência de aumento do desmatamento. No ano de 2020, não somente os dados de 2019 são confirmados, como sucessivos alertas para repetição de altas taxas de desmatamento são emitidos e confirmados pelos relatórios subsequentes. Portanto, nestes dois anos se consolida uma conjuntura de intensificação de práticas ilegais que se ocupam de extrativismo, grilagem de terras<sup>12</sup>, uso do fogo em manejos de transformação do uso da terra, ações que incidem diretamente na vida dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais que habitam historicamente a região.

O fenômeno das queimadas, em grande medida, está relacionado a práticas agropecuárias, principalmente à limpeza de pasto:

Os focos de calor são monitorados pelo Inpe para detectar queima de áreas já desmatadas para atividade agropecuária (especialmente limpeza de pasto), queimadas de cerrados e incêndios florestais. Entre 2010 e 2020, ocorreram em média 128 mil focos de calor por ano, para um total de 1,5 milhão de focos. Os anos com maiores focos foram 2010 (215 mil) e 2017 (149 mil). Ao considerar os focos em áreas de floresta, que podem estar ligados ao desmatamento recente, os anos com mais focos foram 2010 (65 mil) e 2020 (51 mil) (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021, p. 21).

<sup>12</sup> Grilagem de terras é “[...] a apropriação privada, irregular e criminoso de terras públicas. A referência deriva de uma prática antiga usada para fraudar documentos de terra, que eram colocados numa gaveta com grilos para sofrerem ação dos insetos, conferindo-lhes aspecto antigo para que parecessem verdadeiros. Atualmente grileiros empregam novas estratégias para adulterar documentos. Assim, grandes áreas de terra pública ainda são reivindicadas por meio de documentos falsos” (IMAZON, 2019, documento eletrônico).

O gráfico (figura 3) evidencia a dimensão adquirida por esse fenômeno na série histórica de monitoramento e registro de dados, iniciada em 1998, que salienta uma sequência de aumentos a partir do ano de 2018, quando a redução se aproximou dos menores patamares já registrados. Os primeiros anos do século XXI foram marcados por taxas que superaram o dobro de anos anteriores. É evidente que uma mudança significativa ocorreu na realidade de 2001, desencadeando um período composto por cinco anos e que apresentou as maiores taxas registradas. De 97.443 focos de incêndio em 2001 passou-se para 218.163 em 2002. Reduções significativas foram verificadas em 2008 e 2009, porém em 2010 dobrou novamente. Nos dez anos seguintes (2011 a 2020), a quantidade de focos manteve alguma estabilidade, não ultrapassando 150.000 por ano. No entanto, os resultados dos últimos anos indicam tendência de aumento. A realidade vai em sentido contrário à emergência de preservação ambiental necessária à manutenção da existência da floresta amazônica e à redução de impactos do aquecimento global, como defendem instituições científicas e ambientais públicas e da sociedade civil – Inpe, Ibama, ICMBio (ASCEMA, 2020)<sup>13</sup>; Ipam, Observatório do Clima, Imazon, Isa, ICV, Imaflora (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, s/d)<sup>14</sup>. Em 2018 foram 90.408, seguido de 2019 com 126.089 e 2020 com 150.783 – a última vez que havia passado de 150 mil foi em 2010.

Figura 3 - Gráfico com dados de focos de incêndio na Amazônia Legal



Fonte: Programa Queimadas, Inpe.

<sup>13</sup> Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

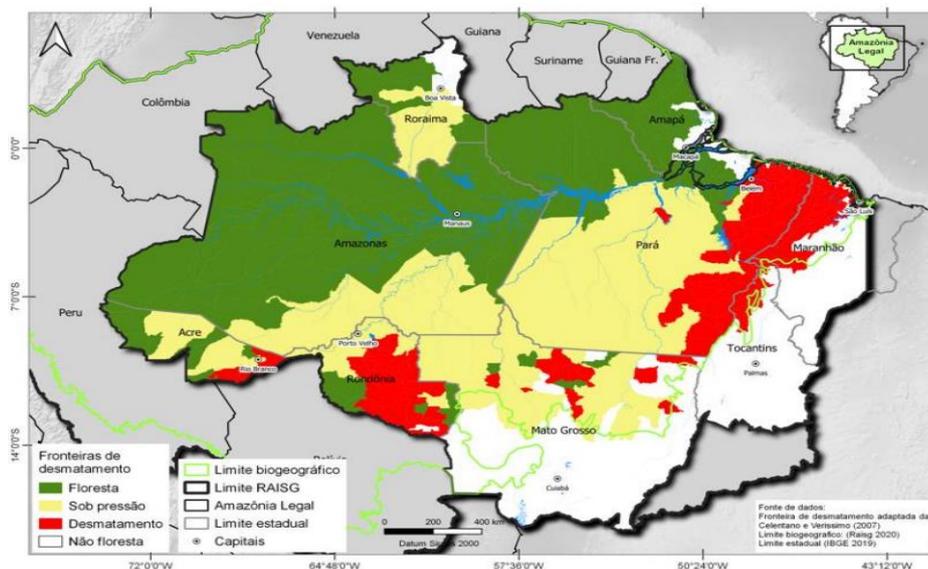
<sup>14</sup> Instituto Ambiental de Pesquisa da Amazônia; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Instituto Socioambiental; Instituto Centro de Vida; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.

Em julho de 2021, o Inpe deixou de ser o órgão do governo responsável pela emissão de alertas sobre focos de incêndio. A responsabilidade passou a ser atribuída ao Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Tal fato expõe o interesse da atual gestão em sobrepor o Mapa ao Ministério do Meio Ambiente, o que não foi efetivado integralmente via mudanças institucionais, mas viabilizado a partir de um projeto consolidado por grupos para os quais as leis ambientais costumam ser consideradas um entrave, como é o caso do agronegócio.

Os levantamentos históricos resultam no delineamento das fronteiras do desmatamento (figura 4), no qual é evidente o avanço de transformações sobre a floresta, o que se dá no sentido centro-periferia em relação ao restante do território nacional.

Atualmente, a Amazônia Legal é dividida em 75% de área coberta por floresta, seguida de 17% por cento de área destinada à agropecuária. Outros 5% são de formação natural não florestal, seguidos de 2% de área de corpos d'água, além de 0,2% de formação não vegetada. Entre 1985 e 2019, mais de 721 mil km<sup>2</sup> de florestas passaram a ser área de agropecuária. Em se tratando somente de agricultura, a área plantada ou com destino à colheita mais que dobrou nas últimas duas décadas. Em 2000, era de 84.921 km<sup>2</sup>, em 2019 estava em 224.782 km<sup>2</sup>. A maioria desse quantitativo de área agrícola (74%) está no estado de Mato Grosso. Os dados econômicos do setor acompanham a ampliação da área: no início do milênio, a renda bruta total era de R\$ 6,4 bilhões que ascenderam a R\$ 84,3 bilhões até 2019 (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021).

Figura 4 - Mapa das fronteiras de desmatamento da Amazônia Legal



Fonte: Santos, Salomão e Veríssimo (2021).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2000 e 2018, os biomas brasileiros perderam em torno de 500 mil km<sup>2</sup> em cobertura natural. A perda de maior dimensão, no que diz respeito a números absolutos, se deu no bioma Amazônia, onde foram extintos 269,8 mil km<sup>2</sup> de cobertura natural. Em 2000, a cobertura florestal da área total da Amazônia era de 81,9%; em 2018, estava reduzida a 75,7%. A cobertura florestal foi substituída principalmente por áreas de pastagem, que saltaram de 248,8 mil km<sup>2</sup> para 426,4 mil km<sup>2</sup> nesse período de dezenove anos. Ao final, o saldo foi negativo para os seis biomas do país, porém com tendência de redução da magnitude no decorrer dos anos, exceto na realidade dos biomas Pampa e Pantanal.

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro oriundo do agronegócio foi equivalente a 26,4% (CEPEA/CNA, 2022), o que representa 6% de aumento em relação ao ano anterior e evidencia o salto econômico no período. No cenário correspondente ao primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, o setor ganhou notoriedade como parcela da economia que não sofreu prejuízos, enquanto os demais setores mergulharam em desafios em função da crise sanitária. Em relação ao rendimento do setor na região amazônica, Santos, Salomão e Veríssimo (2021, p. 18) explicam que “o desmatamento às vezes é justificado como sendo um mal necessário à produção agropecuária e ao desenvolvimento econômico”, no entanto, acrescentam, “desde 2010 houve inversão nas curvas de PIB e desmatamento. Ou seja, quando o desmatamento diminuiu, o PIB real per capita cresceu”.

O agronegócio, em sua forma hegemônica, no Brasil, é resultado de um processo de transformação do cenário agrícola, iniciado na década de 1960, quando os gestores das propriedades rurais começaram a mudar da diversificação e autossuficiência para a dependência externa de insumos. O aumento da demanda tecnológica, estrutural, científica, técnica, entre outros, foi aos poucos intensificado para o suprimento do mercado, assim como o enfrentamento da globalização e da internacionalização da economia. É definido como conjunto de operações e de transações envolvidas “[...] desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “in natura” ou industrializados” (RUFINO, 1999 apud ARAÚJO, 2007, p. 16, destaque do autor). De acordo com o autor, até a segunda metade da década de 1990, foi citado por livros e jornais brasileiros como *agribusiness*, dada origem estadunidense da sua definição. Atualmente, agronegócio é um termo popularizado.

Conforme Araújo (2007), os componentes dessa cadeia produtiva articulam-se, portanto, numa estrutura de três âmbitos: antes da porteira (composto por fornecedores de insumos, serviços, máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, sementes,

técnica, financiamento); durante a porteira (preparo e manejo do solo, plantação, irrigação, colheita, criação, entre outras); e, após a porteira (armazenamento, consumo de produtos alimentares, fibras, produção de energia, transformação, distribuição, publicidade, bolsas de mercadorias etc). As justificativas se voltam para a crença de que um sistema econômico conduzido por essa perspectiva agrega valor à cadeia produtiva e liga os setores, conferindo-lhes melhores rendimentos.

Porto-Gonçalves (2006) critica o modelo de produção dominante na atualidade. Para o autor, o gerenciamento da economia pela lógica da grande produtividade produz questões que implicam o âmbito da cultura, dos modos de vida, da relação do homem com a natureza e entre os povos:

Esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifúndios exportadores (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 243-244).

A reconfiguração do meio rural brasileiro e das formas de produção vinculadas à agricultura e à pecuária ganham, assim, novos contornos. O contexto que consolida os elementos do desenvolvimento rural no Brasil a partir da virada para o século XXI é sintetizado pelos pesquisadores Grisa e Schneider (2015, p. 14):

Nos anos 2000, o cenário é mais complexo e multifacetado. Convivemos ainda com dilemas e desafios que marcaram a formação econômica e social do Brasil e, particularmente, o processo de modernização da agricultura; vivemos um período de pujança da economia do agronegócio; narrativas liberalizantes interagem com uma retomada da intervenção dos Estados Nacionais; a diversidade social, cultural e econômica do meio rural brasileiro vem à tona, exigindo o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, etc.; “florescem” grupos sociais reclamando direitos e a atuação do Estado; crescem os espaços de participação social, expressando o amadurecimento democrático da sociedade brasileira, mas lançando constantemente novos desafios à gestão pública no sentido de contemplar diferentes atores, ideias e interesses; e exigem-se, cada vez mais, processos que coadunem a dimensão ambiental, social, econômica e cultural.

Os autores expõem assim a complexidade da realidade brasileira, a partir de uma formação plural que ganha proeminência, mas, no entanto, não protagoniza todas as dimensões de desenvolvimento de modo equilibrado, como evidenciam os fatos, especialmente nos últimos anos. Muitos desses fatores compõem a dinâmica amazônica. Embora múltiplas vozes

tenham adquirido alguma visibilidade e reconhecimento neste início de século, formando um mosaico mais próximo do que compõe a realidade de modos de vida no Brasil, a desigualdade com que são atendidos pelas políticas públicas impõe desafios.

O setor do agronegócio possui ampla representatividade no cenário político brasileiro. O exemplo de maior destaque é a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), formada por 249 deputados federais e 39 senadores da República. As frentes parlamentares caracterizam-se como associações de parlamentares de diversos partidos que visam debater sobre um tema de interesse da sociedade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Esse grupo é conhecido como bancada ruralista. Ciocari e Persichetti (2020, p. 1) sintetizam a dimensão da permeabilidade dessa bancada no cenário político brasileiro e salientam a coesão que a caracteriza:

Uma onda conservadora tem aparecido com mais força no cenário político brasileiro. Os representantes da Bancada Ruralista ingressam na esfera político-partidária e consolidam-se no cenário nacional. Esses atores políticos estão entre os mais votados no congresso mais conservador pós-85 e têm grande poder decisório na Câmara dos Deputados. Percebemos que a Bancada apresenta uma coesão interna sempre com grande poder de mobilização que não pode mais passar despercebida na política nacional. O poder exercido nas terras a fim de manter a estrutura fundiária dá lugar ao autoritarismo em votações no Congresso. O curral eleitoral sai dos campos e vai para Brasília.

Ao elencar ações do governo Bolsonaro relacionadas à Amazônia, Ramos (2021) expõe o apoio da bancada ruralista ao presidente, aspecto que proporcionou, por exemplo, uma alternativa para a desistência da proposta de fusão do ministério do Meio Ambiente ao ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, avaliada por ruralistas influentes como um risco às exportações do setor do agronegócio: “O governo [...] transferiu parte das atribuições relacionadas à gestão das florestas e à implementação do Código Florestal para o Ministério da Agricultura, controlado pela bancada ruralista” (RAMOS, 2021, documento eletrônico). Esse é apenas um exemplo da vinculação do governo de Jair Bolsonaro à Frente Parlamentar da Agropecuária. A autora destaca a realidade da representação política que historicamente submete as questões ambientais da floresta amazônica aos interesses de ruralistas:

O ímpeto de flexibilizar os marcos legais socioambientais sempre esteve presente no legislativo federal, unindo os interesses de diferentes setores econômicos que dependem, ou se beneficiam, da destruição da floresta, assim como dos que atuam na ilegalidade. Não há, por outro lado, setores empresariais que atuem na defesa dos direitos socioambientais. Mesmo o que se convencionou chamar de “agronegócio moderno”, representado por algumas empresas engajadas em processos de construção de padrões e certificações ambientais, comprometidas com uma agenda de sustentabilidade ambiental, não se mobiliza ou logra ter dimensão política para incidir nas decisões, que são tomadas pelo segmento patrimonialista mais atrasado, que

controla a representação do setor no parlamento (RAMOS, 2021, documento eletrônico, destaque da autora).

Com isso, percebemos um percentual de fatores e grupos sociais envolvidos na complexidade da região amazônica, além da situação climática do planeta, que somados formam o desencadeamento de uma realidade que necessita de amplo debate público e representação política.

## **1.2 Um tema comunicacional**

No campo da comunicação, algumas abordagens evidenciam a cobertura que o tema tem recebido no noticiário brasileiro. De acordo com a análise de Costa (2008), a mídia impressa que cobriu desmatamentos e queimadas na Amazônia entre 1970 e 2002 produziu, em sua maioria, matérias descritivas e factuais, tendo órgãos governamentais como principais fontes. Instituições de pesquisa e Organizações Não Governamentais (ONGs) passaram a compor as fontes no final da década de 1980, consolidando-se nos anos 1990, juntamente com o campo político, cujas vozes já eram tradicionais. No período, pequenos agricultores, fazendeiros, indígenas, madeireiros, bem como as instituições que representavam, tiveram papel secundário nas matérias, apresentando-os de modo alternado entre vilões e vítimas. O período compreendido, bem como os resultados da análise, remontam a uma historicidade que começa a ganhar forma durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), com um modelo de desenvolvimento (ocupação humana e econômica) que favoreceu ações dos fazendeiros no processo de transformação da floresta amazônica em área de pastoreio: esse modelo “aparece entre os meios científicos como o grande responsável pelo processo de desmatamento que se desencadeou ao longo das últimas três décadas na Amazônia” (COSTA, 2008, p. 52).

Em uma análise de conteúdos jornalísticos sobre modelos sociais e econômicos caracterizadores do meio rural no Brasil a partir do movimento Abril Vermelho, Aguiar (2019, p. 110) concluiu que “o modelo social e econômico do Agronegócio foi o escolhido como referência pela elite política e econômica do Brasil e esse posicionamento tem sua face visível nas coberturas e publicações dos jornais nacionais e estaduais”. Portanto, evidencia significações do setor que têm sido construídas pela imprensa. Os processos que construíram a realidade que temos atualmente têm sido acompanhados por pesquisas acadêmicas de nosso campo, que evidenciam tais empreendimentos. Ao buscar por critérios de noticiabilidade tomando como base o jornalismo ambiental, Angelo (2020) constatou a Amazônia como um

campo discursivo em disputa e a consolidação de uma proposta de Estado para a Amazônia, que foi sendo implementada especialmente após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Como vemos, a cobertura da Amazônia, de fenômenos ambientais e desafios climáticos contemporâneos vem sendo observada por pesquisadores a partir do jornalismo ambiental. Amaral, Loose e Girardi (2020, p. 9) destacam que

A forma como se dá a cobertura jornalística sobre o tema pode contribuir para o debate público e a discussão de políticas, assim como a própria sensibilização da sociedade sobre a complexidade e dimensão das mudanças do clima. Como arena de mediação social, a frequência, os enfoques, as relações construídas a partir do tema e as demais escolhas que permeiam a prática jornalística podem fazer a diferença (AMARAL; LOOSE; GIRARDI, 2020, p. 9).

Tal argumento mostra-se consolidado, visto os debates que geraram engajamento social no cenário de intensificação das queimadas na Amazônia brasileira em 2020. Em pesquisa sobre o tema, Regattieri (2021), a partir de uma preocupação especial com a dimensão das políticas atuais para as comunidades indígenas da região amazônica, analisou as dinâmicas da rede social Twitter no período mais crítico das queimadas. Entre outros aspectos, constatou que veículos de imprensa tradicionais impulsionam o circuito de comunicação que interliga redes sociais digitais e outras formas digitais, como conteúdo jornalístico originado nos portais de jornais de referência: “[...] o ciclo de propaganda participativa apresenta maior engajamento dos usuários à medida que a cobertura da imprensa tradicional aumenta ao longo do período de intensificação de focos de incêndios” (REGATTIERI, 2021, p. 53). Tais conteúdos são suporte para campanhas pró-meio ambiente na plataforma. Além disso, ao mapear o que considerou ecossistema de propaganda participativa, empreendido por grupos bolsonaristas e militares, identificou o setor do agronegócio como um dos principais agentes de desinformação.

Os estudos evidenciam uma triangulação formada pelos fatos sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira, o agronegócio e o tratamento ofertado por jornais de referência. Fenômenos que são unidos por aspectos atuais, mas também são objeto histórico da construção de uma realidade imaginada que nos últimos anos passou a ser materializada. Tal setor mostra-se como parcela dessa problemática que se mantém em ascendência quanto aos objetivos que empreendem em território amazônico, apesar de um reconhecimento nacional e internacional sobre seus impactos no desmatamento e nas queimadas, bem como foi alçado a uma posição de destaque, ainda maior da que já ostentava, por ocasião do desempenho em meio a maior crise sanitária mundial em um século, somada a representatividade que possui junto a atual gestão federal, que explicita o interesse em comprometer o meio ambiente em prol da

ampliação da potência agropecuária do país. Assim, tendo vista a emergência ambiental da Amazônia quanto aos desmatamentos e às queimadas e a reiterada argumentação científica de que o cenário atual se caracteriza em fundamental momento de tomada de consciência, bem como as evidências científicas que comprovam a participação do agronegócio nos processos de devastação da floresta amazônica (RAJÃO et al, 2020; SALOMÃO et al, 2021), direcionamos nossa inquietação às construções sobre o agronegócio em relação a esses fenômenos (re)produzidas por jornais de referência.

Considerando o cenário exposto, quais versões das narrativas públicas envolvidas são (re)produzidas em jornais de referência na cobertura informativa que associa o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia? De que modo as vozes são articuladas e contribuem na representação do setor nessa problemática?

Com essas questões, encaminhamos como objetivo geral compreender a construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira na atualidade, a partir de acontecimentos jornalísticos narrados por jornais de referência no cenário de 2020. Para isso, tomamos como objetivos específicos são a) refletir sobre o jornalismo enquanto instância de vigilância social e agente que contribui para a construção da realidade; b) abordar perspectivas que tratam o jornalismo como (re)produtor de narrativas, portanto como instância de produção discursiva inserida num sistema simbólico amplo que consolida as relações humanas; c) evidenciar a cobertura informativa que relaciona o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira a partir das significações ofertadas por meio de tensionamentos, vozes e estratégias no texto jornalístico.

Para tal, tomamos como objeto empírico dois jornais brasileiros de referência: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. São dois dos periódicos mais antigos do país ainda em circulação, mas que atualmente atuam também a partir de variadas modalidades digitais por meio da internet. Distanciam-se de outros pela dimensão das organizações empresariais das quais fazem parte, os conglomerados midiáticos. Jornais de referência apresentam cinco atributos: contrato de informação centrado em tradição, credibilidade, seriedade, reflexão e orientação internacional; em relação à forma, apresentam hierarquia da informação, diagramação sóbria, sofisticação estilística e apelo cosmopolita; quanto às instâncias de produção, concentram-se nos jornalistas, no espaço público e em fontes diversas; têm como lócus de observação o espaço público, a política, a economia e as relações internacionais; destina-se ao leitor competente do mundo, possuidor de saberes complexos, agente social, líder de opinião, jornalistas e meios de comunicação (ZAMIN, 2014). Para Kunczik (2002),

apresentam quatro características fundamentais dos jornais modernos: publicidade, atualidade, universalidade e periodicidade.

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em quatro de janeiro de 1875, com o nome de A Província de São Paulo. Foi criado por um grupo de republicanos com objetivo de “criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão” e com isso estabelecer uma linha de caracterização ao jornal, que, segundo seu posicionamento institucional, o orienta até a atualidade: “fazer da sua independência o apanágio de sua força” (ESTADÃO, s/d, documento eletrônico). É conhecido como *Estadão* e integra o Grupo Estado. De acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), em 2020, obteve circulação média total de 239.395 exemplares, sendo a distribuição média mensal digital de 151.942 e impressa de 87.453 exemplares, configurando a posição de jornal com maior tiragem impressa no país.

Quase cinquenta anos depois do *Estadão*, foram realizados os primeiros empreendimentos que viriam a consolidar a *Folha de S. Paulo*, e hoje ambos fazem parte de um pequeno grupo de jornais no país que resistem às mudanças dos hábitos de consumo de informação que predominam na contemporaneidade. A história da *Folha* começa então em 1921, com a fundação da Folha da Noite, seguida da criação da Folha da Manhã, edição matutina, em 1925. Em 1939, é fundada a Folha da Tarde. Em 1º de janeiro de 1960, os três jornais são fundidos e resultam no surgimento da *Folha de S. Paulo*. Conforme a descrição institucional, “a Folha estabelece como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apertado e pluralista” (FOLHA, s/d, documento eletrônico). O periódico integra o Grupo Folha. De acordo com o IVC, encerrou o ano de 2020 com circulação total de 337.854 exemplares diários, sendo a distribuição média mensal impressa de 71.185 exemplares e 266.669 assinaturas digitais.

Em sua investigação centrada nesse objeto comunicacional, Batista (2017) identificou a *Folha de S. Paulo* entre os principais veículos brasileiros de referência considerando uma rede de informação com os países vizinhos, Argentina e Uruguai, portanto, no protagonismo no critério de referência internacional. O *Estado de S. Paulo* também constou no levantamento empreendido, porém em menor representatividade. Conforme explica o autor, em função da credibilidade e dos recursos que possuem os jornais de referência, “as notícias publicadas por essas empresas são utilizadas como fontes de informações por seus pares, os quais replicam implícita ou explicitamente os seus enquadramentos” (BATISTA, 2017, p. 19-20).

Nos últimos anos, esses jornais foram tensionados a reconfigurações, acompanhando um cenário que abrange os veículos de comunicação em todo o mundo. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) expandidas especialmente nas últimas duas décadas têm

assim ocasionado tensionamentos ao jornalismo. É uma circunstância que passa pelas atribuições do jornalista, que deixou de atuar de modo segmentado para a aptidão de produzir para diferentes modalidades, bem como por transformações nos modos de consumo de informação, mediadas pela tecnologia digital e pelo acesso à internet. Nesse quesito, a imprensa de referência encontra-se estabelecida e com representação nos diversos segmentos de mídia e redes sociais digitais, por exemplo. Nesse contexto, embora em circulação, as versões impressas dos jornais continuam desafiadas. Ao pesquisá-los no contexto tecnológico atual, Dalmaso (2017, p. 175) avalia que “a responsabilidade desses jornais, o poder de pautar a agenda pública e a projeção e repercussão que suas notícias tomam são fatores consideráveis e motivos suficientes para a cobrança de um jornalismo de mais qualidade”. Observa ainda que a perda de credibilidade que tem atingido os jornais de modo gradativo, somados às possibilidades de acesso à informação na internet, são aspectos que estão resultando em desafios à referência.

Apesar da parcela de imposição que vem das tecnologias, parece-nos que o cenário ainda é permeado de incertezas. O caráter simbólico da principal forma por meio da qual o jornalismo foi viabilizado até a virada do século, o impresso, produz uma significação que não foi completamente substituída. Em tempos de potencialização de fake news, fenômeno que se concretiza predominante no ambiente digital, formas tradicionais parecem contribuir com um pouco de credibilidade para o discurso jornalístico e o debate de problemáticas sociais, como vimos com a discussão sobre as queimadas na floresta amazônica. Assim, concordamos com Rodrigues (2013, p. 271), quando argumenta que a Amazônia brasileira tem “posição central nessa discussão e o jornalismo possui papel fundamental nas sociedades democráticas, na medida em que pode contribuir no processo de promoção e ampliação do debate junto à opinião pública sobre um tema crucial para a nossa época. O autor destaca a necessidade de rompimento com uma perspectiva caricata com a qual a Amazônia, por vezes, é tratada, e salienta que “precisamos de uma imprensa comprometida numa cruzada contra a ausência histórica de políticas públicas eficientes e que levem em conta as reais necessidades da Amazônia” (RODRIGUES, 2013, p. 288).

Com esta exposição do quadro temático e empírico que configura a pesquisa, passamos ao panorama teórico (capítulo 2), com vistas aos delineamentos de jornalismo com os quais estabelecemos filiação. A seção contempla ainda suporte teórico de interface com a narrativa.

## 2. Jornalismo e Narrativa

Toda narrativa é uma construção, seja no plano de uma criação profissional, seja no plano da realidade social. Portanto, enveredamos por concepções de narrativa que buscam não somente o texto, mas a comunicação em contexto. Nesse sentido, narrativa não é somente forma e conteúdo, mas um conjunto de elementos que atuam dentro e fora da representação simbólica; se completam no encontro com o leitor, o ouvinte, o telespectador e/ou o internauta. No percurso teórico, buscamos aproximações entre jornalismo e narrativa, com a finalidade de compreender também o caminho que alguns autores têm percorrido para ampliar o conhecimento sobre essa perspectiva.

Quando observamos o caminho epistemológico nos estudos brasileiros, encontramos uma construção disciplinar consolidada, porém que se constitui ainda no início do percurso, para a construção de uma epistemologia narratológica que considere a multidisciplinaridade, como salienta Motta (2017). No entanto, é possível conjugar as observações de autores que caminham para um mesmo ponto: o reconhecimento da característica narrativa do jornalismo. Assim, o aporte teórico no âmbito das teorias do jornalismo corresponde, especialmente, ao conhecimento sistematizado por Traquina (1999, 2005), dimensão na qual concordamos com o paradigma construtivista.

Estudos e reflexões de pesquisadores estrangeiros do século XX mostram-se atuais para a compreensão das narrativas jornalísticas na atualidade, como Bird e Dardenne (1999) e Tuchman (1999). No âmbito dos estudos de jornalismo no Brasil, tomamos como principais orientações teóricas as reflexões de Motta (2004, 2010, 2013, 2017), que somamos a outros estudiosos brasileiros da narrativa, como Resende (2005, 2009, 2011) e Carvalho (2010, 2012). Em consonância com as bases desses autores, buscamos nas concepções de Ricoeur (2010) contribuições para pensar a representação que configura a comunicação jornalística. Para o reconhecimento textual narrativo, em uma aproximação à teoria literária, recorreremos a Nunes (1995) e Culler (1999). Tais referências evidenciam categorias da narrativa que reforçam essa característica no texto jornalístico.

Antes de entrarmos especificamente no item sobre jornalismo e narrativa, vamos refletir um pouco sobre o jornalismo e a construção da realidade, trazendo autores como Berger e Luckmann (2004, 2013) e Meditsch (1997, 2010).

## 2.1 Jornalismo e construção da realidade

No âmbito do jornalismo, as teorias construtivistas ancoram a transformação dos acontecimentos em notícia como resultado de um complexo processo institucional e interacional. Traquina (2005) afirma que um ponto inicial nessa perspectiva é a impossibilidade de se distinguir radicalmente a realidade e os media noticiosos, visto que as notícias atuam na construção da realidade. Segundo, não é possível a linguagem funcionar de modo direto na transmissão de significados, já que a linguagem neutra é inexistente. Por fim, tomar a notícia como construção é admitir que as instituições midiáticas inevitavelmente estruturam a representação dos acontecimentos. Assim, a noção de notícia como estória evidencia a pertinência de compreendê-la em sua dimensão cultural. Em síntese, “[...] as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora de sua organização (TRAQUINA, 2005, p. 173, grifo do autor). Ou seja, são o somatório de relações, interesses e saberes, uma construção coletiva, subordinada aos variados agentes que a envolvem em um processo narrativo.

Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o quê? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (CAREY, 1986 apud TRAQUINA, 2005, p. 174, destaque do autor).

Construir a notícia é um movimento do jornalista, que não é completamente livre. A seleção, bem como a transformação dos fatos em acontecimentos jornalísticos e a decisão textual estratégica, são orientados “[...] aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (MANOFF, 1986 apud TRAQUINA, 2005, p. 174, destaque do autor).

Assim, a notícia pertence a uma narrativa, cuja escrita ou representação na linguagem verbal é apenas uma das suas partes. O jornalismo enquanto narrativa compreende uma segmentação, uma serialidade de acontecimentos que emergem na dinâmica social, seja pela irrupção independente da conjuntura de produtores da realidade cotidiana, seja pelas possibilidades, atributos, poderes e necessidades que o caracterizam enquanto instituição.

Berger e Luckmann, ao exporem sua perspectiva para os modos como se dão os processos de institucionalização e legitimação dos conhecimentos que acabam por incidir na construção da realidade, explicam que o conhecimento objetivado que valida uma instituição diz sobre as verdades do mundo social, bem como calca-se na sedimentação e na tradição para sua manutenção: “a transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” de um problema “permanente” da coletividade dada” ([1966] 2013, p. 95, destaque dos autores). Tal entendimento é interessante para explicar a atuação do jornalismo como instituição reconhecida, que participa da construção de perspectivas sobre o tema abordado na presente pesquisa e que também remete à circulação de conhecimentos sobre as questões da Amazônia e do agronegócio, sedimentados na problemática ambiental.

Conforme os autores, a relação entre os atores sociais e o conhecimento é da ordem institucional e dos vários papéis, dialética essencial da sociedade. Assim, o conhecimento é dinâmico, transforma-se na medida em que a estrutura se torna complexa. Tais circunstâncias possuem um caráter histórico, que acompanha os processos de institucionalização de conhecimentos e da ordem social. Já a legitimidade é da ordem dos universos simbólicos: “conjuntos tradicionais teóricos que compõem variadas áreas de significação e contemplam a ordem institucional numa totalidade. Em outras palavras, é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais” (BERGER; LUCKMANN, [1966] 2013, p. 127). A manutenção desses universos simbólicos é produto da atividade social e acarreta a sistematização de legitimações cognoscitivas e normativas. Nessa perspectiva, “para entender o estado do universo socialmente construído em qualquer momento, ou a variação dele com o tempo, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazerem sua definição” (BERGER; LUCKMANN, [1966] 2013, p. 151), isto é, atentar-se aos mecanismos de controle.

Se pensamos na narrativa jornalística, e na construção simbólica que representa, compreendemos que não pode ser descolada do contexto social, organizacional, tecnológico etc. Essa concepção ajuda a explicar a dinâmica jornalística e suas interações. Evidencia dimensões dos desafios de transformação de uma realidade, bem como os mecanismos que viabilizam a construção de sentidos. O jornalismo, que tem potencial transformador, mas que também se transforma, pois é prática social condicionada culturalmente, demanda vigilância e crítica permanentes, conforme destaca Meditsch (1997, p. 12):

O conhecimento da realidade é uma questão tão vital para os indivíduos e para as sociedades que, se o jornalista não é apenas quem o comunica, mas também quem o produz e o reproduz, deve estar submetido a um controle social e a uma avaliação técnica mais próxima e mais permanente.

Quando atentamos para a realidade ambiental amazônica, observamos que os dados de monitoramento demonstram que a devastação se mantém (QUEIMADAS INPE, s/d; TERRA BRASILIS INPE, s/d) e que um aspecto central dos conflitos está nos conhecimentos colocados em confronto, em grande medida, por meio das narrativas jornalísticas. O jornalismo possui potencial para dar a conhecer os fatos e as demandas da Amazônia. Do mesmo modo, as narrativas são potenciais para a viabilidade de novos conhecimentos sobre o agronegócio. Em se tratando de veículos de comunicação que possuem amplo alcance, como é o caso dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, ao noticiarem acontecimentos sobre Amazônia, bem como evidenciarem a presença e as problemáticas viabilizadas pelo setor do agronegócio na região, reproduzem e produzem conhecimentos sobre ambos. Que acontecimentos são esses: desmatamentos e queimadas na Amazônia? E por que importam as narrativas jornalísticas empreendidas ou das quais esses acontecimentos são parte? São questões que dizem respeito à participação do jornalismo na construção da realidade.

Mas Meditsch (2010) também alerta que o jornalismo possui limitações e necessita ser reconhecido como agente social, que se desenvolve numa conjuntura mais ampla, na qual variadas forças disputam versões para os fatos e para a construção de cenários que lhes são favoráveis. Nessa ótica, em diálogo com a teoria da construção social da realidade, o jornalismo se insere na produção dos acontecimentos em três dimensões. A primeira diz respeito às interações com as demais instituições e agentes: “o jornalismo, como instituição, e seus agentes participam de produção da realidade, especialmente no seu âmbito simbólico, mas nunca isoladamente, porém em diálogo permanente com os demais atores sociais” (MEDITSCH, 2010, p. 40-41). A segunda inscreve o jornalismo como “forma de objetivação e subjetivação da exteriorização do homem, entre outras tantas desenvolvidas pelas tecnologias intelectuais contemporâneas” (MEDITSCH, 2010, p. 41). Isto é, um modo de caracterização dos acontecimentos, que podem ter outra aparência em outras concepções. Por fim, o jornalismo atua “na socialização do conhecimento”, porém de forma menos marcante que as demais socializações (primária e secundária) compreendidas pela teoria dos autores, o que não diminui a sua importância na dinâmica social.

Tanto que em obra posterior, Berger e Luckmann ([1995] 2005) reconhecem que os meios de comunicação desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido, ou, melhor, na comunicação de sentido:

São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo que as outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma de sua difusão (BERGER; LUCKMANN, [1995] 2005, p. 68).

Na perspectiva desses autores, então, aos meios de comunicação é dado um papel de mediação, articulado a muitas outras instituições especializadas na produção e comunicação de sentido, como a igreja e a psicanálise, e as profissões da “indústria do conhecimento”, que instruem e assessoram outras pessoas. Além disso, as informações repassadas pela mídia não são consumidas sem critério, ou seja, são selecionadas, rejeitadas e adaptadas às próprias circunstâncias. A partir da perspectiva dos autores, Meditsch (2010) conclui que o jornalismo pode ser incluído entre os atores que contribuem significativamente para a construção da realidade, mas não é o único ator e nem o principal.

A inscrição dos acontecimentos na arena jornalística mantém relação com a circunstância da realidade que o originou, embora se constitua uma representação. Charaudeau (2019), ao questionar o que deve ser objeto de informação, desenvolve considerações a partir do acontecimento como visão social do mundo, sendo, assim, sempre construído. Para o autor, “o acontecimento nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo” (CHARAUDEAU, 2019, p. 99), e cujo olhar é direcionado pelas redes às quais é capaz de estabelecer considerando os variados sistemas de pensamento. Os acontecimentos que compõem o universo noticioso diariamente sobre um mesmo assunto, e se mostram por vezes dispersos e desencadeados, compõem uma narrativa e estão inscritos numa demanda de inteligibilidade do cotidiano: “o acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal” (CHARAUDEAU, 2019, p. 135).

Na visão de Rodrigues (1999, p. 27), o acontecimento jornalístico é diferenciado, especial, “[...] distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade e ocorrência”. Ou seja, compõe uma porção restrita

de um universo de fatos, tendo como marcas de notabilidade o excesso, a falha e a inversão. Além dos acontecimentos notáveis, há os acontecimentos segundos ou meta-acontecimentos, uma categoria secundária, como evidencia a nomenclatura empregada, decorrente do próprio discurso jornalístico. O autor destaca que o acontecimento jornalístico “[...] é regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber-dizer e do poder-dizer” (RODRIGUES, 1999, p. 30). Em outras palavras, “a escolha dos termos, a ordem da sua apresentação, a seleção dos factos expostos pressupõe inevitavelmente a existência de juízos de valor fundamentados em critérios partilhados por uma comunidade de palavra com um conjunto de definições” criteriosas regidas por acordos estabelecidos (RODRIGUES, 1999, p. 32), orientados pelas formas narrativas das quais o jornalismo alça mão para dar conta de uma regularidade temporal que pouco permite ser modificada. Acompanha a velocidade empreendida pela vida social, cuja dinâmica atropela os critérios de noticiabilidade estruturados pela prática jornalística, as interações cotidianas que as mobilizam e o seu produto, a notícia.

Atenta ao ingresso do acontecimento nas páginas de jornais de referência, Zamin (2012, p. 37) reflete sobre noções inscritas na ordem discursiva do jornalismo, que “[...] desloca os acontecimentos do mundo vivido para seu interior e apresenta, dia após dia, uma cartografia do mundo passível de ser compreendida pelos discursos que engendra e pelos espaços nos quais os apresenta”. Além disso, observa que algumas tipologias de acontecimento se sobrepõem aos processos dos meios, no entanto, antes, surgem no mundo da vida em forma de desencadeamento dos cenários da vida social. Isso se dá também em função do interesse do jornalismo pelas discontinuidades, redirecionamentos, mudanças, enfim, pelo rompimento da normalidade cotidiana, assim como pela característica de produção seriada. A autora destaca que o jornalismo designa “questões do tempo presente” no interior de uma dinâmica contínua de atualidade, ou seja, no curso constante do cotidiano, no fluxo permanente de fatos. Nesse movimento, por meio de “percursos simbólicos”, identifica situações que se caracterizam por prioridades dos diferentes meios e por particularidades dos variados dispositivos e as submete ao acolhimento e à interpretação como acontecimento.

Com vistas a um ordenamento daquilo que no mundo emerge como desordem, o Jornalismo engendra discursos, produz sentidos e acaba por organizar, a cada novo dia, uma cartografia das coisas do mundo. Essa mecânica de funcionamento do Jornalismo é mediada por processos regulares, um regime de práticas, um modo de objetivação jornalística, com os seus procedimentos operativos, processualidades e convenções, balizados pelo tempo e pelo espaço disponíveis (ZAMIN, 2012, p. 246).

Ou seja, opera no interior de uma comunidade profissional. Em síntese, os acontecimentos existem na submissão “[...] à ordem do discurso, por uma interpretação que procura comunicar a experiência, uma vez que os sentidos propostos pelo Jornalismo consideram que o acontecimento acontece a alguém e por esse viés precisa ser compreendido” (ZAMIN, 2012, p. 246).

Assim, no contexto temático dos acontecimentos da Amazônia, a notícia é fundamental, tanto no âmbito das instituições científicas, que possuem dispositivos de divulgação de informações, como por meio dos jornais, webjornais, telejornais, ou outros mecanismos. O jornalismo além de apresentar uma leitura da realidade, tem o potencial de suscitar debates e levantar questionamentos. Uma sociedade informada tem mais chances de tomar posição, ter iniciativa acerca de transformações necessárias e de reivindicações por políticas públicas. Em se tratando da realidade Amazônica, como veremos, o jornalismo apresenta, por exemplo, os dados de monitoramento de áreas desmatadas, que são o resultado de pesquisa de algumas instituições científicas, como o Inpe e o Imazon, e trabalha essa informação no âmbito do interesse público, dos critérios de noticiabilidade. Portanto, o conhecimento produzido pelo jornalismo se nutre da oferta de outras instituições. Por vezes, é o ponto de partida, o instigador, mas sempre necessita em alguma medida da interação e do acesso à informação, ação mediada pelos atores sociais. Ao campo de investigação de jornalismo, interessa observar como essa dinâmica tem incidido na configuração dos textos jornalísticos, tensionamentos e vozes narrativas que os articulam, especialmente quanto à participação do agronegócio no desmatamento e nas queimadas da Amazônia. Presença ou ausência, assim como forma e conteúdo, são dados importantes na pesquisa social:

O jornalismo se constitui como lugar de articulação de discursos sociais, com base no diálogo de interesse público e, conseqüentemente, agente mediador entre o mundo dos fatos e a instância de leitura/recepção. Toda a comunicação que interessa à opinião pública é mediada pela instância jornalística, que confere uma aura de importância ao que é narrado, pressupondo um processo de seleção dos fatos, apuração e articulação de vozes conflituosas etc. (BELMONTE, 2010, p. 216).

A realidade da vida cotidiana, entre outros aspectos, diz respeito ao tempo. O que remete à rotina jornalística, ao modo temporal intrínseco ao jornalismo. Como descrevem Benetti e Freitas (2015, p. 168), o jornalismo “narra o presente, relata a história em processo e o faz fragmentadamente, que é o único modo possível de apreender o que está em movimento”. Configura-se, assim, numa forma de dar conta do tempo.

Ao problematizar a relação entre realidade e estória na dinâmica do jornalismo, Traquina (1999, p. 251) compreende que “[...] as notícias como “estórias” constituem uma construção que sublinha a importância do fator cultural”. Isto é, as notícias estão condicionadas a um momento, um período histórico em que certos comportamentos, valores, crenças, conhecimentos e tecnologias apresentam características singulares. O próprio jornalismo é um componente cultural, de cujas práticas e produtos são também resultado das circunstâncias. Assim, a realidade contada pelo jornalismo integra um conjunto de reconhecimento simbólico compartilhado em uma sociedade.

“Os relatos de acontecimentos são “estórias” - nem mais nem menos”, afirma Gaye Tuchman (1999, p. 258) ao discorrer sobre o potencial do frame - enquadramento, na perspectiva de Erving Goffman -, para explicar a prática jornalística de contar estórias. No entanto, reconhece que ao “argumentar que as notícias são “estória” e que as “estórias” são frames para identificar e definir acontecimentos pode parecer implicar que as “estórias” não são factuais nem objetivas” (TUCHMAN, 1999, p. 261). Nesse sentido, argumenta que:

Dizer que uma notícia é uma “estória” não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente (TUCHMAN, 1999, p. 262, destaque da autora).

Numa perspectiva interdisciplinar, Bird e Dardenne (1999) também avaliam essa condição da estória no jornalismo. Lembram que acontecimentos reais não são privilégio das notícias, mas também pertencem à história e à antropologia, por exemplo, áreas que também manifestam atenção às narrativas. O interesse dos autores caracteriza a notícia como um tipo de sistema simbólico e assim buscam “uma compreensão mais nítida do contexto no qual os jornalistas constroem “estórias” e de como estas se relacionam com a cultura da qual são tanto reflexo como representação” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 264). Defendem que

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior, afetando ou sendo afetada pela sociedade, como produto de jornalistas ou da organização burocrática, mas introduz uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as “estórias” de notícias transcendem as suas funções tradicionais de informar e explicar. As notícias enquanto abordagem narrativa não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os “fatos”, “nomes” e “números” que os jornalistas tentam apresentar com tanta exatidão. Estes por menores - significantes e insignificantes - contribuem para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 265).

A atenção dos autores, portanto, centra-se no conjunto de aspectos que formam a prática jornalística e com isso a narrativa que dela se origina. Para eles, é o aspecto cultural duradouro que diz sobre como efetivamente se comportam ou se manifestam os interesses do jornalismo enquanto instituição e conhecimento legitimado, bem como de sua comunidade profissional. Salientam que “os fatos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram - o sistema simbólico - é mais duradoura” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 265). Nesse sentido, “[...] a totalidade das notícias como sistema simbólico duradouro “ensina” os públicos mais do que qualquer das suas partes componentes, mesmo se essas partes tivessem como finalidade informar, irritar ou entreter (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 265).

Portanto, para além da organização jornalística e do emprego de um método, da formatação de uma prática objetiva, há a dimensão narrativa do jornalismo. Algo que compreendemos como o sentido mais abrangente de tudo que envolve a transformação dos acontecimentos em notícia e ao universo simbólico a que pertencem e aos que visam construir a partir da notícia cotidiana. Um aspecto à inscrição dos acontecimentos na história. Nesse sentido, a partir de intersecções entre acontecimento jornalístico e acontecimento histórico, Pontes e Silva (2010, p. 58-59) observam que

Ao notar o caráter narrativo do jornalismo, muitos estudos visam acabar com a hegemonia da referencialidade. Novamente a crítica mais enfática recai sobre o conceito de objetividade jornalística. Aqui não seriam as organizações empresariais ou as características da redação que interferem na transparência entre os fatos e o texto, mas uma característica mais elementar do jornalismo. O jornalismo é uma narrativa. Mesmo que narre elementos não ficcionais, ele organiza os fatos sob o formato de uma história e apresenta traços que identificam qual tipo de história está contando. Muitos teóricos negam a narrativa para valorizar o acontecimento numa defesa pela aproximação do jornalismo com as ciências positivas. A proliferação de teorias centradas na cópia do acontecimento ou no estatuto ético do jornalismo demonstra um abandono do potencial narrativo dos textos. Ainda assim, quase que inconscientemente, os jornalistas continuam a reproduzir as histórias de fundo simbólico e mítico que permeiam as relações humanas e estruturam a literatura.

Em suma, o jornalismo tem sua essência calcada no presente, no entanto, sendo parte da realidade social, mobiliza-se, por vezes, com fatos do passado, bem como direciona-se cotidianamente ao futuro. Recorre à memória de acordo com os interesses que o envolvem, também conforme o tempo presente. Nesse conjunto de possibilidades, destacamos a reflexão sobre o conhecimento gerado pelo jornalismo por meio de narrativas, uma via para pensarmos modos, formas, dimensões, apropriações da linguagem, aspectos contextuais. Ou seja, as versões que contam e as que almejam construir, e os limites desse jogo diário, que se organiza num movimento intermitente. O jornalismo tem em seu cerne a periodicidade, o fator temporal. Portanto, discorre sobre a realidade de modo seriado. Assim, a narrativa se caracteriza como

modo que o jornalismo dispõe o conhecimento que produz. Pontes e Silva (2010, p. 59) concluem que

Independente das diferentes abordagens e filiações que inspiram as várias conceituações do que é o acontecimento, nota-se que não se abandona o entendimento de que o acontecimento jornalístico ocupa lugar central na Teoria do Jornalismo, nem tampouco se ignora, hoje, a necessidade de investigá-lo também pela perspectiva da narratividade.

Motta (2010, p. 143) destaca que “a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores, etc.) em relatos”, ou seja, os enunciados a partir dos quais organizamos as coisas, organizamos um esquema lógico e cronológico sobre elas. O autor explica que esse modo de contar é caracterizado pela narratividade, capacidade de descrição enunciando transformações, que resulta na organização do discurso narrativo, na produção de significações e oferecimento de sentido às coisas e aos atos. Como se trata de dinâmica ininterrupta, lembrando que a construção social da realidade se dá de modo intermitente, a cultura está em movimento, provocando transformações na própria cultura. Isso significa que o jornalista, no exercício cotidiano, a partir das realidades individual e coletiva, enquanto ser social, e pertencente a uma comunidade profissional, agrega, transforma, altera ou colabora com as mudanças sociais e culturais. Para tanto, é pertinente um reconhecimento de perspectivas teóricas que jogam luz ao jornalismo como narrativa, conforme demonstrado na próxima seção.

## **2.2 Narrativa**

Com origem nas teorias literárias, como explica Carvalho (2010b, p. 352), “[...] narrativa refere-se ao esforço de compreender os múltiplos processos de construção de uma história, mas acima de tudo, tem sido a forma por excelência de a humanidade fazer circular os muitos saberes por ela produzidos”. Assim, complementa o autor, constituem um privilégio humano de dizer sobre si, bem como seu cotidiano e sobre seu vivenciar o mundo. Um modo que associamos ao jornalismo e que nos propomos a investigar por meio da narratologia, que, por sua vez, configura-se como área que estuda as narrativas no interior das sociedades e visa entender de que forma os sujeitos sociais constroem significados através da compreensão e da expressão narrativa da realidade (MOTTA, 2010).

A teoria narrativa, ou seja, a narratologia, é uma parte da teoria literária cujo estudo se ancora em teorias da estrutura narrativa - modalidades de enredo, narradores e técnicas: “a

poética da narrativa, como poderíamos chamá-la, tanto tenta compreender os componentes da narrativa quanto analisa como narrativas específicas obtém seus efeitos” (CULLER, 1999, p. 85). No entanto, a narrativa não corresponde somente a um interesse acadêmico, pois ouvir e narrar histórias é também um interesse humano básico, alerta o autor.

Na segunda metade do século XX, o estudo da narrativa se tornou predominante na educação literária, evidenciando o deslocamento massivo de escritores e leitores da poesia para o romance. De acordo com Culler (1999, p. 84), esse processo corresponde a um cenário mais amplo do que a preferência do público, sendo também resposta à necessidade humana e à importância cultural da narrativa: “as histórias, [...], são a principal maneira pela qual entendemos as coisas, quer ao pensar em nossas vidas como progressão que conduz a algum lugar, quer ao dizer a nós mesmos o que está acontecendo no mundo”. Portanto, diferentemente da explicação científica pautada em causa e efeito, a narrativa é orientada pela “[...] lógica da história, em que entender significa conceber como uma coisa leva a outra, como algo poderia ter sucedido” (CULLER, 1999, p. 84).

A relação humana com a narrativa se dá por meio do reconhecimento de elementos que caracterizam uma história, portanto, requisitos que conferem essa identidade ao texto. Conforme o autor, “Aristóteles diz que o enredo é o traço mais básico da narrativa, que as boas histórias devem ter um começo, meio e fim e que elas dão prazer por causa do ritmo de sua ordenação” (CULLER, 1999, p. 85). O autor explica que ainda assim reconhecer uma história passa por entender o que faz de um recorte seriado de acontecimentos configurarem uma narrativa. Sobretudo, um enredo diz sobre uma transformação, isto é, “deve haver uma situação inicial, uma mudança envolvendo algum tipo de virada e uma resolução que marque a mudança como sendo significativa”, assim, como “deve haver um final que se relacione com o começo - de acordo com alguns teóricos, um final que indique o que aconteceu com o desejo que levou aos acontecimentos que a história narra” (CULLER, 1999, p. 86). Eis os componentes que nos fazem compreender que se trata de uma história.

A inseparabilidade de tempo e narrativa é um reconhecimento fundamental quando se deseja capturar a essência desta última. Nunes (1995) chama atenção para as variadas formas temporais existentes, reconhecidas pela sociedade humana, de onde se extrai relações com o tempo na narrativa. A ênfase do autor recai sobre essa relação numa orientação teórica dedicada, especialmente, às características estruturais, correspondendo, assim, à expectativa de uma abordagem que se proponha ao âmbito das teorias literárias, principalmente, e atende a uma classificação da narrativa enquanto gênero. Para tanto, inicialmente, evidencia a abrangência de formas admitidas como narrativa, um escopo amplo, característico do século XX, no sentido

de que não apenas formas exclusivamente literárias são narrativas. Como veremos, produtos jornalísticos estão entre essas composições:

[...] no sentido mais amplo que admitimos hoje, cabe chamar de narrativa a títulos diferentes, ao *mito*, à *lenda* e ao *caso*, formas simples, literariamente fecundas, mas que não são propriamente literárias como o *conto*, a *novela* e o *romance*; às várias espécies de relatos orais e a modalidade de escrita — biografias, memórias, reportagens, crônicas e historiografia — sobre eventos ou seres reais, que se excluem do nível do ficcional; e, finalmente, alcançando ou não esse nível, às formas visuais, ou obtidas com meios gráficos (histórias em quadrinhos), e com meios pictóricos ou escultóricos, como determinadas pinturas e esculturas que nos legaram a Idade Média e o Renascimento ou que são obtidas através da imagem cinematográfica e televisada (NUNES, 1995, p. 06, grifo do autor).

Ou seja, a própria teoria literária considera que não somente o ficcional pode compor um conteúdo narrativo. Jornalismo e História, por exemplo, pressupõem abordagem de fatos reais e se calcam na realidade objetiva, aspectos nos quais reside suas principais problemáticas. Nos últimos anos, o interesse pela perspectiva do jornalismo enquanto produtor de narrativas tem sido ampliado no âmbito das pesquisas acadêmicas. Trata-se de interseção com autores e obras de outras áreas do conhecimento, dentre os quais se destaca o filósofo Ricoeur. Sua obra não tem enfoque na comunicação, no entanto, conforme destaca Barbosa (2006, p. 139), “ao desenvolver um complexo aporte teórico em relação à questão da narrativa, oferece uma contribuição ímpar para se pensar a comunicação como um processo complexo”. A autora lembra que inúmeras são as definições do ato de narrar geradas em nossa cultura, as quais produziram gêneros plurais, e ainda um caráter sistematizador das suas representações textuais em duas perspectivas. Por um lado, pretensões de verdade, como é o caso do discurso científico e do jornalismo. Por outro, a ficção, sejam elas narrativas que empregam a escrita, a literatura, por exemplo, sejam aquelas que se desenvolvem por meio da imagem, como é o caso da fotografia e dos filmes (BARBOSA, 2006). De acordo com a autora, para Ricoeur, narrar é uma forma de estar no mundo e, desse modo, compreendê-lo. Ao transformarem acontecimentos em estória ou possibilitarem que se conheça uma estória inteligível dos acontecimentos, os textos jornalísticos “instauram” tensionamentos, constituindo-se, desse modo, num tipo de mediador entre acontecimento e história. Conforme explica Barbosa, para Ricoeur, existe um caminho espontâneo que caracteriza qualquer texto, que parte de sua configuração interna até a influência que começa a exercer fora dele – é a reconfiguração, também denominada referência ou sentido: “todo texto produz sentido e induz a uma ação. A partir da leitura há, pois, uma mudança intrínseca em quem a realiza” (BARBOSA, 2006, p. 144). Ou seja, a configuração e a reconfiguração são movimentos intrínsecos à narrativa.

Assim, num exercício interdisciplinar, Ricoeur organiza uma questão central para as suas reflexões em torno do tempo e da narrativa: “toda narrativa (histórica ou de ficção) articula em discurso o caráter temporal da experiência humana. Fazendo isso, figura o mundo sobre a forma de obra e transforma o tempo em algo intrinsecamente da esfera humana” (BARBOSA, 2006, p. 148). Dessa forma, para ele, interpretação é hermenêutica, arte de decifração do sentido dos textos, por meio da compreensão e da explicação, onde compreender é relacionar-se (BARBOSA, 2006). No entendimento do autor, portanto, o mundo que é exposto pelas obras narrativas diz sobre um mundo calcado na temporalidade:

[...] existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: *o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal* (RICOEUR, 2010, p. 93, grifo do autor).

Tempo e narrativa, portanto, estão diretamente relacionados e demandam articulação. Ao tratar do processo que faz do texto uma medição, Ricoeur (2010) propõe a compreensão por meio da tríplice mimese, cujos estágios se organizam em: pré-figuração, que remonta à representação da ação como uma pré-compreensão do que constitui o agir humano; configuração, posição intermediária da tríplice mimese pois tem exerce a função de mediação, ou seja, refere-se ao estágio no qual o texto ganha forma a partir do momento e das significações que o precedem; e, reconfiguração, momento no qual é o leitor que entra no círculo da atividade mimética, um ato interpretativo, que em alguma medida estabelece conexão com a pré-figuração. Assim, defende que “[...] o texto é um conjunto de *instruções* que o leitor individual ou o público *executam* de modo passivo criativo” (RICOEUR, 2010, p. 132, grifo do autor).

A tríplice mimese defendida pelo autor mostra-se fecunda para o processo de representação ofertado pela prática jornalística, pois esclarece o contato interminável entre todos os momentos de significação que participam das narrativas do jornalismo, uma de mediação. Carvalho (2012, p. 169) defende essa proposição como potência para se

[...] compreender como as mediações jornalísticas, que passam por questões éticas, têm início nas condições mais amplas do entorno social e cultural de inserção dos acontecimentos narrados e somente se completam no momento da leitura - verbal, visual, auditiva e verbovisual - com a participação efetiva de quem toma conhecimento das narrativas em circulação.

Para o autor, narrar promove atualização; dá sentido ao momento de modo que ele não se perde na memória no decorrer do tempo. E Motta (2017, p. 08) complementa a ideia ao tecer considerações sobre o narrar do jornalismo:

A narrativa, já disseram tantos, dá conteúdo ao tempo, põe o tempo em perspectiva. É por isso que utilizamos a mesma palavra para contar uma história e contar números. Os fatos se sucedem, se passam uns depois dos outros: para registrá-los e memorizá-los é preciso enumerá-los, contá-los. Mal ou bem, quem mais conta o que se passa ao nosso redor hoje é o jornalismo: ele configura sucessivamente as representações da realidade.

Prática que se evidencia por meio da linguagem. Assim, a narrativa como linguagem possui um conjunto de aspectos, para além da narração. Há, pois, várias funções, que são nela desempenhadas: função referencial ou representativa - relacionada à ordem temporal -; enredo ou intriga - que configura a ação-; discurso - sequências de enunciados interligados-; e ato de narrar - narração; prática de um autor narrador -. Para Nunes, “[...] as funções constituem as unidades narrativas mínimas. Principal objeto de uma análise estrutural, combinam-se em sequências que integram a lógica do texto narrativo, à qual não pertencem menos determinados padrões de tipo semântico e sintático” (1995, p. 13). O autor salienta singularidades do texto narrativo que se presta à referencialidade, fator que proporciona pertinente aproximação para a condição do texto jornalístico, fundamentalmente, ancorado no real, embora seja sempre uma representação deste:

Referencial ou representativo, ao contrário do texto poético propriamente dito, o texto narrativo possui encadeamento de ordem temporal [...] nisso se diferenciando daqueles de caráter didático ou científico, nos quais prepondera o encadeamento lógico de antecedente e conseqüente. Não basta, porém, para que haja narrativa, a simples história [...]. É preciso que os fatos se ajustem entre si na forma de um enredo ou intriga, configurador da ação, como ponto de chegada da atividade mimética (NUNES, 1995, p. 14).

Ou seja, a narrativa se constitui em um ciclo de apreensão do universo representado. Nunes destaca que “na narrativa, a ordem temporal e a ordem causal se distinguem mas dificilmente se dissociam” (1995, p. 19). Isto diz sobre a conexão de dois aspectos dos fatos narrados, que é a interdependência ou a relação predominante entre tempo e causa. Todo cotidiano é pautado pelo tempo, podendo se dar de modo consciente ou não. Capturado por formas narrativas, interessa compreender também a essência do tempo histórico: “representa a duração das formas históricas de vida, e podemos dividi-lo em intervalos curtos ou longos, ritmados por fatos diversos” (NUNES, 1995, p. 21, grifo do autor). Tal concepção é pertinente para o entendimento de que as narrativas, principalmente as operacionalizadas pelo jornalismo,

tensionam permanentemente forças simbólicas que demandam um olhar para o passado, conforme solicitam os acontecimentos narrados.

As divisões cronológicas do *tempo histórico* se redistribuem em unidades qualitativas, que dependem da duração dos acontecimentos, tanto quanto essa duração é inseparável da conexão causal entre eles. A combinação entre continuidade e mudança permite conceber o *tempo histórico* como um processo de ritmo variável e não uniforme — lento na Idade Média, célere na Idade Moderna, quando se reforça com a conquista da consciência histórica, isto é, com a consciência de que os momentos passados, sob forma de herança acumulada, continuam agindo sobre o presente (NUNES, 1995, p. 21, destaque do autor).

Outro aspecto temporal importante no que diz respeito à narrativa é o tempo linguístico. Fator fundamental para pensarmos o caráter narrativo do jornalismo, que se organiza essencialmente por meio da linguagem e necessita articular para o leitor o conjunto discursivo que formaliza a exposição dos fatos.

O tempo linguístico, tempo do discurso, que não se reduz às divisões do tempo cronológico, revela a condição intersubjetiva da comunicação linguística. [...] Se o texto é de caráter narrativo, essa junção se efetua através dos personagens. É a partir dos personagens, dos enunciados a respeito deles ou daqueles que proferem, que fica demarcado o presente da enunciação: os *dêiticos*, *hoje*, *amanhã*, *depois*, funcionam dentro de um intercâmbio linguístico que se passa entre esses interlocutores, e sem o qual o enquadramento cronológico seria um molde abstrato (NUNES, 1995, p. 23, destaque do autor).

Assim, quando pensamos nas temporalidades que acompanham os acontecimentos até a narrativa jornalística, do mesmo modo que para Maia e Tavares (2017, p. 60), “inquieta-nos pensar o tempo como um fio condutor dos acontecimentos que nos afetam na esfera da experiência diária”, bem como nos instiga “a refletir sobre a forma como o jornalismo tece temporalidades em suas narrativas, com tessituras que demarcam presente, entrecruzam passado e norteiam o futuro ao tratar de determinados acontecimentos”. No mesmo sentido, pensamos em uma responsabilidade narrativa a qual o jornalismo está sujeito a partir do seu compromisso social. Quadros, Motta e Nasi (2017, p. 36) salientam que

Ao relatarmos um determinado acontecimento, uma história de vida, ou mesmo ao sintetizarmos uma obra ficcional, oferecemos a nosso interlocutor uma narrativa: ordenamos os fatos dentro de uma lógica temporal, atribuímos papéis aos sujeitos implicados, recorremos a memórias e molduras simbólicas. Ao narrar, atribuímos coerência e sentidos a elementos da experiência vivida (QUADROS; MOTTA; NASI, 2017, p. 36).

Trazemos essa preocupação para pensar as narrativas que evidenciam a associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira. Entre outros, um conjunto de fatores que dizem sobre o tempo da natureza, bem como dos interesses dos atores/instituições que fazem a engrenagem desse tema de mover no tempo e no espaço. São vozes que disputam versões dos fatos, e cujas temporalidades acionadas por seus discursos incidem na representação que o narrador jornalista necessita articular de modo coerente no interior da linguagem:

Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humanos, com todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes. Nesses termos, podemos falar de uma poética e de uma narrativa jornalística, assim como falamos em uma poética e uma narrativa literária (MOTTA, 2004, p. 15-16).

Ao pesquisar a formação do discurso jornalístico no Brasil, Resende (2005) se dedica à questão da narrativa e da problemática da enunciação. Suas considerações se voltam para a perspectiva de um narrador jornalista como estratégia do âmbito textual que auxilia no desvelamento dos fatos e de suas verdades. Para compreender a narrativa no âmbito desse discurso específico, destaca alguns aspectos fundamentais. O primeiro deles é que “o campo dos media, como também o são os outros, tanto se faz autônomo como dependente” (RESENDE, 2005, p. 86). Ou seja, é componente de uma realidade dinâmica, que se orienta por meio de interações, como evidencia a perspectiva teórica de construção. Assim, é uma instância de produção discursiva que produz para uma sociedade na qual está inserida, e que é por ela envolvida, resultando num processo de conformação e redefinição de práticas. Soma-se a esses fatores, “o fato de que o campo dos media narra experiências e modos de vida calcados em subjetividades que estão, insistentemente, cravadas na objetividade demandada pela necessária lida com o cotidiano” (RESENDE, 2005, p. 86). Essa maneira interfere no status quo, afirma o autor, assim como recria modos de vida, visto que provoca releituras de experiências de natureza subjetiva e objetiva. Por vezes, resulta numa forma imperativa, que se torna fonte de saber e abrangência do que as pessoas buscam compreender no que tange ao cotidiano e à vida.

Nesse sentido, história e ficção parecem, por vezes, misturar-se na narrativa midiática, e incidirem na formação do imaginário social a partir da construção jornalística que imprimem. Ou seja, os processos de configuração da narrativa a partir dos dispositivos do jornalismo e da ficção podem explicar condicionantes de fatos alçados a narrativas enquanto acontecimentos jornalísticos (CORREIA, 2012). Nesse sentido também é necessário destacar que “o autor no

jornalismo é um mediador cultural, tem um lugar social demarcado por sua formação profissional e está diretamente ligado ao exercício de um ofício”, enquanto “o narrador é uma criação do autor. É um sujeito que existe para narrar, que adota perspectivas e estratégias para contar uma história, um fato/acontecimento” (MARTINS, 2016, p. 09).

Assim, a narrativa, enquanto espaço de enunciação, possui “um papel relevante, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque a partir delas, outros saberes são construídos” (RESENDE, 2005, p. 87). Ou seja, a mediação possível, no que tange ao campo dos *media*, se realiza na e por meio da narrativa, compreende o autor. Nesse sentido, é pertinente que as pesquisas do campo atentem aos modos com os quais o mundo tem sido narrado, não somente quanto ao conteúdo, mas também em relação “às dimensões éticas e estéticas que, da perspectiva das mediações reposicionam os campos e os atores sociais, oferecendo a eles possibilidades de existência” (RESENDE, 2005, p. 88). Com isso, sugere que a narrativa, no que tange ao seu caráter dinâmico e social, é pertinente como objeto de análise e reflexão “sobre a sociedade que constrói (e se reconstrói com) os meios de comunicação”, visto que cumpre “a função de tecer a existência entre os meios e a sociedade” (RESENDE, 2005, p. 88). Com isso, a enunciação, tanto na comunicação social como especificamente no jornalismo, é uma questão central: o ato de narrar é uma problemática a ser enfrentada no âmbito das narrativas jornalísticas, visto que se mantém em modo autoritário. Resende defende que, além disso, apresenta-se de modo velado, o que se constitui agravante. Em suma, a referência no real e na verdade, juntamente com a imparcialidade e a objetividade como aspectos operados, conferem ao discurso jornalístico tradicionalmente reconhecido poucos recursos a serem empregados no exercício de narrar o cotidiano, conclui.

Ao retomar essas questões, o autor acrescenta que a partir das brechas do discurso e possibilidades do encontro na reflexão sobre o jornalismo e suas narrativas, “a narrativa seja um lugar em que representações e mediações são indissociáveis” e assim visa “pensar e (re)conhecer a narrativa jornalística à luz de sua própria tessitura” (RESENDE, 2009, p. 31). Para ele, um caminho que pode ser pertinente para a ampliação do conhecimento acerca da práxis jornalística. Nesse viés, ao retomar o pensamento de Ricoeur, diz:

Por muito tempo, os estudos sobre os meios de comunicação foram pouco atentos à problemática da relação, nos fazendo crer na assepsia de um processo que se realizaria em sentido de mão única. À luz deste modo de compreender a comunicação, as dominâncias foram tecidas na ordem da lógica dos produtores, e assim, nos lugares legitimados para produzir a fala, sempre coube o empenho de normatizá-la, a fim de que, salvando-se dos ruídos, fosse possível produzir a “boa” comunicação (RESENDE, 2009, p. 32-33).

Atenta, portanto, para os engessamentos aos quais a comunicação já esteve subordinada e que, em alguma medida, é ainda condicionada, do mesmo modo que o jornalismo. Assim como congrega significado o que lhe constituiu, o que é dito, visibilizado, e também o que está oculto: “o mundo em movimento se constitui de sentidos e forças, como nos alerta Ricoeur – e, se é na dimensão do simbólico que tal natureza atua, pensamos que é na inscrição da linguagem que se deve buscar compreender as faltas” (RESENDE, 2009, p. 33). Nessa perspectiva, a narrativa é também ausência, e estas dizem tanto quanto as presenças. Em suma, defende que narrar através dos meios de comunicação expõe legitimações e ausências, que se constituem importantes conhecimentos para o processo de inteligibilidade da vida em sociedade.

O jornalismo produz a partir de um conhecimento prévio, de um conjunto simbólico compartilhado, de uma pré-figuração dos fatos, das coisas, das ações humanas. Isso remete à concepção de Berger e Luckmann (2013) acerca de como se constitui a realidade: conhecimentos são institucionalizados e legitimados, e assim reconhecidos e replicados. É, portanto, com base nesse conhecimento coletivo do senso comum, que o jornalismo transforma fatos em acontecimentos jornalísticos. Há um universo simbólico que torna a representação jornalística reconhecida para o público. Isto significa que em alguma medida o jornalismo apresenta enunciados aceitáveis, reconhecíveis, oferece sentidos:

[...] considerar a narrativa como lugar de produção de sentido é também entendê-la como objeto que produz conhecimento. Por este viés, o jornalismo é compreendido como um conjunto de problemas, orientações, intenções e dizeres que, pela via do discurso, dá a ver o possível do mundo (RESENDE, 2011, p. 01).

Se apreendemos a origem e a formação de um conhecimento, compreendemos os meios dos quais emergem e as formas como podemos articulá-los para o complexo processo de inteligibilidade que demanda a vida em sociedade. Com isso, observar o que as narrativas sobre a Amazônia representam é pertinente para a evidenciação da cultura e de valores dominantes. Ao apresentar novos fatos, o jornalista conjuga passado e presente, com vistas a um futuro, uma sucessão de ações previstas e imprevistas, que em alguma medida são promovidas pela própria representação ofertada pelo jornalismo. Recorrer, portanto, ao histórico de determinado tema, como acontece com o fenômeno dos desmatamentos e das queimadas na floresta amazônica, constitui estratégia de (re)inscrição de acontecimentos nas narrativas jornalísticas. Isolada no tempo presente, mesmo que fundamentada em referenciais diversos, essa pauta pode pouco evidenciar o significado da realidade na qual está inserida. Mas convém salientar que as narrativas jornalísticas são mais que o texto exposto em uma organização da linguagem, pois resultam de processos de interação e relações de poder que caracterizam o universo

representado que se propõe a partir do real. O produto final, assim, não é uma obra concluída. Além da permanente impregnação simbólica que lhe confere algum significado social, passa ainda pela instância do leitor, sujeito pensante:

A narratividade do texto jornalístico, sob essa perspectiva, não se localiza no produto final, como uma obra fechada, mas em seu processo de produção, como um modo de articular experiências e sujeitos, dentro de um contexto lógico e temporal. Mais que um mero conjunto de procedimentos técnicos de escrita, o jornalismo é um fenômeno cultural e, como tal, está atrelado às tensões que permeiam a realidade. A narratividade no jornalismo, assim, não se limita à análise das textualidades, mas as considera inseridas em uma historicidade, dotadas de vinculações sociais e como resultado de modos de produção institucionalizados (QUADROS; MOTTA; NASI, 2017, p. 36).

Portanto, a interface teórica que caracteriza a presente pesquisa e com isso reforça o caráter multifacetado dos fenômenos sociais compreendidos no âmbito dos processos comunicacionais, objeto de nosso campo. Reconhecemos que a realidade se constitui resultado de um amplo conjunto de conhecimentos institucionalizados e legitimados, e que podem e devem ser transformados na medida em que as problemáticas se formam ou são atualizadas, como é o caso da questão ambiental amazônica e da elevação do setor do agronegócio no debate atual. Nessa perspectiva, consideramos que a conjugação do saber de diferentes áreas é um caminho necessário para fortalecer o campo da comunicação, em especial os estudos de jornalismo, que têm evidenciado o caráter narrativo que resulta dessa “ação social que visa finalidades, mas que as cumpre conforme valores próprios da profissão”, conforme reflexão proposta por Fonseca (2016, p. 11).

Nesse sentido, a narrativa é uma perspectiva teórica e metodológica pertinente para o estudo da mediação simbólica exercida pelo jornalismo como produto cultural. Com isso, nossa empreitada investigativa é uma demanda que se organiza a partir do produto, o texto, mas também de características contextuais internas e externas, que permitem situá-lo em um momento histórico. No entanto, reconhecemos a pertinência da linguagem, fator que promove o pertencimento a um conjunto social, ao compartilhamento de índices, significações e acervo social. Assim, saber como se dão esses processos proporciona compreender o jornalismo enquanto instância de produção de sentidos e dá indicativos da sua dimensão, bem como o protagonismo do termo narrativa na atualidade, num cenário em que por um lado se qualifica e por outro se desqualifica a potência de uma narrativa, como avalia Motta (2017, p. 7):

Ainda que no Brasil o setor profissional continue refratário aos estudos acadêmicos, é inegável que o meio profissional e o ambiente político em geral adotaram recentemente uma terminologia reveladora da influência dos estudos acadêmicos: a

narrativa tornou-se um termo de uso frequente e estratégico para setores empresariais, políticos e jornalísticos.

Ao buscar na pragmática contribuições para a compreensão da narrativa jornalística, Motta (2017) defende uma perspectiva epistemológica que vislumbra uma teoria da narrativa enquanto teoria da ação comunicativa. Busca ancoragem na teoria dos atos de fala e assim considera um pertinente caminho para o exame e a reflexão de fenômenos da comunicação jornalística contemporânea. Inicialmente, as análises de narrativa tinham a estrutura como foco e assim a viam enquanto produto acabado, independente do significado de elementos externos, contextuais. O autor explica que essa perspectiva foi aos poucos perdendo espaço para novas concepções que compreendem a narrativa num sentido mais abrangente, sendo o texto/a linguagem/a estrutura apenas um componente de uma narrativa. Em outras palavras, deu lugar ao entendimento da narrativa como o evidente por meio da linguagem, mas também o que ela guarda como oculto, sobreposto, simbólico, contextual. Com isso, propõe que a narrativa seja compreendida como “ação cujo protagonismo, voz e perspectiva dos sujeitos narrador e destinatário na coconstrução do sentido sejam incorporados a uma análise crítica que privilegie as performances dos sujeitos na enunciação narrativa” (MOTTA, 2017, p. 48).

O autor defende com isso a sistematização de uma narratologia crítica e toma como suporte o que chama de hermenêutica crítica, de Ricoeur, salientando a pertinência do seu pensamento para compreendermos o círculo que envolve o desencadeamento, a produção e a recepção da narrativa jornalística. Nesta etapa de suas reflexões, Motta comporta enfaticamente um pensamento acerca da narrativa no âmbito da cultura da convergência (JENKINS, 2009). Portanto, sua contribuição sobre narratologia ao campo da comunicação e do jornalismo, discute o assunto com uma abordagem atualizada em relação aos fenômenos comunicacionais. Nesse contexto, avança para a proposição de que a teoria da narrativa seja reconhecida como uma teoria da ação. O mundo do agir é o eixo central da perspectiva. Pensemos com isso nas intencionalidades da prática jornalística. Sendo uma forma de conhecimento, visa a dar a conhecer, a saber, como já abordado. Com isso, é evidente que há a intenção de transformar. Da ausência de significação para o saber sobre algo que passa no mundo cotidiano, próximo ou não, para uma interpretação acerca dos fenômenos, para também possíveis ações, ou reações à realidade. A hermenêutica ricoeuriana, explica Motta (2017, p. 49),

preocupa-se em reconstruir o arco inteiro das operações da experiência: a obra media entre autores e receptores. O desafio, segundo ele, é a reconstituição do processo concreto pelo qual a configuração (mimese II) faz a mediação entre a prefiguração (mimese I) e sua refiguração (mimese III). Assim, o autor subordina a questão do

encadeamento narrativo à determinação da função mediadora da intriga: ela media entre o momento da experiência prática que a precede e o estágio da experiência receptora que a sucede.

A composição da intriga salientada leva-nos a pensar na constituição dos acontecimentos narrados: são sempre a transformação de uma situação, de uma realidade estável. Porção significativa de sua totalidade está relacionada a uma intriga. A obviedade e a recorrência pouco ganham espaço noticioso, pois não condizem com os valores-notícias centrais convencionados em nosso momento cultural. Também não é a ética que ganha as páginas dos jornais predominantemente. São as ilegalidades, infrações, tragédias, tensionamentos, diferenças, ou seja, o que preocupa, o que ameaça. Portanto, aspectos pensados no nível epistemológico e que incidem diretamente em decisões metodológicas.

Reconhecemos que critérios de noticiabilidade e valores-notícia (WOLF, 2009) estão por trás do que compõe o noticiário diariamente e são fatores iniciais que inscrevem o agronegócio e a Amazônia nas narrativas. Assim, como as fontes de informação acionadas para a validade dos fatos. Não é possível dissociarmos, portanto, a realidade amazônica conhecida por meio das narrativas jornalísticas de um contexto que se vincula às variadas esferas da sociedade contemporânea, bem como é fundamental considerar os veículos de comunicação nas quais ganham vida, visto que a produção jornalística é permeada pelos interesses das organizações, ou pelo modo como elas se posicionam diante de certos fatos. A versão proporcionada pelo veículo de comunicação diz sobre o posicionamento deste enquanto instituição, bem como sugere relações de poder imbricadas nas transformações registradas e nas demandas da sociedade. Uma narrativa nutre-se, portanto, de bem mais do que uma forma de apropriação da linguagem, um modo discursivo; demanda mecanismos simbólicos e ações diversas, que estão dentro e fora da organização jornalística, dentro e fora da comunidade profissional. Com essas abordagens, avançamos para as noções metodológicas que também orientaram nosso percurso (capítulo 3), com vistas à compreensão da construção de sentidos sobre o agronegócio em relação aos desmatamentos e às queimadas na Amazônia brasileira, em jornais de referência.

### 3. Alinhamentos metodológicos

O percurso de pesquisa começa bem antes de sistematizarmos as ideias mais concretas. Nas primeiras incursões a um tema ou em sutis percepções acerca de problemáticas comunicacionais, a pesquisa começa a ser delineada. A leitura e discussão de perspectivas teóricas geram inquietações na medida que evidenciam formas pelas quais a sociedade se organiza e localiza os diferentes discursos que produz. Do mesmo modo, o conhecimento de percursos metodológicos auxilia na identificação de realidades cuja observação sistemática pode se mostrar pertinente à compreensão de interesses e projeções sociais. Assim como, para além das formas objetivas disponíveis para identificar e acessar um objeto de estudo, há a subjetividade do pesquisador, fator indissociável do humano. É a conjugação de variadas etapas, variados componentes, que incidem uns sobre os outros, permitindo ajustes, reformulações, exigindo do pesquisador o olhar atento ao fazer científico, até que uma pesquisa se conforma. Ainda assim, continua a ser uma obra inacabada, visto que o conhecimento e a realidade observada são dinâmicos e continuam a nos interrogar.

Assim, para pensar a prática de pesquisa, encontramos em Braga (2016) uma visão que reconhece as especificidades desse processo e as conjuga como elementos conectados, ou seja, uma perspectiva de pesquisa como processualidade e que proporciona um olhar não segmentado do percurso. Ao se dedicar à reflexão acerca do ensino e do aprendizado de metodologia, Braga apresenta uma sistematização por meio do que entende como “incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica” (2016, p. 77). O autor sugere a organização da pesquisa em três níveis, sendo eles o nível tático, o nível teórico-metodológico e o nível epistemológico. Com isso, observamos uma orientação para o entendimento de que os diversos componentes da pesquisa científica atuam coletivamente no caminho empreendido pelo pesquisador no processo de observação dos fenômenos e de construção de uma leitura singular sobre um recorte da realidade.

No nível tático, também chamado de investigativo, estão as decisões específicas da pesquisa, cujos desdobramentos incidem na elaboração do problema, na obtenção de dados e indicadores, assim como na geração de resultados. Conforme o autor, “trata-se da abordagem material, do exercício de técnicas de observação e obtenção de dados, ou da investigação experimental” (BRAGA, 2016, p. 80). Ou seja, é o nível da prática. Já no nível teórico-metodológico, de acordo com o autor, “temos as estratégias de conhecimento para a área; os tipos de conhecimento que se pretende produzir com o concurso de pesquisas empíricas, reflexão teórica, produção de conjecturas e de teorias de um campo” (2016, p. 80). Em outras

palavras, a explicitação do alinhamento teórico e de posições acerca de pesquisa. Nesse aspecto, trata-se de decisão que organiza a pesquisa num sentido amplo, macro. Um terceiro nível é o epistemológico, sintetizado como “o nível das visadas programáticas e dos sistemas de pensamento” (BRAGA, 2016, p. 80). Isto é, o âmbito das reflexões acerca do conhecimento, o que inclui pensar sobre seus fundamentos, sua base de sustentação, bem como o direcionamento que essas características dão ao conhecimento. Conforme o autor, perspectivas teóricas também aparecem aqui.

Em sentido similar, para Lopes (2010), metodologia é processo de tomada de decisões e escolha de opções por parte do investigador, que resultam na estruturação da investigação em níveis e fases, nas quais o emprego metodológico se dá no espaço determinado do epistêmico. Portanto, a característica epistemológica como elemento que acolhe o conjunto da pesquisa, como fator que orienta e especifica a todos os demais. Seguindo essa linha de articulação, França (2016, p. 153) compreende metodologia de pesquisa como resultante de um conjunto de definições, como o pertencimento a uma área de conhecimento, a adesão a uma forma de compreensão do objeto de estudo e a concepção da questão-problema. Embora com outra forma de expressar a configuração da metodologia científica, entendemos que esta perspectiva também indica pelo menos três níveis de organização das ideias e das demandas de um fenômeno a ser observado.

Portanto, refletir acerca das decisões e das especificidades do seu emprego na pesquisa requer um movimento cuidadoso de coerência e observação ao conhecimento de metodológico de pesquisa científica já sistematizado e convencionado, mas também criatividade para a experimentação de novos modos ou adaptações requeridas pelo objeto. Metodologia, portanto, é a reflexão e o emprego de métodos e procedimentos no decorrer da investigação; é a conjugação de uma série de interesses e componentes sistematizados pela produção científica, harmonizados, que orientam o percurso e permitem descobertas, bem como cada exercício metodológico é um processo singular.

Em nosso processo de pesquisa, trabalhamos com um nível que contemplou um exercício exploratório, orientado como primeiro movimento de construção do objeto da pesquisa, realizado a partir das primeiras ideias acerca do fenômeno destacado. Tomamos como guia para o levantamento de dados a análise pragmática da narrativa jornalística - a partir da sistematização teórico-metodológica de Motta (2010, 2013), conforme disposto em seção posterior no presente relato -, com a finalidade de compreendermos a produção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira, no cenário do ano de 2020, empreendida por jornais brasileiros de referência. Nossa pesquisa

mostrou-se pertinente a uma abordagem predominantemente qualitativa, orientada pela perspectiva da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2014), com vistas à interface de jornalismo e narrativa, a partir de contribuições da Comunicação, da Filosofia, da Literatura, da Historiografia e da Sociologia, conforme explicitamos na abordagem do capítulo dois. Em nossa construção de pesquisa, de acordo com as demandas do fenômeno observado e as sugestões teórico-conceituais seguidas, conjugamos uma perspectiva hermenêutica em diálogo com a fenomenologia, tendo como processo final um exercício interpretativo.

O dado solicitado pelo objetivo da pesquisa evidenciou a realização de uma abordagem qualitativa, embora tenhamos recorrido a um suporte da análise de conteúdo para a sistematização de alguns dados. Ou seja, analisar narrativas diz respeito à análise de um conjunto de enunciações sobre um tema - no nosso caso, matérias jornalísticas nas quais são enunciadas relações entre o agronegócio brasileiro e o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Em análise de narrativa, recorrências podem auxiliar o exercício de compreensão, mas são os significados de fundo moral - produção de sentido - de uma estória que se sobressaem. Portanto, na presente pesquisa, a construção do corpus foi orientada pela abrangência do assunto nos jornais no período observado em sentido macro - edições do ano de 2020 - e a busca pela incorporação das unidades noticiosas pertinentes - definição desenvolvida a partir das indicações teórico-metodológicas, bem como do conhecimento acerca do tema noticiado. Assim, concordamos com Bauer e Gaskell (2008, p. 20), quando os autores dizem que “[...] a escolha qualitativa ou quantitativa é primariamente uma decisão sobre geração de dados e os métodos de análise, e só secundariamente uma escolha sobre o delineamento da pesquisa ou de interesses do conhecimento”. Em se tratando da pesquisa qualitativa, de acordo com os autores, caracteriza-se essencialmente pela interpretação de realidades sociais. Assim, trata-se de “[...] processo hermenêutico (e não-algorítmico), através do qual um interpretador humano tenta descobrir sentido (Verstehen) nos dados qualitativos” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 492).

O exercício de compreensão do objeto empírico, qual seja, a reflexão direcionada a situações não esclarecidas no que tange ao ambiente social, na pesquisa de viés qualitativo, diz respeito à própria pesquisa empírica. Para isso, basta a motivação central do pesquisador voltar-se para descobertas de conhecimento sobre tal material, com pertinentes orientações teóricas (BRAGA, 2011). Em nosso caso, jornais de referência são objeto empírico, jornais impressos, cuja leitura, de acordo com Carvalho (2010a, p. 12), “[...] para ser reveladora de significados, carece de procedimentos que permitam identificar as articulações entre elementos que são os responsáveis pela construção de sentidos do que é narrado”.

Conforme destaca Strelow (2010, p. 207-208), as práticas cotidianas do jornalismo, quando submetidas ao crivo da sistematização científica, revelam sua característica hermenêutica:

Quando transformados em objeto de pesquisa científica, os produtos jornalísticos, tão definitivos e estanques, ao primeiro olhar, revelam-se vivos e repletos de histórias a serem descobertas por detrás da palavra enunciada. O jornalista, enquanto historiador do instante, interpreta os acontecimentos e não apenas os recita. As narrativas jornalísticas, mesmo tendo como norte a objetividade e a imparcialidade, são espaços de subjetividade. Mediador, o jornalista imprime seu ponto de vista à notícia, mesmo quando não opina.

A colocação da autora faz lembrar as reflexões dos pesquisadores canadenses Charron e Bonville, ao discorrerem acerca de métodos de pesquisa em jornalismo, que destacam a pertinência de se considerar fatores que explicam a prática jornalística no âmbito de uma construção sócio-histórica. Para esses autores, um desafio para as investigações do campo “consiste em destrinchar as relações complexas entre as condições sociais de produção do discurso jornalístico e as características desse discurso, cujos objetos, formas, regras e intenções de comunicação variam no tempo e no espaço (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 27).

Assim, na pesquisa social empreendida, tomamos o texto como meio e os jornais como comunicação formal, de acordo com a concepção ofertada por Bauer e Gaskell (2008). Ao tecer reflexões sobre a construção de dados formais, os autores observam que estes “[...] reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 22).

Essas orientações teórico-metodológicas evidenciam que no campo da comunicação empregamos contribuições de outras áreas do conhecimento, o que pode ser visto, por um lado, como uma fraqueza ou uma carência do campo, por outro, pode dizer sobre a riqueza de relações às quais os fenômenos comunicacionais contemplam. A segunda perspectiva tem mais força para nós, visto que integramos um campo consolidado, que se move com os desafios, e amplia seu lugar de conhecimento. Bem como revelam a complexidade dos fenômenos do campo. Com isso, passamos à apresentação das etapas de construção do objeto da pesquisa e da formação do corpus de matérias jornalísticas analisadas. Ao final do capítulo, abordamos a análise da narrativa jornalística, que se mostrou pertinente como técnica de análise.

### 3.1 Construção do objeto da pesquisa

A construção do objeto da pesquisa passou pela realização de dois levantamentos nos jornais, sendo o primeiro essencialmente exploratório e o segundo um movimento de delimitação do tema e decisões acerca de métodos e procedimentos técnicos. Portanto, o primeiro momento consta das primeiras ideias, interesses e desafios envolvidos. Como exposto no decorrer do presente relato, o caminho para definição do assunto a ser pesquisado começou pelo interesse na representação jornalística sobre agronegócio e as diversas atividades que o envolve, deslocando-se para a pertinência de analisá-lo em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira. No procedimento inicial, foi realizado o reconhecimento do assunto agropecuária e as ramificações envolvidas, e, a partir das definições subsequentes, no segundo momento, buscamos o reconhecimento do assunto por meio do levantamento de matérias informativas sobre desmatamento e queimadas na floresta amazônica no cenário de fatos do ano de 2020.

O amadurecimento de ideias acerca de um interesse de pesquisa passa por um exercício de reconhecimento das especificidades que o caracterizam, e, para isso, empregamos a pesquisa exploratória (PRODANOV; FREITAS, 2013). Trata-se de uma etapa flexível do percurso da pesquisa, que teve como ponto de partida algumas predisposições teórico-metodológicas, somadas à busca por bibliografias que se mostraram importantes durante o levantamento, na medida em que algumas características se destacavam, acrescidas da relevância dos temas agropecuários como pauta jornalística, considerando, especialmente, a história brasileira e o cenário de fatos desse tema em 2020, quando, recorrentemente, questões de variadas esferas acabaram por evidenciá-los.

No primeiro movimento, foram testadas possibilidades de busca a partir da configuração dos acervos digitais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Nessa etapa, também realizamos levantamento na versão impressa do jornal *O Globo*. Apesar da ampla presença do tema, no decorrer da construção da pesquisa, identificamos a pertinência de trabalhar com os jornais cuja sede é em São Paulo, visto a realidade da cidade como centro econômico do Brasil, aspecto que inclui o setor do agronegócio. Cabe destacar a presença da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que tem a cadeia produtiva do agronegócio entre os seis segmentos nos quais atua (FIESP, s/d). Outros dois fatores foram a pertinência de trabalhar com veículos de comunicação de maior semelhança em termos de grupo empresarial, bem como pela viabilidade de realização da análise, considerando o prazo para entrega do relato de pesquisa.

De posse das descobertas iniciais, na próxima incursão, procedemos a um exercício sistematizado de coleta. Foram empregadas as palavras-chave agro, agronegócio, agrícola, agricultura, agropecuária, lavoura, pecuária e rural. Os acervos apresentaram dinâmicas de pesquisa semelhantes, sendo o resultado por página um fator comum. Como sistemática de organização e de detalhamento, inicialmente, os dados foram registrados digitalmente em quadros e preenchidos conforme os meses do ano. Com isso, obtivemos um resultado quantitativo, que se manteve circunscrito ao levantamento exploratório. O retorno dessa busca contemplou a presença das palavras sem distinção de editorias, gêneros e formatos jornalísticos, ou cadernos, seções e publicidade. Portanto, evidenciou aspectos gerais e confirmou a amplitude do tema na circulação diária dos jornais. As palavras-chave, por vezes, são empregadas coletivamente, então, também, os números retornados não corresponderam à recorrência de unidades noticiosas ou mesmo de outras peças de comunicação que compõem jornais impressos, mas ainda assim sobre uma dimensão ampla do tema.

O reconhecimento dos assuntos narrados no ano de 2020 evidenciou pautas decorrentes da pandemia, como preocupações em torno do abastecimento de alimentos, escoamento da produção do agronegócio, circulação do coronavírus em frigoríficos, entre outros aspectos relacionados a colheitas. Também questões de pequenos produtores, agricultura familiar, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e conflitos indígenas relacionados à terra. A nuvem de gafanhotos que se aproximou das fronteiras internacionais do sul do país também foi notícia, assim como o acordo comercial entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia<sup>15</sup>. Fatos ambientais também foram pauta jornalística relacionada à agropecuária e atividades afins, de modo que se tornou eixo temático central, assumindo identidade na forma do agronegócio. As queimadas e os desmatamentos na Amazônia em números recordes pautaram o jornalismo, juntamente com as queimadas também históricas no Pantanal. Portanto, são assuntos que permearam assuntos agropecuários no período, dentre os quais, terminamos por destacar aqueles relacionados à região amazônica.

De posse das observações do primeiro levantamento, partimos para a definição dos interesses do segundo, com vistas à formação de um corpus de matérias informativas a serem

---

<sup>15</sup> “A UE eliminará 100% de suas tarifas industriais em até 10 anos, ao passo que o Mercosul eliminará 91% de tarifas industriais em termos de linhas tarifárias e de comércio em até 15 anos. No que se refere ao setor agrícola, a UE dará acesso preferencial ao Mercosul, em livre comércio ou desgravações parciais, a praticamente todos os seus produtos agrícolas em termos de cobertura e a 97% das linhas tarifárias, ao passo que o Mercosul dará acesso preferencial à UE a 98% do comércio e 96% das linhas tarifárias.” (BRASIL, 2022, documento eletrônico). “A Associação Estratégica entre o Mercosul e a União Europeia implica a integração de um mercado de 800 milhões de habitantes, quase uma quarta parte do PIB global, e com mais de US\$100 bilhões de comércio bilateral de bens e serviços.” (MERCOSUR, 2019, documento eletrônico).

analisadas. Nesse segundo levantamento, buscamos pelos textos que mencionam a Amazônia, sendo, portanto, realizada nova busca nos acervos digitais e na versão digital das edições impressas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Todo o resultado foi conferido e selecionados os textos jornalísticos informativos - notícias, reportagens e entrevistas.

Observamos que temas relacionados à agropecuária são abordados em outros gêneros e formatos jornalísticos, assim como em publicidade. Justificamos a escolha por analisar o gênero informativo em função de contemplar os formatos mais orientados à objetividade, à neutralidade, à descrição na presença de um narrador jornalista e à informação em essência. É o gênero usado para a narração dos fatos do cotidiano, transformados em acontecimentos jornalísticos. É o meio pelo qual se cumpre a função de informar o público acerca do que se passa no cotidiano e é interesse público. Portanto, uma narrativa que se mostra inicialmente dispersa, desconectada a partir da efemeridade noticiosa, mas que visualizada atentamente evidencia interesses que caracterizam uma sociedade em determinado período e as interações que permeiam o jornalismo e a construção de representações. Nessa etapa, discutimos a pertinência de considerar como tema a cobertura do desmatamento e das queimadas na Amazônia, especialmente a partir de observações da qualificação do projeto de pesquisa, e com isso as narrativas sobre o agronegócio em relação a esse assunto eram vislumbradas como resultado, porém, identificamos que a representação do agronegócio se mostrava em destaque, fazendo desse setor um agente específico que o associavam à Amazônia. Assim, delimitamos a tese a um recorte da referida cobertura.

### **3.2 Delimitação do corpus**

Conforme mencionamos anteriormente, recorreremos à análise de conteúdo como para as etapas iniciais de reconhecimento do objeto empírico, cujos procedimentos incidiram no movimento exploratório e foram retomados no segundo levantamento. Nesta etapa, recorreremos à coleta de dados para um panorama descritivo do corpus, que será evidenciado no decorrer deste texto. A análise de conteúdo é amplamente empregada em pesquisas do campo da comunicação. De acordo com Laurence Bardin (2016, p. 37), trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que pode ser um compêndio de ferramentas, mas também um instrumento. De todo modo, é marcada por disparidade de formas e adaptável ao vasto campo das comunicações. Na análise de conteúdo, a descrição analítica se dá com procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição. Numa concepção ampla, é um método das ciências humanas e sociais cuja indicação é a investigação de fenômenos simbólicos por meio

de diversas técnicas de pesquisa (FONSECA JUNIOR, 2006).

Na análise de conteúdo, os objetos tomados como domínios possíveis são avaliados a partir da natureza do código e do suporte aos quais estão atrelados e da quantidade de pessoas implicadas na comunicação. O jornal é contemplado, assim, como uma comunicação de massa, que se apropria do sistema linguístico e se apresenta em formato escrito, correspondendo, desse modo, a critérios previstos pelo método (BARDIN, 2016). Três pólos organizam os procedimentos nessa técnica - pré-análise, exploração do material, e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação -, dentre os quais empregamos os iniciais. Nesses movimentos, empreendemos a leitura flutuante, primeiro contato com o material, seguida da seleção dos textos jornalísticos e sistematização de dados descritivos.

A análise preliminar das matérias jornalísticas mostrou a pertinência do termo agronegócio como nomenclatura agregadora de todos os elementos relacionados à agricultura e à pecuária no país, ampliando-se assim como tema na representação jornalística. A Amazônia, por sua importância em fauna, flora e recursos naturais, como lugar habitado por populações tradicionais, historicamente foi objeto de atenção da imprensa nacional e internacional e nos últimos anos recebeu um salto significativo de visibilidade em função dos dados recortes de desmatamento e queimadas. Por sua vez, o agronegócio constitui historicamente também uma das bases econômicas do país, além de envolver práticas das variadas identidades culturais regionais que formam a população brasileira, e que, de modo geral, a cada safra de grãos amplia a escala mundial de produção de alimentos. No cenário de 2020, primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, o agronegócio foi colocado em evidência especial como setor da economia que não viria a sofrer prejuízos no corrente ano, enquanto os demais setores indicavam desafios econômicos em função da pandemia. Adentrando com mais atenção às matérias jornalísticas que apresentavam esses assuntos em relação – agronegócio e desmatamento e queimadas na Amazônia –, identificamos aspectos instigantes a partir dos embates em torno da responsabilidade e das consequências da destruição da floresta amazônica, que evidenciam a formação desses elementos como um tema. A construção de sentidos sobre heróis e vilões dos desafios ambientais contemporâneos - processo que coloca o agronegócio em destaque - evidenciou a pertinência de uma análise da narrativa, como será aprofundado.

Identificamos assim acontecimentos encadeados e chegamos ao início de um *corpus* de textos informativos com potencial para compreendermos a produção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira na atualidade. Trata-se de um recorte da realidade social que oferece subsídios para fatores comunicacionais, especificamente jornalísticos, imbricados na dinâmica social de posicionamentos que se instaurou a partir de tensões entre diferentes interesses, em nível nacional e internacional. Assim

como para observarmos as estratégias narrativas empregadas nos textos jornalísticos contemporâneos, no que tange aos seus desafios. O recorte nos possibilitou olhar profundamente para o tema da pesquisa, identificar e compreender aspectos que os caracterizam, e problematizá-los. De modo específico, dar a conhecer sobreposições, entrelaçamentos e contratos que perpassam a construção social da realidade no que tange ao papel do jornalismo e os recursos que emprega para informar o público.

A partir desses procedimentos, organizamos a coleta e identificamos o conjunto (tabela 1) de matérias jornalísticas pertinentes ao exame minucioso, a seguir exposto. Portanto, o corpus do jornal *O Estado de S. Paulo* é formado por 112 matérias jornalísticas<sup>16</sup>, divididas em notícias, reportagens e entrevistas, publicadas nos meses de junho (8), julho (36), agosto (26), setembro (20), outubro (5), novembro (10) e dezembro (7). Ao todo, são 72 edições selecionadas. O jornal *O Estado de S. Paulo* possibilita, em seu acervo, a seleção das edições de circulação nacional, bem como as que circulam no estado de São Paulo. Assim, considerando o caráter de referência atribuído ao periódico, recorreremos à edição nacional.

Já o jornal *Folha de S. Paulo* tem o corpus formado por 87 matérias jornalísticas<sup>17</sup>, divididas em notícias, reportagens e entrevistas. São textos publicados em junho (6), julho (25), agosto (10), setembro (20), outubro (18), novembro (5) e dezembro (3). Ao todo, são 64 edições selecionadas. Na *Folha*, selecionamos a edição nacional do caderno Cotidiano.

Tabela 1 - Composição quantitativa do corpus considerando a distribuição mensal das notícias, reportagens e entrevistas relacionadas ao tema em cada jornal

Meses (2020)	Estadão	Folha
junho	8	6
julho	36	25
agosto	26	10
setembro	20	20
outubro	5	18
novembro	10	5
dezembro*	7	3
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>87</b>

\*primeira semana

Fonte: Elaborado por Thaís Leobeth dos Santos (2022).

<sup>16</sup> Apêndice B - Quadro geral de textos do *Estadão*. Outras 121 matérias do mesmo período não integram a seleção por não apresentarem relação direta ao agronegócio.

<sup>17</sup> Apêndice B - Quadro geral de textos da *Folha*. Outras 115 matérias do mesmo período não integram a seleção por não apresentarem relação direta ao agronegócio.

Ambos os conjuntos noticiosos correspondem ao período de junho de 2020 à primeira semana de dezembro de 2020. O referido recorte temporal foi evidenciado pela análise inicial das matérias publicadas durante todo o ano, cuja abordagem versa sobre a relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Observamos no início e no final do período citado matérias jornalísticas que denotam o desenvolvimento de alguns fatos sobre o assunto pesquisado. O diferencial é o conjunto de ações desencadeadas na realidade do desmatamento e das queimadas na Amazônia no ano de 2019, dentre as quais a pressão nacional e internacional sobre as políticas públicas ambientais e sobre exportações, cujo ápice das reações se dá em junho de 2020. Portanto, observamos o início de um ciclo de representação e construção acerca dessa problemática social, bem como a participação dos jornais por meio de promoção de debates, do emprego de cartolas<sup>18</sup>, entre outras ações, que denotam escolhas para a abordagem do agronegócio. Além disso, contempla o período considerado seco na Amazônia, cujas consequências relacionadas ao desmatamento e às queimadas tendem a ganhar visibilidade no debate social, especialmente pelo aproveitamento para práticas ilegais.

Na próxima seção, passamos à abordagem da orientação teórico-metodológica que empregamos como inspiração para a análise da narrativa jornalística. Compõem nosso objeto de análise, a superfície textual – texto principal, legenda de imagem, infografia, chamada na capa etc. –, analisados em correlação com características contextuais históricas que se mostram pertinentes à pauta jornalística estudada. Visamos assim alcançar vinculações sociais e sentidos implícitos.

### **3.3 Acionamentos para uma análise da narrativa jornalística**

Num exercício de aproximação da narrativa ao texto jornalístico, Motta, Costa e Lima (2004) sistematizaram procedimentos analíticos, que mais tarde seriam aprimorados pelo primeiro autor. Já nas primeiras reflexões, compreenderam que o processo narrativo é baseado nas ações evidenciadas pela sucessão de práticas dos atores e o consequente enquadramento temporal que se delineia ao longo da narrativa jornalística. Posteriormente, ao aprimorar suas reflexões para sugestões de uma análise pragmática da narrativa jornalística, Luiz Gonzaga Motta sistematiza uma série de orientações para a execução dessa modalidade de análise.

---

<sup>18</sup> “*Cartola*: também conhecida como chapéu ou retranca, geralmente é colocada no topo da página dando o direcionamento para o assunto tratado ou designando a editoria” (DAMASCENO, 2013, p. 22, grifo da autora).

Motta (2013) sugere que a análise contemple três instâncias do discurso narrativo: plano da expressão, plano da estória e plano da metanarrativa. Tais planos correspondem a distintas contribuições e elementos que configuram uma narrativa enquanto objeto e processo. Para isso, a análise contempla a recomposição dos acontecimentos, a identificação dos tensionamentos e da participação de cada narrador – veículo, jornalista e personagem, bem como das estratégias comunicativas, especialmente referenciais, aspecto fundamental ao texto jornalístico: “analisar as narrativas se transforma em observação de ações e performances socioculturais, mais do que relatos isolados” (MOTTA, 2013, p. 83). De modo específico, de acordo com o autor, o plano da expressão (do discurso) é o da linguagem, da superfície textual, por meio do qual o narrador constrói o enunciado. Já o plano da estória diz sobre o conteúdo, a intriga que mobiliza a narrativa, se destaca na análise e apresenta relativa autonomia sobre plano anterior. É do âmbito da diegese, representação, universo possível imaginado. Por fim, o plano da metanarrativa “é o da estrutura profunda, relativamente mais abstrato e evasivo, que evoca imaginários culturais” (MOTTA, 2013, p. 138).

A operacionalização dessas instâncias se dá por meio de sete movimentos sistematizados pelo autor, e que orientaram a análise que realizamos. Cabe destacar que em análise de narrativa, como orienta Motta (2010, 2013), não há linearidade ou sequência de elementos cuja observação deve obedecer a um ordenamento rígido. Todos podem ser trabalhados concomitantemente, na medida em que o analista os identifica.

Um desses movimentos propostos é compreender a intriga como síntese do heterogêneo. Ou seja, identificar a conexão das partes, a sequência de temas e o encadeamento cronológico. Com isso, o tema passa a ser compreendido como síntese. Os discursos narrativos midiáticos são construídos por meio de estratégias comunicativas e operações e opções linguísticas e extralinguísticas para realizar intenções e objetivos. Nesse movimento, o narrador dedica-se à organização narrativa de seu discurso e demanda uma interpretação do seu destinatário. Dessas produções, há notícias que se caracterizam como uma narrativa integral, com começo, meio e fim, e, assim, podem ser analisadas individualmente. No entanto, o interesse da análise pragmática da narrativa jornalística volta-se para o isolamento de um conjunto de notícias dedicadas a um mesmo tema e publicadas cotidianamente, sem narratividade aparente (MOTTA, 2010). Ou seja, as notícias apresentam uma sucessão de transformações e analisadas conjuntamente compõem uma estória única, evidenciando associação entre os episódios. Assim como a ciência, a historiografia e a literatura, o jornalismo narra os acontecimentos, ordena-os, e apresenta algum sentido para uma parcela dos fatos da realidade social.

Outro movimento diz sobre captar a lógica do paradigma narrativo, buscando compreender o seu contexto comunicativo que acaba por se revelar no que o autor chama de projeto dramático da construção da realidade. Motta (2013) explica que, nesta etapa, tem como pressuposto que a narrativa é uma operacionalização de sedução do leitor e assim busca satisfazer a um projeto discursivo do narrador. Portanto, o analista deve atentar para o texto, as escolhas e performances, bem como ao contexto cultural compartilhado. Deixar surgir novos episódios é outra etapa: diz aos temas, que podem ser dominantes ou secundários. Nas narrativas jornalísticas, algumas proposições são evidentes por parte dos narradores jornal e jornalista – títulos, subtítulos, palavras-chave, intertítulos etc. –: “o número e os nomes dos episódios obviamente variarão conforme a densidade da intriga e os objetos da análise. Pode haver também motivos ausentes, redundantes e duplicados”, alerta Motta (2013, p. 161).

Em uma análise pragmática da narrativa jornalística, o analista deve também permitir ao conflito dramático se revelar. Isto é, estar atento aos tensionamentos, oposições, aos pontos de vista articulados no texto jornalístico, às condutas reveladas pelas personagens a partir de seus discursos. O autor destaca que eles têm origem “[...] em conflitos sociais e psicológicos de ordem econômica, política, ideológica, religiosa etc. São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um frame demarcador da realidade a ser recortada e contada” (MOTTA, 2013, p. 168).

Outro movimento é a construção de personagens jornalísticas discursivas, cujo reconhecimento e funcionalidade na estória narrada evidencia funções na sua progressão. Em análise pragmática da narrativa jornalística deve-se “[...] examinar como o relato jornalístico construiu tal personagem, como ele foi posicionado na narrativa, seus papéis funcionais na trama noticiosa etc.” (MOTTA, 2013, p. 191). O contato, acesso e representação das fontes no texto jornalístico são fatores cujos desafios práticos, éticos, tecnológicos e de finalidade jornalística se mantêm tensionados, assim como outros aspectos fundamentais dessa prática. Conforme explicita Nilson Lage (2000, p. 49), “é tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas”. Essa dinâmica evidencia que “entre o fato e a versão que se divulga, há todo um processo de percepção e interpretação que é a essência da atividade dos jornalistas” (LAGE, 2000, p. 53), aspectos que dizem sobre intenções, comportamentos, entre outros, na relação entre fontes e jornalistas, e que incidem em implicações da dimensão de contextualização de uma notícia, salienta o autor.

Compreender as intencionalidades da narrativa jornalística demanda também a captação de estratégias argumentativas: “o texto é um conjunto de instruções que o leitor recria de modo

ativo e criativo. O texto só se torna obra na interação dele e com receptor. O analista, portanto, deve-se colocar na posição de um leitor arguto e decifrador” (MOTTA, 2013, p. 198). Nesse movimento, estão imbricadas as estratégias de produção, que atuam nos efeitos de real, e as estratégias de subjetivação, que atuam na construção de efeitos poéticos, que podem estar fortemente ligados às metanarrativas, ou seja, pano de fundo que as orienta e evidencia as interações que promovem a organização da vida cotidiana: “a notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável. Nenhuma notícia está nas páginas e telas sem que haja uma razão ética ou moral que justifique o seu relato” (MOTTA, 2010, p. 206), ressalta o autor. Alcança-se, nesta etapa, o estágio das significações.

Voltando às possibilidades de objetivação, destacamos os dêiticos, que “são elementos espaço-temporais do discurso que concorrem para situar o enunciado e os sujeitos no ato de comunicação, e proporcionar referências no momento e no lugar em que ele ocorre” (MOTTA, 2013, p. 159). A relação comunicativa e o contrato cognitivo de narrador e leitor são interesse da análise: o analista se coloca na posição desse interlocutor, cuja participação no processo comunicativo aciona a complementaridade da estória narrada, pois cada leitor a completa a partir do universo simbólico que compartilha sobre determinado tema.

Esses movimentos podem convergir para uma captação das vozes narrativas e os jogos de poder que executam a partir dos enunciados articulados no texto jornalístico. A centralidade de interesse na narrativa orientada para essa compreensão eleva a importância do narrador e os enunciados aos quais correspondem, configuração pertinente para uma ênfase na captação dos sentidos ofertados pelas narrativas das quais participam (MOTTA, 2013). Jornal, jornalista e fonte, assim, possuem funcionalidades nas narrativas, orientadas por hierarquias:

A narrativa jornalística é uma construção discursiva mediada primeiramente pelo meio de comunicação que a veicula: o jornal, a emissora ou o portal, cada qual com suas singularidades técnicas, seu *ethos*, seus interesses comerciais e ideológicos particulares. Ela é mediada, em segundo lugar, por um corpo de profissionais corporativos: jornalistas, diagramadores, fotógrafos, cinegrafistas, editores, ilustradores, *webmasters* etc, que hierarquizam a apresentação dos fatos, enquadram e posicionam os protagonistas na estória, de acordo com seus valores pessoais e interesses profissionais. Além desses interesses, o texto jornalístico está permeado de falas diretas ou indiretas das inúmeras personagens-testemunhas, que também se digladiam no relato, trazendo para o dramatismo da estória a ótica de seus próprios pontos de vista sobre os incidentes que presenciaram ou de que participaram. Veículos, profissionais, indivíduos e grupos sociais estão assim em contínua *negociação* política e simbólica (MOTTA, 2013, p. 220, grifos do autor).

Dadas essas proposições metodológicas, vemos na análise de viés narrativo a possibilidade de trabalhar de modo amplo o conjunto de aspectos elencados na produção noticiosa pensando a partir de quem escreve, ou seja, do jornalista/autor/narrador, bem como

das fontes contatadas e mencionadas. Além disso, a relação das narrativas jornalísticas com o tempo, isto é, o tempo jornalístico, calcado no presente no mesmo momento em que trata do tempo histórico, constitui fator instigante para o tema de pesquisa em questão. Com isso, nosso olhar é orientado por variáveis da narrativa jornalística, que expõem narradores, personagens, referenciais de tempo e espaço, bem como de outros recursos linguísticos e extralinguísticos pertinentes à narrativa jornalística, em especial.

Na perspectiva pragmática, há a “necessidade de considerar o contexto dinâmico do uso da linguagem, a performance e motivações (intencionalidades) dos sujeitos interlocutores” (MOTTA, 2017, p. 52), o que remete à categoria narrador, defendida pelo autor no âmbito de três vozes narrativas abordadas anteriormente – o veículo (jornal), o jornalista e a personagem, visto que a produção noticiosa resulta de interpretação, não sendo possível apresentar o fato em si, somente um relato dele. O autor alerta ainda o analista para o protagonismo dos atores: “mais que uma questão de identidade dos atores, é necessário que o analista conheça os papéis sociais dos sujeitos, suas intenções comunicativas e as relações de força entre eles (posição social, hierarquia, diferenças de gênero, etc.)” (MOTTA, 2017, p. 53). O narrador é reconhecido assim como sujeito empírico que age ao emitir sua narração.

Portanto, cada edição diária trata de transformações do mundo da vida, e da continuidade histórica, absorvida pelo jornalismo: se este atualiza a realidade, um conjunto de acontecimentos sobre um mesmo tema expostos diariamente pode configurar uma estória, ou melhor, versões das estórias cotidianas. Assim, empreendemos uma análise da narrativa jornalística com inspiração nessas orientações teórico-metodológicas, com o objetivo de compreender a construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira na atualidade, a partir de acontecimentos jornalísticos narrados por jornais de referência no ano de 2020, quais sejam: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. A exposição na próxima seção é resultado de uma construção narrativa, que foi caracterizada no decorrer da análise. Partimos de algumas orientações acerca do que observar, mas as decisões, as percepções acerca das categorias e a própria reconstrução da narrativa jornalística num sentido integral foram descobertas e evidenciadas no percurso investigativo. Todos os movimentos sugeridos por Motta contribuíram para a compreensão do objeto, bem como a atenção sugerida aos três narradores se constitui pertinente ênfase para a compreensão do processo de construção de sentidos nas narrativas analisadas.

Isso exposto, vamos ao capítulo seguinte (4), à identificação e compreensão da versão da estória colocada em primeiro plano nas matérias jornalísticas e na versão que os narradores almejam construir na serialidade da produção jornalística cotidiana. Na referida seção,

apresentamos os resultados da análise da narrativa jornalística ao qual foram submetidos os textos jornalísticos que apresentaram relação entre o agronegócio e os desmatamentos e as queimadas na Amazônia.

#### 4. Exposição da análise e resultados

Trabalhamos com o desafio de identificar a narratividade num conjunto de matérias jornalísticas que, embora conectadas por meio do cruzamento dos fatos, instituições e interesses envolvidos, estão dispersas no jornalismo diário. Esse aspecto é salientado por Motta (2013, 2010) ao sistematizar sugestões para uma análise de narrativas jornalísticas e interesses de uma análise pragmática, como explicitamos. Conforme expõe o autor, “reunindo todas as informações dispersas nas diversas notícias a respeito de um assunto único, o analista junta as pontas, recompõe a serialidade, reorganiza a cronologia da intriga e tem então em suas mãos a obra, o objeto de sua análise” (MOTTA, 2013, p. 115). Assim, observar o emprego da linguagem pelo jornalismo considerando-o como narrativa implica a aproximação com vieses externos ao campo da comunicação. Cientes dessa condição, entendemos que se faz necessário respeitar os limites de cada conhecimento e do objeto empírico. Aplicar ou experimentar um direcionamento teórico-metodológico pode ser mais produtivo e rico em descobertas do que forçar o objeto a caber em caixas. Portanto, considerando as limitações e as potencialidades já reivindicadas nos estudos de narrativa jornalística, empreendemos nossa experiência de interpretação de um fenômeno comunicacional jornalístico visto por lentes da narrativa, e para construção de nossa narrativa, que é a sistematização do que chamamos de relato de pesquisa.

Antes de adentrarmos aos resultados da etapa investigativa, convém apontar orientações sobre como os dados estão dispostos. Em função da pertinência da cronologia para abordagens de cunho teórico-metodológico vinculadas a teorias da narrativa, essa modalidade sequencial acompanha a disposição dos dados da pesquisa por quase todo o relato a seguir. Somente ao final da exposição da análise de cada jornal, quando passamos à interpretação geral sobre o conjunto noticioso, ou seja, quando evidenciamos a estória, é que a temporalidade diária dos eventos deixa de ter o peso inicial. Outro aspecto de cunho referencial para o leitor diz respeito às formas como a nomenclatura dos jornais são empregadas no presente texto. Dada a necessidade de repetição, a fim de que não seja denso para a leitura, optamos por variar entre o nome completo por extenso, conforme o emprego dos próprios veículos, e abreviações – *O Estado de S. Paulo*, *Estadão* e *OESP*; *Folha de S. Paulo*, *Folha* e *FSP* –, bem como destacá-las por meio do recurso itálico para salientar quando se trata de um e de outro.

Embora nosso estudo seja dedicado ao exame de periódicos com características pertencentes a uma mesma classificação – jornais de referência, centenários, com estrutura organizacional e de produtos comunicacionais semelhantes –, observamos pertinência em examiná-los separadamente. Isso em função de que já nos primeiros movimentos de

reconhecimento de um corpus a ser analisado identificamos diferenças no emprego de recursos linguísticos e extralinguísticos, por exemplo. Vemos no objeto empírico selecionado um conjunto abrangente de elementos que podem afinar nosso olhar e direcionar para aspectos que evidentemente se constituem em dados potentes para a interpretação. Características distintas se mostraram interessantes para uma reflexão final e global acerca da narrativa jornalística de um e de outro.

Inicialmente, apresentamos um panorama descritivo, a partir de contribuições da análise de conteúdo. Posteriormente, trabalhamos com orientações da análise de narrativa, para a construção de nossa interpretação sobre a materialidade da linguagem no texto jornalístico, visando compreender a construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira na atualidade, a partir de acontecimentos jornalísticos narrados no período de junho de 2020 à primeira semana de dezembro do mesmo ano, publicados em jornais de referência. Ao observarmos os textos a partir dos acontecimentos jornalísticos que os caracterizam, e com isso tensionamentos, estratégias argumentativas e narradores, identificamos aspectos histórico-culturais que permitem a construção das narrativas. Assim, embora passemos por alguns aspectos estruturais, salientamos que nosso interesse recai no conjunto de fatores que contribui para a formação de sentidos em torno da relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Dito isto, passamos à exposição da análise.

#### **4.1 O Estado de S. Paulo**

“Como fazer o Brasil passar de um vilão internacional a uma potência sustentável” é o título atribuído a um evento promovido e noticiado pelo *Estadão* em 04 de setembro de 2020. Outras expressões também podem ser mencionadas como indicativas do teor das narrativas do periódico nas quais o agronegócio foi associado ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira: “não se deve vilanizar a agropecuária”, “para não sermos vilanizados”, “reverter a imagem de “vilão ambiental””. Ou seja, há variedade de termos que qualificam personagens e sugerem ações. Mas antes de adentrar na exposição da análise da narrativa, vejamos algumas características gerais do corpus formado por textos jornalísticos do jornal *O Estado de S. Paulo*, tomados como base na análise de conteúdo. Estes são interessantes para uma descrição, de modo a situar o leitor em algumas dimensões que envolvem o objeto empírico estudado.

O conjunto de notícias, reportagens e entrevistas que compõem o levantamento geral soma 112 unidades. No recorte temporal contemplado, os textos são distribuídos da seguinte

maneira quantitativa: junho (8), julho (36), agosto (26), setembro (20), outubro (5), novembro (10) e primeira semana de dezembro (7). A distribuição evidencia o mês de julho como período de aglutinação de acontecimentos jornalísticos relacionados ao tema pesquisado, expondo, assim, a pertinência de considerarmos o cenário que o antecede e analisarmos desdobramentos nos meses que o sucedem. Esse conjunto corresponde a 72 edições e seis editorias diárias, sendo elas Economia (49), Metrópole (27), Economia & Negócios (19), Política (10) e Internacional (3), e a seção Especial (4). Dos 112 textos, sete não são assinados. Ao todo, 59 jornalistas são indicados como autores, e outros dois aparecem como colaboradores. Ao observarmos o local de produção, identificamos um mapa, que destaca seis cidades – Brasília (DF) (33), Rio de Janeiro (RJ) (4), São Paulo (SP) (2), Washington (EUA) (2), Londres (UK) (1) e Berlim (ALE) (1) –, informadas como referência espacial em 43 matérias. Berlim corresponde à colaboração da agência de notícias France Press.

Distribuição no tempo e no espaço, autoria, enquadramento são aspectos que remetem à narrativa e se mostram interessantes à compreensão do tema visado nesta pesquisa. A dimensão espacial da floresta amazônica, o conjunto de características que incidem no acesso à região, nos modos de vida locais, a localização da Amazônia em relação ao restante do Brasil, assim como a localização do jornal – sediado na região sudeste, na maior cidade do país (São Paulo), mas dividindo amplamente sua redação com a sucursal de Brasília (conforme os textos analisados), centro político nacional, ou seja, próximo a fontes desse campo – são fatores que podem impactar a cobertura jornalística. Precisamos ponderar que se trata do primeiro ano da pandemia do novo coronavírus. No entanto, é um veículo de comunicação com estrutura consolidada, com reconhecimento institucional e ampla capacidade de acesso a lugares e fontes, sem contar que as práticas jornalísticas não foram interrompidas, aspectos que também caracterizam a *Folha de S. Paulo*. Os jornalistas estão entre os grupos profissionais que se mantiveram em plena atividade, mesmo nos momentos mais graves da pandemia, quando era recomendado distanciamento social.

#### **4.1.1 A construção de sentidos nas narrativas jornalísticas do *Estadão***

Seguindo as orientações teórico-metodológicas tomadas como base na presente pesquisa, encontramos pertinência na seleção dos textos que apresentaram enunciados sobre a relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira com o emprego dos termos agronegócio e agro. Como explicamos no item 3.2, no capítulo anterior, o setor é representado por inúmeras práticas, que constituem assunto de todo o corpus

correspondente à associação que buscamos como tema analisado. No entanto, entendemos que abordagens com as referidas nomenclaturas possuem potencial de síntese para a consolidação do percurso analítico em busca da construção de sentidos para o setor como um todo. Com isso, a análise pragmática da narrativa jornalística foi empreendida em 44 textos (Quadro 1). Nos elementos do quadro sistematizador do corpus, os textos são representados unitariamente por uma identificação que une a letra E, de *Estadão*, e o número correspondente ao texto conforme a cronologia das publicações. O uso de negrito corresponde à forma que escolhemos para destaques textuais.

Quadro 1 - Conjunto de textos do *Estadão* submetidos à análise da narrativa

<b>Texto</b>	<b>Data</b>	<b>Página</b>	<b>Editoria</b>	<b>Cartola</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>
E1	06/06/2020	A21	Metrópole	-	Desmatamento na Amazônia cresce 22%	Giovana Girardi
E2	10/06/2020	B8	Economia	-	'Deputados dos EUA têm visão deturpada'	Beatriz Bulla
E3	21/06/2020	B1	Economia & Negócios	Pandemia do coronavírus	Temor de prejuízos com imagem negativa do governo no exterior racha agronegócio	Mônica Scaramuzzo
E4	02/07/2020	A11	Metrópole	-	Amazônia tem maior queima para junho	André Borges
E5	05/07/2020	B1	Economia & Negócios	-	'O agronegócio não precisa da Amazônia'	Andreza Matais André Borges
E6	10/07/2020	B1	Economia & Negócios	-	Cobrado, governo de isenta do avanço na destruição de florestas na Amazônia	André Borges
E7	11/07/2020	B1	Economia & Negócios	-	Executivos brasileiros pressionam e Mourão muda tom sobre questão ambiental	Cristiane Barbieri Clarice Couto Mariana Durão Daniel Weterman Mônica Scaramuzzo
E8	11/07/2020	B4	Economia	-	Desmatamento da Amazônia é recorde para junho	Giovana Girardi
E9	12/07/2020	B6	Economia	-	'Caminhamos para o precipício ambiental'	Mônica Scaramuzzo
E10	13/07/2020	B3	Economia	-	'Precisamos ir à Europa ouvir as críticas'	Mônica Scaramuzzo
E11	16/07/2020	B5	Economia	-	Para MP e ativistas, plano fundiário 'legítima' grilagem	André Borges
E12	17/07/2020	A25	Metrópole	-	20% de soja e carne exportadas para a UE seriam ilegais	Giovana Girardi
E13	18/07/2020	A23	Metrópole	-	Agronegócio prepara reação a texto da 'Science'	Isadora Duarte Letícia Paluski Tânia Rabello Ariosto Mesquita
E14	20/07/2020	A12	Política	-	'Bolsonaro é o Jim Jones da destruição do meio ambiente'	Vera Magalhães
E15	26/07/2020	B3	Economia	Retomada Verde	Instituto defende plano de zoneamento ecológico para região	Cleide Silva
E16	27/07/2020	A16	Metrópole	Retomada Verde	'País se formou com o mito da natureza inesgotável'	Giovana Girardi
E17	07/08/2020	B1	Economia & Negócios	-	Deputados cobram mudança de gestão ambiental	Luísa Laval

E18	12/08/2020	A22	Metrópole	-	Bolsonaro afirma que Amazônia está intacta	Julia Lindner
E19	13/08/2020	B8	Economia	Retomada Verde	Brasil pode ganhar R\$ 2,8 trilhões com 'economia verde'	Giovana Girardi
E20	22/08/2020	B8	Economia	Retomada Verde	'Estadão' investe em Retomada Verde	-
E21	26/08/2020	B8	Economia	Retomada Verde	O agronegócio que funciona sem desmatar	Mônica Scaramuzzo
E22	29/08/2020	A26	Metrópole	Retomada Verde	Ação verde reduz mudança climática	Giovana Girardi
E23	04/09/2020	A6	Política	-	É possível melhorar a preservação da Amazônia', diz Heleno	Jussara Soares
E24	04/09/2020	A14	Metrópole	Retomada Verde	Maia defende âncora fiscal e ambiental	Cleide Silva
E25	05/09/2020	B15	Economia	Retomada Verde	Fazer o que é certo não custa mais caro'	Fernando Scheller Mônica Scaramuzzo
E26	06/09/2020	B6	Economia	Retomada Verde	Passaremos a ser promotores da agenda ambiental	Cleide Silva
E27	16/09/2020	B8	Economia & Negócios	Retomada Verde	ONGs e agronegócio formam coalizão inédita contra o desmatamento	André Borges
E28	17/09/2020	B6	Economia	Retomada Verde	Europeus cobram ação contra desmate	André Marinho
E29	17/09/2020	B6	Economia	-	Mourão faz reunião para avaliar propostas de ONGs e empresas	André Borges
E30	18/09/2020	B1	Economia & Negócios	-	'Vou brigar até o fim contra corte na Agricultura', diz ministra	-
E31	21/09/2020	A8	Política	-	Bolsonaro vai rebater críticas na ONU	Jussara Soares
E32	22/09/2020	A10	Metrópole	-	Com 60 focos por dia, Pantanal tem o maior número de incêndios desde 1998	André Borges
E33	23/09/2020	A11	Política	-	Entidades ambientais veem danos para o país	André Borges Rafael Moraes Moura Rodrigo Sampaio
E34	23/09/2020	A11	Política	-	Jornais estrangeiros rebatem Bolsonaro com dados oficiais	Renato Vasconcelos Paulo Beraldo
E35	02/10/2020	B5	Economia	Retomada Verde	Bancos vão apoiar aliança por pauta verde	Giovana Girardi Cleide Silva Fernanda Guimarães
E36	15/10/2020	A15	Metrópole	Retomada Verde	Estudo diz como salvar 71% das espécies	Giovana Girardi
E37	13/11/2020	B1	Economia & Negócios	Retomada Verde	Ao contrário de Bolsonaro, agronegócio quer construir pontes com Joe Biden	Douglas Gavras
E38	20/11/2020	A18	Metrópole	-	Grupo de ONGs e empresas critica governo	André Borges
E39	02/12/2020	X2	Especial	Summit Agronegócio	Governo e agro devem afinar discurso ambiental	Clarice Couto Julliana Martins Tânia Rabello
E40	02/12/2020	X3	Especial	Summit Agronegócio	Campo está na mira, mas tem o que mostrar	Clarice Couto Julliana Martins Tânia Rabello
E41	02/12/2020	X4	Especial	Summit Agronegócio	Inclusão do criador ajuda a reduzir desmatamento	Clarice Couto Julliana Martins Tânia Rabello
E42	02/12/2020	X4	Especial	Summit Agronegócio	Agronegócio preserva o meio ambiente, defende Halum	Clarice Couto Julliana Martins Tânia Rabello

E43	03/12/2020	B7	Especial	Retomada Verde	Embaixador da UE fala em falta de confiança no Brasil	Daniel Weterman
E44	06/12/2020	B5	Especial	-	Como as empresas se uniram contra as polêmicas federais	Fernanda Guimarães Luciana Dyniewicz

Fonte: Elaborado por Thaís Leobeth dos Santos (2022), com dados de *O Estado de S. Paulo*.

A leitura minuciosa mostra similaridade de sentidos no que tange à linguagem escrita originária dos discursos acionados para a composição do enredo jornalístico. Com isso, trabalhamos o agrupamento das significações sugeridas neste plano e o contexto dessas comunicações narrativas, o que evidenciou sugestões de significado a partir das características dos narradores e dos acontecimentos representados, bem como pela disposição textual e estratégias possíveis ou empregadas pelo jornal e pelo jornalista, considerando possibilidades do dispositivo impresso. Assim, tomando o plano da expressão como ponto de partida no desenvolvimento da análise da narrativa jornalística, isolamos os sentidos ofertados pela linguagem empregada nos discursos narrados e passamos para a busca de compreensão sobre os efeitos no plano da estória. Com isso, a compreensão que buscamos emergiu da superfície textual com o contexto narrativo do qual a linguagem foi meio de construção. Buscamos compreender a permeabilidade de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia e verificamos que eles estão dispersos em variados segmentos desse tema, mas são sintetizados nos seguintes alinhamentos: dividido, visado e modelo de produção/modelo institucional.

Dito isto, passamos para a exposição das significações tendo em vista texto e contexto, sendo este na representação analisada e associado à realidade histórica.

#### a) **Dividido**

Começamos pelos enunciados que orientam o leitor para a identificação de um contexto estabelecido em torno da metade do ano de 2020, que pode ser considerado um dos tensionamentos que promovem uma série de acontecimentos desdobrados nos meses seguintes. Estamos nos referindo à noção de um agronegócio que se encontrava ‘dividido’ no que tange ao posicionamento sobre a legitimidade das pressões sofridas pelo setor (E1, E3, E9, E10, E12), juntamente com o país, como vimos em algumas situações de comunicação narrativa analisadas. São caracterizações que fornecem elementos para a narratividade que se mostra presente quando observamos especialmente o conjunto de textos submetidos à análise.

Retomado como informação complementar ao texto principal, o primeiro texto do corpus (E1) relembra uma ação que, conforme a representação ofertada pelos textos jornalísticos, acaba por ser instigadora das diversas ações que se sucedem na narrativa da

relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia empreendidas pelo *Estadão*: a fala do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles sobre ‘ir passando a boiada’. Na sequência, é o uso do verbo rachar (E3, E9, E10), recorrente na voz dos narradores jornalistas, que caracteriza o que é tomado como circunstância do agronegócio à época. Embora algumas fontes sejam acionadas e suas declarações sejam alinhadas ao modo como coloca o jornalista, é a interpretação e a linguagem que o último escolhe que se repete e se mostra como estratégia para nomear a situação narrada.

PARA LEMBRAR. Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, disse em reunião ministerial de 22 de abril, cuja gravação foi divulgada a pedido da Justiça, que é preciso aproveitar a "oportunidade" da pandemia para 'ir passando a boiada e mudando todo o regimento e simplificando normas'. **A fala motivou críticas de entidades ambientais e parte do agronegócio.** (E1)

**O agronegócio**, que abraçou desde o início a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência, **começa a rachar**. Preocupados com a imagem do setor no exterior, líderes temem que a política do governo prejudique os seus negócios. [...] Militante bolsonarista, Nahan Garcia, secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, minimiza a crise. "**Camargo e Brito não representam o agronegócio** e atuam como militantes do PSDB", disse Garcia, que também faz parte da União Democrática Ruralista (UDR). [...]

**O agronegócio tem sido um dos poucos setores do Brasil que dá certo**. Em meio à pandemia, a expectativa é que o PIB do agronegócio passe a responder por 23,6% do total do País - no ano passado, ficou em 21,4%. (E3)

Os excertos textuais evidenciam um tensionamento que se forma a partir do campo político, entre outros que se somam no decorrer dos acontecimentos narrados. A disputa pelo poder de voz interna ao setor do agronegócio é por vezes explícita (E3). Embora seja fator principal para a representação enquanto setor dividido, o complemento da narrativa na voz do narrador jornalista indica que o agronegócio é uma parcela de outra categoria – que está acima da perspectiva interna –, que é de ‘setor do Brasil que dá certo’. Constitui exemplo instigante por resultar de uma reportagem na qual representantes do setor digladiam, e o jornalista ao final situa o leitor sobre o lugar de fala dos representantes acionados: dividido, mas unificado pelo pertencimento ao país. Um dos poucos setores que dá certo começa a rachar poderia ser o título. “Temos visto um racha no agronegócio” (E9); “Enfrentamos também um racha no agronegócio em relação às questões ambientais. Há uma ala muito radical, alinhada ao governo, que diz que o problema não existe” (E10). É interessante que nesses últimos casos o narrador jornalista se coloca no mesmo universo dos narradores personagens, interlocutores das entrevistas, aspecto raramente encontrado no corpus.

A divisão narrada recebe também a especificidade de desmembramento no setor por conta de produtores que são responsáveis por infrações ambientais e prejudicam os demais

(E12). O jornalista cita a fonte direta e indiretamente quando esta se refere ao setor, reservando a linguagem polêmica para a citação direta: “No artigo, o grupo classifica essas propriedades com desmatamento como “maçãs podres do agronegócio brasileiro”, e sugere que, com as ferramentas já disponíveis, é possível que o governo aja com precisão para combater o problema” (E12). Casos como esse são facilmente apanhados para as narrativas jornalísticas como efeito estratégico da linguagem.

### b) Visado

Um segmento discursivo que qualifica o agronegócio como ‘potência’ é narrado majoritariamente como declaração do poder executivo federal (E5, E6, E8, E18, E33, E34, E42). São argumentos que se tornam sobrepostos por outros posicionamentos, mas permanecem entre uma narrativa e outra. É um contraponto que não se modifica, não se transforma, embora os interlocutores opostos insistam em outro discurso. Na primeira situação (E5, trecho exposto a seguir), que tem uma entrevista como pano de fundo, o conjunto de argumentos da fonte oferece elementos para que o agronegócio seja concebido pelo leitor como um setor potente, que supera recordes de exportação. Trata-se de personagem coletiva, ou seja, que fala em nome do agronegócio. "Referência mundial" (E5), “potência”, “força do País” (E6), “força do Brasil” (E08), "países incomodados com a competitividade" (E33), “o presidente brasileiro elogiou o agronegócio" (E34) são palavras e trechos expressivos em relação ao status de potência atribuído pelos atores sociais imbricados nos fatos narrados pelo jornal. Uma situação de comunicação (E14) analisada coloca agronegócio e o termo vilão na mesma frase. Trata-se de interlocução em uma entrevista e o narrador jornalista representa o jornal. “O agronegócio é hoje visto internacionalmente como um vilão do desmatamento no Brasil. Como mudar essa imagem?” (E21). O texto infere que é uma imagem, uma representação. Portanto, não é o real. Mas a representação pode se mostrar fidedigna, conforme a perspectiva com a qual se observa.

[...] **O agro**, diz Tereza, **tem crescido nas áreas já desmatadas e a Amazônia**, com seu clima e terras diferentes das demais regiões, **não é atraente**, além de não contar com infraestrutura logística. “**Não precisamos da Amazônia**. E eu sou uma defensora intransigente de se zerar o desmatamento ilegal”, disse, em entrevista ao Estadão. [...] Então, o que vejo é que existe uma desinformação, às vezes, sobre algumas coisas. Fora isso, é preciso entender que **o Brasil é uma referência mundial no agronegócio**. E depois que nós assinamos o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, os ataques começaram a subir o tom. [...]

Sabemos que tem uma parte política nisso, que é para se contrapor ao governo, e tem essa da concorrência, que incomoda muito o mercado europeu e os EUA. Nos cinco primeiros meses do ano, **as exportações do agro somaram US\$ 42 bilhões, uma alta de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior**. Por outro lado, sabemos também que o próprio mercado financeiro passou a olhar o setor com outros olhos. [...] (E5)

"Nosso empenho é grande, é enorme, no combate aos focos de incêndio e ao desmatamento. Podem ver, em julho deste ano, levando-se em conta julho do ano passado, nós registramos uma diminuição de 28% de desmatamento ou queimadas na região. Mas, mesmo assim, ainda seguimos sendo criticados. Afinal, o Brasil é **uma potência no agronegócio**", afirmou o presidente brasileiro. (E18)

A análise mostrou que a linha de sentido de agronegócio como potência dá aval para declarações que sugerem que o setor estaria sendo ‘vítima’ de uma imagem negativa sobre questões ambientais brasileiras, o que inclui a Amazônia de modo central (E4, E7, E13, E23, E32, E43). No princípio da estória (E04), os índices de desmatamento e queimadas são noticiados e o agronegócio posicionado na narrativa enquanto agente afetado. O enredo se expande e nas narrativas seguintes contempla o campo de consequências. São duas perspectivas: na primeira (E07), uma fonte fala em off – recurso jornalístico – e o significado da situação é marcado pelo tensionamento gerado por boicotes.

O Brasil fechou junho com o maior número de queimadas na Amazônia dos últimos 13 anos, conforme os dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). [...] **A situação também preocupa o agronegócio**, que teme novamente pela imagem do País no exterior. (E4)

Segundo um dos participantes do encontro, que pediu para não ser identificado, os presidentes de empresas deram relatos fortes ao vice-presidente sobre os efeitos do desmatamento na Amazônia nos negócios e na economia. **Empresas de agronegócio relataram que a soja brasileira começa a enfrentar boicotes em alguns países, por exemplo.** (E7)

A segunda situação é destacada na primeira página e no título (E13), portanto, sob decisão do sujeito-narrador jornal. Representam contrariedade em relação ao exposto no estudo que origina a informação. O agronegócio seria vítima de uma “visão distorcida” e se mobiliza para contrapor: “Resposta do agronegócio. Entidades do agronegócio criticaram estudo publicado na *Sciense*, segundo o qual 20% da soja e 17% da carne vêm de áreas de desmate ilegal” (E13, texto da capa), “Agronegócio prepara reação a texto da ‘Science’” (E13). Quem lê somente o texto da capa e o título pode pensar que o texto principal é formado por uma narrativa homogênea no que tange aos posicionamentos reproduzidos. No entanto, metade das fontes descritas, citadas direta ou indiretamente, não se posicionaram de modo expressivo. Analisando o conjunto de textos, é possível considerar que seriam poucas as chances desses efeitos dramáticos ancorarem a narrativa desse acontecimento na etapa seguinte da estória, quando predomina a perspectiva de um setor disposto ao diálogo.

Já nos próximos episódios (E31, E43), são os jornalistas que narram o posicionamento do poder executivo federal e configuram no texto uma síntese do comportamento e declarações

de Jair Bolsonaro (à época, sem partido) no que tange à mobilização nacional e internacional que pressionava o governo federal e o agronegócio brasileiro.

Como fez em 2019, o governo enfrenta o fogo e a devastação do meio ambiente com as mesmas ferramentas: nega qualquer anormalidade no cenário e atribui a situação aos meses de seca. Além de culpar os indígenas pelos incêndios, entra em confronto com os dados científicos, faz demissões de chefes do setor, critica a publicidade dos dados, culpa a imprensa por divulgar as informações, e até incrimina as organizações não governamentais. Por fim, **afirma que é vítima de conluio de países europeus interessados em minar o agronegócio.** (E31)

Mais ao final do período analisado, esses aspectos aparecem ainda em outra perspectiva discursiva para o gerenciamento da potência do agronegócio brasileiro e os tensionamentos ambientais e econômicos internacionais (E37):

O presidente Jair Bolsonaro pode até não ter reconhecido o democrata Joe Biden como governante eleito dos Estados Unidos e ainda chamar o futuro mandatário de "candidato a chefe de Estado", **mas os representantes do agronegócio não pensam assim.** Eles avaliam que o País precisa reverter a imagem negativa de desmatamentos em alta e baixa proteção ambiental. [...]

**Ele lembra que o agro é responsável por quase um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e que os produtos nacionais são competitivos,** também quando comparados aos dos EUA. (E37)

Observamos que aqui o projeto de separação da imagem do poder executivo evolui a ponto de serem explicitadas tais separações, assim como evocam a legitimidade de representação por parte de presidentes de entidades do setor, fontes cujas declarações foram captadas em discursos proferidos em um evento.

### c) Modelo

Na progressão dos fatos sobre a relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira representada pelo *Estadão* há enunciados que apresentam reflexões sobre o tema a partir da atribuição de características ao referido setor enquanto modelo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, os narradores evocam a percepção do leitor para a compreensão da dimensão paradigmática na qual afirmam que o agronegócio brasileiro está inserido. De modo geral, são enunciados que configuram argumentos de valorização do setor e sugerem a necessidade de um reposicionamento do que se formou como sua imagem. Ou seja, a de vilão ambiental não condiz com a realidade de um ramo de produção complexo e estruturado nos moldes do agronegócio brasileiro, um exemplo para o mundo, conforme a representação ofertada pelas narrativas analisadas.

A articulação das narrativas no alinhamento do agronegócio como modelo mostrou duas vertentes argumentativas, quais sejam, ‘modelo de produção’ e ‘modelo institucional’. A assimilação de tais sentidos promovidos por meio do exercício de análise dos textos jornalísticos se dá pela soma do plano da expressão – ou seja, o plano da linguagem – com o plano da estória – ou seja, pelos elementos que formam a diegese, o mundo (real) representado, os tensionamentos, narradores envolvidos e a forma como são expostos nas narrativas. A linguagem não é neutra e produz sentidos conforme o contexto comunicativo no qual está inserida.

Começamos pela ênfase no ‘modelo de produção’ atribuído ao agronegócio brasileiro nos textos analisados. Parcela significativa do agronegócio é moderna, defendem as fontes que protagonizam duas entrevistas (E14, E16). Nestes casos, os textos são configurados por análises acerca da realidade histórica da Amazônia, com vistas ao passado distante e recente, evocados por uma figura política, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, e por um narrador historiador, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Augusto Pádua, respectivamente.

O agronegócio brasileiro reconhece a agenda ambiental como sua, ou ainda predominam setores que veem o meio ambiente como entrave?

**Grande parte do agronegócio brasileiro é moderna**, e não pode ficar refém desses setores atrasados. **Essa ala retrógrada não pode ser vista como o setor**. É preciso haver um processo de afastamento dessa visão, que passa por uma agenda e precisa incluir também os pequenos agricultores e a agricultura familiar. **Não há interesse nenhum para o agronegócio de ter sua imagem ligada a uma exploração da floresta que, na verdade, é feita por uma indústria do crime ambiental**. [...]

Por tudo isso eu repito que **o setor do agronegócio responsável** tem de se dissociar da agenda do Bolsonaro e do Salles. (E14)

Na progressão da estória construída pelo *Estadão*, considerando todo o período analisado, essas interlocuções foram acionadas para textos jornalísticos no mês de julho de 2020, quando o tema se destaca quantitativamente nas publicações, o que se mostra como momento oportuno ao mesmo tempo que demandante de mobilização jornalística das problemáticas em torno do agronegócio associado ao desmatamento e às queimadas na Amazônia. O texto intitulado “País se formou com mito da natureza inesgotável” (E16) é um dos primeiros a ser publicado sob a cartola “Retomada Verde”, enquadramento que se mostra estratégico para o interesse de construção de uma nova imagem para o agronegócio manifestado por fontes e endossado pelo jornal.

Esse aspecto se desdobra para o agronegócio submetido ao rigor de uma legislação (E02, E11, E17, E24, E30). A primeira argumentação envolvendo diretamente o setor nesse âmbito

aparece no início de junho: “Amazônia. Nestor Foster afirmou na carta que o agronegócio não é responsável pelo desmatamento e que fazendeiros devem preservar, por lei, 80% da vegetação nativa” (E02). Na referida configuração textual, o narrador jornalista complementa o texto principal com um box, no qual cita indiretamente declarações de um representante do poder executivo federal. Essa arena situa ainda posicionamentos antagônicos sobre o assunto “regularização fundiária” (E11), opondo “Ministério Público Federal e especialistas do meio ambiente” (E11) e a “bancada do agronegócio” (E11).

“É uma oportunidade de mostrar o Brasil que produz bem, e conseguir uma legislação como as que já existem para o agronegócio: moderna e eficiente” (E16) declarou um deputado federal citado de modo direto em reportagem que resultou da realização de uma live do *Estadão*, que discutiu a “pauta verde”. Quase um mês depois, em outro texto, é narrado evento semelhante. O agronegócio e o meio ambiente são pautados em análise acerca do modelo de desenvolvimento defendido para o agronegócio na voz de um cientista e pesquisador e novamente por discursos representativos do poder legislativo, respectivamente (E24). Na sequência, o “código florestal” é objeto de argumentação (re)produzida pelo jornal na voz de representante do executivo federal (E30), figurando também como cobertura de debate promovido pelo veículo de comunicação.

Segundo ele, a Câmara vem tentando atuar com projetos conjuntos para os setores de meio ambiente, **agronegócio** e área financeira, a fim de ampliar esse debate e promover a melhoria da imagem do País, sobretudo com investidores. [...]

Em sua opinião, não faltam dados para melhorar as ações de fiscalização, "mas infelizmente, o que atrapalha é o discurso político, **apoiado pelo setor conservador do agronegócio, que incentiva um modelo atrasado de desenvolvimentismo que a gente já queria ter deixado para trás**". (E24)

Uma segunda perspectiva retrata o agronegócio como ‘modelo institucional’ e constitui o eixo central de algumas narrativas jornalísticas analisadas. Desta vez, com três movimentos, que também se revelaram enquanto partes da grande narrativa ofertada pelo *Estadão*, quais sejam: setor estratégico para a ampliação de projetos com vistas à preservação ambiental, exemplo de mobilização em prol da Amazônia, da imagem do agronegócio e do país e setor autocrítico. A linguagem e os tensionamentos que orientaram as interlocuções representadas nas narrativas evidenciam um empenho à construção de uma nova imagem para o setor, conforme explicitam os exemplos a seguir.

Ancorados pela cartola “Retomada Verde”, alguns textos são estruturados como reportagens e entrevistas que expõem estudos, análises e projetos para a realidade do agronegócio na Amazônia, redução de poluição e desenvolvimento econômico num cenário

pós-pandemia do novo coronavírus (E15, E19, E20, E22, E26, E36). Predominam argumentações na linha de possibilidades estratégicas que partem de narradores especialistas, organizados narrativamente em estórias nas quais jornalistas objetivaram evidenciar posicionamentos unificados. Os enunciados são: “O trabalho focou estratégias que poderiam ser adotadas em três setores estratégicos da economia brasileira: infraestrutura, indústria e agronegócio” (E19); “Só neste ano, as três instituições somam empréstimos de R\$70 bilhões ao setor do agronegócio. “Tudo foi absorvido pelas grandes culturas como soja, milho e carne; nada foi para a Amazônia”, admite o presidente do Santander, Sérgio Rial” (E26). Na última situação, é interessante observar a construção de algumas separações: as consideradas grandes culturas da agricultura e pecuária não estão na Amazônia, assim como se realmente alguma parte do agronegócio impacta negativamente a floresta não é com recursos dessas instituições. Essa declaração do narrador personagem ganha o texto de introdução da entrevista contrastando com a ênfase da totalidade, que é o ineditismo do crédito a ser oferecido a pequenos agricultores da floresta por parte de três bancos privados, cuja representação sugere que estão interessados no agronegócio que mantém a Amazônia preservada.

O *Estadão* também figura nesse segmento. Um mês depois de começar a publicar textos sob a expressão “Retomada Verde”, o jornal noticiou um projeto próprio que o inseriu enquanto organização no que chamou de “movimento global” (E20). Assim, ampliou consideravelmente a cobertura do tema, passando a promover debates e protagonizar como narrador e personagem, como vimos em outras explicitações da análise. O primeiro seminário virtual agendado, articulado no enredo dessa narrativa, visava avaliar a demanda do Brasil “para passar de vilão internacional por causa da destruição da Amazônia à potência sustentável” (E20). Vimos que esse engajamento do narrador jornal foi preponderante para o reconhecimento da lógica articuladora da estória como um todo.

Nos próximos dias, temas como bioeconomia, cidades inteligentes, **agronegócio sustentável**, mudanças climáticas, mercado de carbono e um modo de vida e consumo que contemple a nova realidade do planeta estarão em destaque no portal [estadao.com.br](http://estadao.com.br), no jornal O Estado de S. Paulo, na programação da Rádio Eldorado e em lives na TV Estadão. (E20)

Reivindicando ineditismo, uma ação – a formação de uma coalizão – acaba por se conformar em marca da narratividade do conjunto de textos jornalísticos nos quais os narradores – jornal, jornalistas e fontes – articularam a associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira (E27, E28, E29, E31, E35, E38, E44). Dois aspectos se destacam nesse acontecimento. O primeiro é a quantidade de “organizações e empresas” que

participam inicialmente e o aumento registrado no decorrer da mobilização – 230, 250, 262. Esse efeito de real fornece subsídios para o plano da estória, cuja personagem coletiva evoca grandeza e força ao visar “deter o desmatamento que destrói a Amazônia” (E31). Apesar disso, a ação é personificada por um narrador personagem, ao qual é atribuída a presidência da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag). Embora não constitua elemento teórico-metodológico, chamaram atenção alguns aspectos semióticos neste caso. A figura descrita é a única representação humana nas narrativas dessa mobilização que tem uma imagem de si complementar ao texto principal. Trata-se de ocasião em que a última frase no trecho exposto a seguir é destacada e “agronegócio sério” é negritado em cor verde, o que remete à cartola “Retomada Verde”, destacada na mesma cor, que acompanha esse texto e a maioria dos demais nos quais essa “coalizão” é atualizada ou retomada como explicação contextual.

Uma coalizão formada por 230 organizações e empresas, que se define como "**um dos raros foros de diálogo entre o agronegócio e ambientalistas**", enviou ontem ao governo federal um conjunto de seis propostas para deter o desmatamento na Amazônia. O documento, ao qual o Estadão teve acesso, foi encaminhado ao presidente Jair Bolsonaro e ao vice-presidente Hamilton Mourão, além dos Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Economia e Ciência e Tecnologia. As propostas chegaram ainda às mãos de líderes e parlamentares da Câmara e do Senado, ao parlamento europeu e embaixadas de países europeus.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura reúne nomes da área ambiental como WWF Brasil, WRI Brasil, TNC, Imazon e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). **Do lado do agronegócio** e da indústria estão companhias como JBS, Klabin, Marfrig, Amaggi, Basf, Danome, Natura e Unilever.

Desde o ano passado, quando o Brasil registrou volumes recordes de desmatamento, **o governo passou a ser fortemente pressionado, inclusive pelo agronegócio**, para tomar medidas efetivas de combate aos crimes ambientais.

Para Marcello Brito, presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag), também da Coalizão Brasil, o desmatamento da Amazônia se confirma como um dos maiores riscos à economia brasileira, porque **o agronegócio responsável** pode ser prejudicado em suas exportações se o País não combater os crimes ambientais.[...]

“Não procuramos confronto ou contraponto com o governo. Buscamos uma mensagem concreta. Claramente temos um efeito de mudanças climáticas no mundo. É o **agronegócio sério**, com todas essas empresas, que pede uma ação. (E27)

Capitaneados por personagens recorrentes, entre empresários e/ou presidentes de associações do agronegócio, as figuras atuantes desejam moldar a história e para isso contam com as narrativas ofertadas pelo jornalismo. Contam ainda com a peculiaridade de se unirem a ambientalistas, representados majoritariamente por ONGs. Performatizam, assim, um posicionamento que enfatiza a representação do poder executivo em polo oposto.

Por fim, o agronegócio associado ao desmatamento e às queimadas na Amazônia foi também abordado em narrativas jornalísticas configuradas a partir de diversas vozes representativas do setor, convergentes a um posicionamento. Quatro reportagens caracterizadas

como arenas discursivas dedicadas essencialmente ao setor, com vistas à valorização do mesmo, à exposição de argumentos e ações do setor privado. O primeiro texto desse grupo (E21) foi publicado em torno de um mês antes da “coalizão” – mencionada na exposição anterior – e sugere um episódio estratégico na construção da narrativa integral, quando considerados todos os textos analisados, visto que sinaliza que uma mobilização está em curso, que o setor privado está organizado e em interlocução com o vice-presidente Hamilton Mourão, também presidente do Conselho da Amazônia, assim como um movimento na direção das ONGs. Ou seja, é uma preparação do leitor para os próximos acontecimentos, e mais ainda para os discursos que os acompanharão. Há reconhecimento da problemática ambiental, mas a ênfase recai na valorização da produção e na consideração de que há também uma parcela de desinformação que contribui para o tensionamento. O narrador jornalista destaca a participação do setor no PIB na abertura do texto, juntamente com dados da safra, assim como os reforça na fotolegenda que acompanha o texto principal. Tudo isso no enquadramento da cartola “Retomada Verde”. Em suma, uma narrativa fundamental na construção visada pelo jornal e os demais agentes sociais com os quais dialogou no período.

Responsável por um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, **o agronegócio é um dos poucos setores que vão crescer este ano em meio à pandemia do coronavírus.** Com a expectativa de colher uma safra recorde de grãos - o faturamento do setor "da porteira para dentro" deve atingir R\$730 bilhões em 2020 -, a agricultura nacional ganhou os holofotes este ano não pelo seu bom desempenho financeiro no campo, mas pela imagem negativa no exterior: a de um País que desmata. [...]

Para o especialista, **os problemas que o País está enfrentando hoje no agronegócio são antigos.** “Passam pela regularização fundiária, comando e controle das áreas nas bordas do bioma amazônico e falta de regularização do Código Florestal”, diz. [...] **O agronegócio brasileiro não precisa da Amazônia para crescer,** ressalta Pedro de Camargo Neto, uma das principais lideranças do setor e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). [...] Mas, para o líder do setor, **o agronegócio brasileiro é um dos mais eficientes do mundo** e não deve ser penalizado pelos que praticam a agricultura predatória. [...]

**"A grande maioria do agronegócio é séria** - tem boa origem, rastreabilidade e não faz desmatamento. Mas o fato é que existe um desmatamento crescente e uma pressão internacional por conta disso. Temos de fazer um esforço entre nós para combatê-lo", diz o empresário Guilherme Leal, um dos fundadores da empresa de cosméticos Natura [...].

Para especialistas e empresários ouvidos pelo Estadão, é preciso também combater a desinformação lá fora a respeito do Brasil. "A imagem do Brasil está arranhada lá fora sim. Mas há uma fração majoritária de injustiça. **O garimpo não é agro** e a extração de madeira ilegal também não tem o apoio da agricultura", diz o professor Felipe Serigati, pesquisador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV). (E21)

Complementa ainda a construção de sentidos sobre o agronegócio um conjunto de enunciados proferidos em um debate sobre agronegócio, promovido pelo jornal, com vistas à identificação do caminho para consolidar “[...] o País como uma potência agroambiental” (E39,

E40, E41) – terminologia estratégica para a imagem desejada. Trata-se de um evento realizado anualmente e em 2020 serviu como pertinente fechamento das narrativas empreendidas especialmente no segundo semestre do ano, a partir dos tensionamentos em nível nacional e internacional que afetaram o agronegócio em associação à Amazônia. De modo geral, os representantes do setor convidados a falar retomaram os posicionamentos expostos nos textos jornalísticos antecedentes, nos quais esses narradores personagens também foram fonte. No entanto, uma declaração dispõe de argumentos que cabem ser destacados, dado o teor distinto daqueles das demais narrativas analisadas no corpus: “O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, foi enfático ao dizer que “o erro principal” do agronegócio é a falta de alinhamento de discurso, “principalmente no nível do governo federal”” (E41). O episódio sugere, assim, que o desmatamento e as queimadas na Amazônia decorrentes do agronegócio são uma questão de representação, de imagem construída sobre o setor e sobre o país. Ou seja, a mesma estória precisa ser contada pelos diferentes agentes, o que inclui o jornal. Com a análise vimos que esse processo foi se consolidando, embora as fontes reforcem que a necessidade de mudança não foi esgotada. Uma evidência é a construção narrativa que o *Estadão* empreendeu. Assim, representação, mediação e mundo real se entrelaçam.

A análise mostra que a imagem do agronegócio e do Brasil recebe a centralidade da estória narrada. A preocupação dos agentes envolvidos se desloca da realidade ambiental e da contribuição do setor nesse fato para o objetivo de transformar as representações que esse tema ganha no país e principalmente no exterior, embora parcela significativa seja articulada pelo enquadramento da chamada Retomada Verde, segunda instância de orientação do assunto no rol de alocação de palavras-chave disponível na estruturação do texto jornalístico. Sobre esse refinamento, compreendemos que pode ser uma imposição da realidade a partir dos acontecimentos que adentram a cobertura jornalística, mas também um diálogo entre o jornal e os fatos, possibilidade mais sólida quando vimos quem tem poder de voz e o que diz sobre o agronegócio em relação à Amazônia.

A narrativa tem como ponto de partida os tensionamentos nacionais e internacionais gerados principalmente a partir das taxas recordes de queimadas no ano de 2019. O debate se estendeu a 2020, visto que os dados de monitoramento indicavam repetição do cenário, o que se confirmou. Portanto, corresponde a marcas negativas na série histórica de monitoramento da floresta amazônica. O setor do agronegócio é representado alternadamente entre unificado e dividido no início do período analisado. No entanto, na medida em que o jornal aumenta a narração de projetos com vistas a mudar a imagem do país no que diz respeito ao agronegócio

e às questões ambientais da Amazônia, essa dicotomia vai sendo substituída pelo predomínio de uma voz coletiva, que legitima o que se tem por representação oficial do setor.

#### **4.2 *Folha de S. Paulo***

As narrativas da *Folha* também mostram arenas discursivas de indicação de vilões e vítimas: “Não podemos permitir que nosso país seja retratado como vilão ambiental”, declarou Hamilton Mourão, vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (FOLHA DE S. PAULO, 16/07/2020, p. B1), acentuando um dos pontos de vista que acabam por garantir um núcleo de sentido da estória.

Antes de entrar nos demais alinhamentos das narrativas, vejamos algumas características do corpus geral formado por textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo*. Retomamos, inicialmente, a distribuição temporal: junho (6), julho (25), agosto (10), setembro (20), outubro (18), novembro (5) e dezembro (3). Tal informação é importante para compreendermos que há pontos de concentração, especialmente em julho, que constitui momento fundamental na (co)produção de narrativas investigada, mas também em setembro e outubro, períodos condizentes com a intensificação dos fenômenos ambientais relacionados à Amazônia. Portanto, é um período que permite a observação dos desdobramentos de alguns fatos, e evidencia a oscilação quantitativa de narrativas que tratam do tema pesquisado.

A distribuição dos textos é ancorada por enquadramentos, cuja primeira delimitação pode ser observada nas editorias: Ambiente (47), Mercado (33), Mundo (3), Cotidiano (1), Agrofolha (1), Agronegócio Sustentável (1) e O que foi a ditadura (1). Os dados mostram que as narrativas jornalísticas que associam o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia articulam variados fatores da vida em sociedade, com uma disputa de representação principalmente entre ênfase no meio ambiente e na economia.

Os 87 textos, entre notícias, reportagens e entrevistas, correspondem a 64 edições diárias. Apenas dois textos não são assinados, e os demais dividem a autoria de 32 jornalistas, entre assinatura e colaboração. Com isso, observamos que o tema tem pouca rotatividade entre os jornalistas da *Folha*, portanto os textos são construídos por profissionais que acompanham o tema diariamente. Também, a referência do local de produção das matérias é um fator descritivo geral que expõe dinâmicas da produção desses textos. A sede do jornal e a capital do país são os locais que mais aparecem, o que é de se esperar – São Paulo (SP) (44) e Brasília (DF) (31). Mas outras ocorrências ganham destaque, principalmente as do território brasileiro, pois mostram que a *Folha* se desloca do centro do país e recorre locais onde alguns dos fatos

emergem: Bruxelas (BEL) (8), Manaus (AM) (3), Rio de Janeiro (RJ) (2) e Vila Sudoeste (PA) (2). Apuí (AM), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Porto Velho (RO), Resex Arapixi (AM), São Carlos (SP), Terra Indígena Apyterewa (PA), Terra Indígena Trincheira Bacajá (PA), Varsóvia (POL), Vila do V (AC) e Washington (EUA) foram informados como referência espacial dos jornalistas uma vez cada um. Todos os textos jornalísticos analisados apresentam essa referência geográfica. Com esse reconhecimento de aspectos de base, passamos à análise das narrativas.

#### 4.2.1 A construção de sentidos nas narrativas jornalísticas da *Folha*

O corpus da *Folha de S. Paulo* submetido ao escrutínio da análise pragmática da narrativa jornalística é composto por 24 textos. Operacionalizamos o relato com exemplos a partir dos alinhamentos de sentido que se sobressaíram, do mesmo modo como já exposto na seção dedicada ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Posteriormente à sistematização de alguns dados que caracterizam o conjunto de textos examinados na segunda etapa metodológica (quadro 2), passamos à exposição da análise e das interpretações resultantes desse processo. Para identificação dos excertos textuais, usamos um código que corresponde à primeira coluna do quadro, com início em F1, sendo a letra referente à *Folha* e o número correspondente à sequência de publicação. O emprego de negrito é o modo que escolhemos para destaques textuais.

Quadro 2 - Conjunto de textos da *Folha* submetidos à análise da narrativa

Texto	Data	Página	Editoria	Cartola	Título	Autoria
F1	16/06/2020	B7	Ambiente	-	Só o crime ganha com desmatamento da floresta amazônica	Ana Estela de Sousa Pinto
F2	12/07/2020	A17	Mercado	Coronavírus	Cresce na Europa pressão contra produtos brasileiros	Ana Estela de Sousa Pinto
F3	12/07/2020	A17	Mercado	Coronavírus	Política ambiental atual é estrago sem dimensões, diz cofundador da Natura	Bruna Narcizo
F4	12/07/2020	A17	Mercado	Coronavírus	Querem melar acordos que o Brasil tem feito, critica Ometto, da Cosan	Bruna Narcizo
F5	13/07/2020	B6	Ambiente	-	Ibama reduz sanções em 60% em um ano	Danielle Brandt Phillippe Watanabe
F6	16/07/2020	B1	Ambiente	-	Governo será avaliado por sua ação na Amazônia, diz Mourão	Daniel Carvalho Renato Machado
F7	20/07/2020	A15	Mercado	-	Marfrig rastreará gado para se blindar de boicote do exterior	Arthur Cagliari Danielle Brant
F8	29/07/2020	A17	Mercado	-	Empresários fazem investida no Congresso por defesa da	Isabella Macedo Renato Machado

					Amazônia	Alexa Salomão
F9	12/08/2020	B10	Ambiente	-	É mentira que a Amazônia arde em fogo, afirma Bolsonaro	Gustavo Uribe
F10	31/08/2020	I8	Especial	Agrofolha	'O desmatamento é inimigo do agro'	Mayara Paixão
F11	05/09/2020	B4	Ambiente	-	Exército dá suporte na Amazônia para órgãos ambientais, afirma Mourão	Renato Machado
F12	15/09/2020	B5	Ambiente	-	Governos estão em guerra com a Terra, diz ambientalista	Lígia Mesquita
F13	23/09/2020	A12	Mundo	-	Na ONU, Bolsonaro defende gestão na pandemia e contra queimadas	Gustavo Uribe
F14	23/09/2020	A21	Mercado	-	Desmate afeta agro e investimento no país, diz Arminio	Renato Machado
F15	30/09/2020	A27	Seminários Folha	Agro Sustentável	Secretário da Agricultura vê hipocrisia em crítica ao país	Mayara Paixão Sheyla Santos
F16	02/10/2020	A26	Mercado	-	Austríaco se declara contra aprovação de acordo com o Mercosul	Ana Estela de Sousa Pinto
F17	04/10/2020	B1	Ambiente	-	Queimadas aumentam pressão para fundir Meio Ambiente e Agricultura	Danielle Brant Gustavo Uribe
F18	10/10/2020	B6	Ambiente	-	Desmate na Amazônia, ainda elevado, reduz em setembro	Phillippe Watanabe
F19	13/10/2020	A23	Mercado	-	Tereza Cristina vai a Portugal defender acordo com UE	Ana Estela de Sousa Pinto
F20	25/10/2020	B6	Ambiente	-	Invasões de áreas protegidas têm avanço de 'sem terra de direita'	Fabiano Maisonnave Lalo de Almeida
F21	27/10/2020	B4	Cotidiano	-	Desmate e garimpo aceleram avanço do vírus entre indígenas	Emílio Sant'Anna
F22	01/11/2020	B5	Ambiente	-	Para 46%, gestão Bolsonaro na Amazônia é ruim ou péssima	Phillippe Watanabe
F23	07/11/2020	B6	Ambiente	-	Puxadas por desmate, emissões crescem 10% no 1º ano sob Bolsonaro	Phillippe Watanabe
F24	15/11/2020	7	Mercado	-	Distensão entre EUA e China afetará agronegócio no Brasil	Diego Garcia Nicola Pamplona

Fonte: Elaborado por Thaís Leobeth dos Santos (2022), com dados da *Folha de S. Paulo*.

Tendo o plano da expressão como ponto de partida no desenvolvimento da análise, separamos os sentidos ofertados pela linguagem e procuramos entendê-los no plano da estória. Com isso, a compreensão que buscamos emerge de uma associação da superfície textual com o contexto narrativo do qual a linguagem foi meio de representação. Esse movimento mostra direcionamentos para pensarmos aspectos centrais da construção de sentidos, como a atuação dos diferentes narradores, e a configuração das estórias em nível individual, aspecto que contribui para a compreensão do todo. O fio condutor da construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia são os enunciados cujos narradores, em diferentes níveis de legitimidade, tecem argumentações diretas sobre o setor. A leitura dessas atuações mostra alinhamento de sentidos do agronegócio enquanto setor visado

– por ser potência passa à condição de vítima –, principal responsável pelo desmatamento (e consequentemente pelas queimadas), e como modelo de produção/modelo institucional, aspectos que sintetizam a atuação dos três níveis de narradores envolvidos – jornal, jornalistas e fontes – e fornecem os delineamentos a serem apreendidos pelo leitor.

#### a) Visado

Corroborando representações do imaginário social baseado na importância histórica da agricultura e da pecuária na formação da sociedade brasileira, no estabelecimento da base econômica, entre outras práticas, encontramos o agronegócio como potência (F4, F7, F9, F11, F13, F14). Um contexto comunicativo do qual emerge essa qualificação parte de sua capacidade competitiva, de acordo com a personagem, e com isso é argumento para explicar a situação de crise ambiental (trecho exposto a seguir: F4). O protagonista é descrito como Rubens Ometto, 70 anos, empresário, acionista do ramo de combustíveis, açúcar e logística, com faturamento de R\$80 bilhões ao ano. Ou seja, um sujeito representativo de interesses do alto escalão do setor. Para o entrevistado, “Querem melar acordos que o Brasil tem feito [...]” (F4), declaração cuja linguagem se mostrou atraente para ganhar o título do texto narrativo configurado pelo diálogo, que divide meia página em igual proporção com uma perspectiva oposta (F3), situação que remete à tentativa de pluralidade de perspectivas sobre o assunto e estratégia de confrontação de ideias.

Por que aumentou a pressão ambiental sobre o Brasil?  
O Brasil não pode cair em provocações deliberadas contra nós, atacando a Amazônia.  
**Vejo isso com o objetivo de diminuir a competitividade brasileira sobretudo no agronegócio** e na parte de mineração. Com a eficiência e os investimentos que têm sido feitos, não tenho dúvidas de que vamos dominar o mundo. (F4)

Quatro enunciados acionam as palavras “potente” e “pujante/pujança” (F7, F9, F11, F13), com vistas a justificar o que é colocado como perseguição ambiental ao Brasil, estendida ao agronegócio. No plano da estória, fazem parte da narração de dois núcleos de tensionamento: um é centrado em “iniciativa”, conforme os narradores jornalistas, de um grande frigorífico brasileiro, visando responder “à pressão de investidores” (F7), outro núcleo diz respeito ao universo de fatos atrelados ao governo federal (F9, F11, F13). No plano da expressão, o primeiro trecho exposto a seguir (F7) compõe um episódio secundário, complementar a uma contextualização de frentes que atuam nas problemáticas tomadas como originárias desses textos, enquanto nos demais casos (F9, F11, F13) os narradores expostos como protagonistas na representação do que é o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na

Amazônia são centrais. De acordo com as descrições ofertadas pelo plano da estória, são falas do presidente Jair M. Bolsonaro (F7, F9, F13) e do vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal Hamilton Mourão, (F11).

“Por quê? **O Brasil é uma potência no agronegócio.** Na Europa, lá é uma seita ambiental, eles não preservaram nada do meio ambiente, praticamente nada, e quase não se ouve falar em florestamento”, afirmou, em sua live semanal. (F7)

“Um tema como a Amazônia, onde prospera a ilegalidade do desmatamento, queimada e garimpo é usado por três grupos: um grupo é esse grupo político, vamos dizer assim; **outro grupo é aqueles que se sentem ameaçados pela pujança do agronegócio brasileiro;** e um terceiro grupo, que eu chamo dos bolsões sinceros, porém radicais, que são os ambientalistas da ala mais radical.” (F11)

No entanto, essa qualificação corresponde à finalidade homogênea, como exposto a seguir. Embora compreendido também como potência, outro tratamento é dado por ocasião de diálogo com personagem situado no outro lado da estória, quando considerada a narrativa da qual todas essas micronarrativas (cada texto analisado) fazem parte. A qualificação também acompanha argumentos que reconhecem crimes ambientais na região, mas incide em preocupação econômica, centrada na comercialização (F14). Apesar do raciocínio acerca da pertinência do assunto pelo campo ambiental, é no campo econômico que está a finalidade da captação das declarações:

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga disse nesta terça-feira (22) que o Brasil está chegando a um **ponto "irreversível" em relação ao desmatamento da Amazônia, o que vai afetar o investimento estrangeiro no país e o agronegócio.** [...] "O desmatamento e outros crimes ambientais, além de agravarem o problema global, trazem enorme risco para o ecossistema do agronegócio, **nosso setor mais bem-sucedido,** e também para a oferta de energia no nosso país. Prejudica também cada vez mais o acesso a mercados a nossos produtos", disse o ex-presidente do Banco Central. (F14)

Nesses textos são configurados reconhecimentos ou valorações compartilhadas na realidade na qual ocorrem os fatos e falantes que representam lados opostos. Como vimos, as primeiras construções textuais oferecem elementos para que os protagonistas possam ser elaborados pelo leitor como atores representativos de um alinhamento de ideias, qual seja: a percepção de que o agronegócio brasileiro é uma potência e assim representa ameaça para outros países, o que faz o governo federal, representando o Brasil, ser atacado ou perseguido em sua política ambiental; enquanto no último caso as declarações reproduzidas de modo direto, especialmente, sugerem oposição. No caso da personagem representação do presidente, não se trata de interlocução acionada para a construção da narrativa. Ele participa por determinação

do jornal e dos jornalistas, evidentemente com base na função pública que o mesmo exerce e o coloca como figura central e inevitável, a partir de declarações obtidas de diversas maneiras, como via documentos públicos, assim como há reprodução, um aproveitamento do que consta no seu histórico, já que o discurso se mantém. Predominam citações diretas, o que avaliamos como estratégia dos jornalistas.

Outras superfícies textuais são constituídas por significações do agronegócio orientadas para a posição de vítima (F5, F15, F17, F19). No plano da estória, encontramos agenciamento, projetos, articulações. Predominam discursos indiretos orientados na voz dos narradores jornalistas, principalmente em F17, quando o agronegócio é o elemento central e distribuído pelos variados episódios que dão forma textual e conteúdo à narrativa. O enredo se organiza em torno de uma iniciativa que visa “fundir Meio Ambiente e Agricultura”, como salienta o título da matéria. Agentes do agronegócio e ambientalistas são ouvidos e no texto ambos participam de argumentos favoráveis e contrários. Nesta trama, alguns destaques salientam o fator de prejuízo que atinge a imagem do Brasil e do agronegócio, tanto pela pressão internacional quanto pela administração dos tensionamentos na esfera pública federal, e se configura como aspecto promotor da proposta e do debate expostos pelo jornal, embora considerem de modo sutil que a situação possui também fatores externos ao país. O acréscimo textual, marcado pelo travessão, sugere complemento estratégico do jornalista (F8). No episódio seguinte (F19), impregnado pelo campo político também, o agronegócio é objeto de defesa da representação descrita como Tereza Cristina, ministra da Agricultura do Brasil.

Especialistas consultados enxergam interesses comerciais por trás da reação internacional à política ambiental de Bolsonaro, como argumenta o presidente — a narrativa inclui acusações de tentativa de interferência na soberania. No entanto, afirmam que a atitude agressiva e a falta de habilidade política do governo, ligadas aos filhos do presidente e ao núcleo ideológico, **comprometem avanços do país em negociações comerciais de interesse do agronegócio.** (F17)

Na semana passada, ela já havia **defendido o agronegócio brasileiro** em um texto distribuído pela Embaixada do Brasil em Londres. **A ministra afirma em seu artigo que a produção de alimentos não é feita na Amazônia**, mas no Centro-Oeste e no Sudeste. (F19)

Entre os textos que evidenciam a posição de vítima, uma arena discursiva se mostrou composta por personagens que reconheciam as estatísticas de “apagão ambiental” promovido pelo governo federal (F5). Nesse rol de vozes, uma delas manifesta-se em relação a uma consequência da circunstância para o agronegócio e produz efeito de conclusão da estória, arremate de significado dos fatos narrados: “[...] Salles está no ministério para implementar uma política contra o meio ambiente e tem prejudicado a imagem do agronegócio brasileiro no

mundo” (F5), diz. A personagem, voz legitimada no real representado pelo texto jornalístico, é Elias Vaz, deputado federal do Partido Socialista Brasileiro, pelo estado de Goiás. Trata-se de espaço narrativo sistematizado para visibilizar uma perspectiva do assunto, assim como a situação de comunicação seguinte, que é situada em um evento promovido pelo jornal: “o 4º Fórum Agronegócio Sustentável” (F15). A configuração escolhida para a disposição dos fatos abre com a motivação para tal realização, na voz do jornalista: “Ao mesmo tempo em que acumula recordes positivos de produção e exportação, o agronegócio brasileiro enfrenta uma crise ambiental”. A dualidade circunstancial colocada em síntese por esse narrador oferece um status majestoso ao setor, um limite de argumentos para a problemática inscrita. Embora o texto apresente descrição de quatro debatedores, o título, a linha de apoio, bem como a personagem mais citada, direta e indiretamente, é o representante do governo federal, na ocasião. A figura é indicada como Orlando Leite Ribeiro, secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), legitimado pelo cargo que ocupa, cujas declarações que lhe foram atribuídas enfatizam a vitimização do agronegócio:

O secretário credita à concorrência o tom das críticas atuais. "Por que eles [os números] ficaram em evidência? Em primeiro lugar, porque assinamos acordo com a União Europeia, que em agricultura é extremamente protecionista e **reagiu atacando o agronegócio brasileiro** como se ele fosse responsável por mudanças no meio ambiente." (F15)

Também com inclinação a desconsiderar a responsabilidade do setor, com peso secundário, nesse mesmo enredo, está o posicionamento da figura descrita como Teresa Vendramini, presidente da Sociedade Rural Brasileira, cuja fala, destacada complementarmente ao texto principal, diz: “É preciso pensar na sustentabilidade do agronegócio como um tripé econômico, social e ambiental” (F15). Com isso, sugere o setor como demandante de uma perspectiva que garanta a sua manutenção, o que vemos como outra forma de colocar o setor do agronegócio na defensiva em relação às críticas. O texto, que é a representação de um acontecimento jornalístico gerado pelo veículo de comunicação, informa, ao final, que a mediação foi realizada por um jornalista, especializado em agronegócio, o que evidencia o espaço narrativo que o setor demanda e dispõe como pauta no jornalismo de referência. Quase a totalidade do enredo é configurada a partir das falas, com amplo emprego de aspas. Esse texto divide a página meio a meio com uma publicidade do patrocinador do evento, a empresa Mosaic Fertilizantes, aspecto que sabemos se constitui fator de influência para os limites da linguagem e da representação dos fatos ofertada pelos meios de comunicação.

### **b) Principal responsável**

Outro conjunto de narrativas dispõe de enunciados que imprimem ao agronegócio a qualificação de ‘principal responsável’ pelo desmatamento na floresta amazônica (F18, F21, F22, F23) –, lembrando que o fenômeno de queimadas está diretamente relacionado a essa prática. No plano da estória, são textos que se caracterizam pela exposição de dados de monitoramento e pesquisas que avaliam a origem, características e consequências da devastação ambiental na região, por vezes em abordagens que versam sobre fenômenos globais, ou delimitações regionais, sendo algumas completamente direcionadas à realidade amazônica. Uma narrativa (F21) trata de desmatamento associado à expansão da pandemia do novo coronavírus como eixo fundamental do enredo, o que corresponde a um processo de intensificação das consequências dessa prática no período e marca a inserção do assunto na atualidade. Nas quatro situações, os autores exprimem a associação dos fatos, que constituem a motivação dos textos, com a personagem Jair Bolsonaro, o presidente da República, portanto, figura vinculada a uma temporalidade – o ciclo de gestão federal do país, organizado em quatro anos, neste caso, de 2019 a 2022. Assim, observamos que se trata de fator determinante na projeção dos fatos nos textos jornalísticos analisadas na *Folha de S. Paulo*. Títulos e linhas de apoio que estruturam essas narrativas salientam a vinculação: “recorde histórico” (F18), “gestão Bolsonaro na Amazônia” (F22), “1º ano sob Bolsonaro” (F23).

O plano da expressão evidencia que os enunciados sobre o agronegócio são complementares aos oferecidos pelas fontes de informação, subsidiárias da elaboração das narrativas. São conclusões ou sínteses empregadas por meio da autoridade do jornalista, com aval do jornal. Assim, embora não sejam exploradas nos textos, a estrutura empregada sugere o interesse desses narradores em realizar a manutenção dessa associação na memória do leitor (F18, F21, F22, F23). O narrador afirma que o agronegócio é a força mais atuante no desmatamento por meio de construções do plano da linguagem, que enfatizam o emprego das palavras “principal” e “responsável”, cujo enunciado representa similar caracterização com as demais afirmações e exposições de dados de pesquisa que são articulados nas narrativas. Os significados das palavras somam-se e no contexto comunicativo provocam a elaboração do sentido por parte de quem lê. Dois desses textos (F18, F21) apresentam enunciados iguais, embora de autoria distinta. Nas duas situações, o tema é secundário, complementar, mas garante a recordação de fatores que estão diretamente vinculados aos fatos narrados.

O desmatamento elevado e as queimadas sem controle sob Bolsonaro têm colocado o Brasil em uma posição delicada no contexto internacional. A Europa, principalmente,

ameaça travar o acordo com o Mercosul. O agronegócio, **principal motor de desmate**, também tem sido visto com desconfiança no mercado externo. (F18).

Desde a época em que era candidato à Presidência, em 2018, Bolsonaro tem feito acenos ao agronegócio, recebido apoio da bancada ruralista e criticado a fiscalização do Ibama. Também já repetiu muitas vezes que o país tem um excesso de unidades de conservação e de terras indígenas. [...] Para 89% dos entrevistados madeireiros causam muito desmatamento; em seguida, vêm garimpeiros e grandes fazendeiros e criadores de gado. Não há dúvidas de que as ações dos dois primeiros também impactam a floresta, mas pesquisas apontam que **o agronegócio é o principal ator envolvido no desmatamento da Amazônia hoje**. (F22)

O Seeg analisa diferentes setores responsáveis pelas emissões. São eles: mudança de uso da terra (é aqui que entra a conta do desmate), agropecuária, energia, processos industriais e resíduos. [...] No ano passado, a mudança de uso da terra foi responsável por 44% das emissões de gases. A agropecuária é a segunda maior geradora de emissões brasileiras, sendo responsável por 28% delas. [...] **Com isso, o agronegócio foi responsável direta ou indiretamente por 72% das emissões brasileiras em 2019**. (F23)

Em síntese, os autores não visam discutir a associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia, priorizando a relevância e a legitimidade dos dados apresentados como elementos centrais dos enredos, sendo o setor, enquanto fator, um conflito paralelo, a ser discutido em outros propósitos. Portanto, em narrativas de acontecimentos jornalísticos da natureza descrita neste item, a *Folha* tende a destacar a explicação ou a comprovação dos fenômenos, apenas sinalizando grupos ou agentes sociais que possuem relação de responsabilidade com a realidade representada. Dessa forma, mostram-se como espaços destinados à voz ativa de uma perspectiva do assunto.

### c) Modelo

Uma parcela da representação do agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia é caracterizada por enunciados que avaliam o setor como modelo de produção e modelo institucional. Com isso, remetem a algumas temporalidades e formas de gerenciamento. Nesse sentido, os enunciados conduzem à descrição de um setor heterogêneo, cujas ideias correspondem a consequências distintas na busca por soluções às problemáticas do real postas pelo jornalismo exercido pela *Folha de S. Paulo*. São impregnadas de perspectivas que incidem na realidade temporal e espacial representada. Manifestam desejo de transformação e/ou evidenciam progressões na engrenagem social assinalada, bem como defendem posições e sugerem contraste de ideias. São discursos marcados por palavras, expressões, frases, como: “ultraconservadores”, “conservadora” e “moderno” (F1), “[...] 38 executivos de setores como agronegócio e mineração cobraram medidas concretas para frear o desmatamento e as queimadas” (F2), “desenvolvimentista e ambientalista” (F3), “[...] a

regularização fundiária pode contribuir para reduzir queimadas e desmatamento, [...]. A visão é compartilhada pelo setor do agronegócio” (F6), “[...] a transparência sobre a procedência do produto brasileiro não é mais só uma preocupação do agronegócio, mas [de] toda a economia brasileira” (F8), “[...] rápida modernização do agronegócio brasileiro” (F10), “[...] modelo de agronegócio de agricultura industrializada e globalizada” (F12), “[...] o Mercosul é uma região cuja produção do agronegócio provoca devastação ambiental” (F16), “agenda ambiental” (F24).

Destacamos dois exemplos, que se mostram abrangentes quanto às diversas referencialidades do real que representam: uma entrevista e uma reportagem. No primeiro caso, trata-se de interlocução do jornalista com a fonte descrita como Isabella Teixeira, 58 anos, mestre em planejamento energético e doutora em planejamento ambiental, servidora ambiental desde 1984, ex-ministra do Meio Ambiente (2010-2016), consultora e co-presidente de entidade vinculada à ONU. A síntese dos assuntos abordados, que antecede a explanação direta do diálogo em uma sucessão de perguntas e respostas, destaca declarações sobre o agronegócio (T01), elemento que acaba por ser objeto de argumentação em quase toda a construção representativa do enredo. Embora uma pergunta corresponda no plano da expressão diretamente ao referido setor, é na voz da personagem que a associação entre o desmatamento e as queimadas na Amazônia ganha relevo. No entanto, o protagonista ainda é o narrador principal, o jornal, somado ao jornalista, que conduz o roteiro, improvisa se necessário, e ao final pode ainda selecionar.

Segundo Izabella, no governo Bolsonaro o jogo ficou desequilibrado porque, entre outros fatores, **os setores do agronegócio que entendem o valor de preservar o ambiente não têm a mesma expressão política dos ultraconservadores** que apoiam o presidente. [...]

**Mas há uma parte do agronegócio a quem não interessa o desmatamento, certo?**

Em 2006 houve uma campanha internacional junto aos compradores internacionais da soja para monitorar sua origem. O Inpe, supervisionado pelas ONGs, mostrou que ela não vinha do desmatamento, e em 2010 houve a moratória da soja. Ali, uma parte da agricultura entendeu que havia um jogo internacional, **uma pressão enorme de ONGs, jornalistas, formadores de opinião**. E essa parte entendeu que tinha espaço no mercado internacional para crescer para valer.

Onde estão esses empresários agora?

Eles não têm expressão política hoje no congresso na magnitude que têm os que apoiam o governo. A maioria da bancada hoje é a turma ultraconservadora do ruralismo, que foi derrotada no Código Florestal. A ministra Tereza Cristina foi naquela época uma das vozes importantes na construção de consensos na ala conservadora do ruralismo, com argumentos orientados pelo bom senso. **É conservadora, mas conhece o agronegócio e agricultura brasileira** e é uma mulher de diálogo e de respeitar acordos. Isso é importante. [...]

O que é preciso dizer nessa conversa? [...] **É preciso tirar o agro e a agenda ambiental dessa cultura política de ameaças** e construir, mostrando o custo-benefício. [...] **Não ter uma expressão política do agronegócio mais moderno** tem uma consequência perversa. (F1)

Já a reportagem exemplifica (F20) as configurações narrativas nas quais a *Folha*, representada por seus jornalistas, é deslocada fisicamente até a região amazônica. Embora resultado de uma parceria internacional, são duas organizações jornalísticas tratando de assuntos de interesse público. A associação do agronegócio com a devastação da Amazônia neste caso é explicitada no plano da expressão, entre outros, por enunciados atribuídos a duas personagens com visões opostas em relação ao processo de construção do setor em território amazônico. Conforme a sequência configurada no enredo e as descrições expostas, o primeiro excerto textual a seguir corresponde a uma fala de Jair Bolsonaro, então candidato à presidência da República em agosto de 2018, que, como vimos, entra em cena posteriormente dando continuidade ao lugar de fala reivindicado, e os demais à leitura do geógrafo Ricardo Gilson da Costa Silva, da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Respectivamente, motivação da produção da reportagem e explicação dos fenômenos de transformação da realidade abordados. Marcadas pela citação direta, as falas configuram a abertura e o fechamento do plano da estória, na perspectiva dos narradores jornalistas, que, por meio de escrita e imagens dispostas em duas páginas do jornal, configuram uma narrativa dedicada aos processos que viabilizam invasões de áreas protegidas, ou que deveriam ser, pelo Estado.

“Aqui em Rondônia, são 53 unidades de conservação e 25 terras indígenas. É um absurdo o que se faz no Brasil usando o nome ambiental”, disse em entrevista coletiva em Porto Velho. **Isso daí tem inibido o progresso daqueles que querem investir no agronegócio e até na agricultura familiar.** Vamos achar um ponto de inflexão nisso.” [...]

Sobre as invasões recentes ele as classifica de "**agrobandidagem**": "Não é movimento social. São movimentos econômicos e políticos patrocinados por fazendeiros, comerciantes e políticos locais. Eles patrocinam a invasão de áreas protegidas. Levam posseiros que precisam de terra para criar uma situação de irreversibilidade. É o que está vivendo a Resex Jaci-Paraná, onde os seringueiros foram expulsos e tem até pista de avião". "Trata-se de um projeto político e territorial de transformação de área protegida em pasto para virar mercado de terras e depois para ir para a pecuária e os grãos. É algo pensado", diz. (F20)

Embora não apresentem no plano da expressão a delimitação que empreendemos como pertinente e viabilizadora no nosso percurso de análise – que são enunciados com os termos agronegócio e agro –, convém destacar que personagens descritas como habitantes da Amazônia e participantes dos processos de divisão e uso da terra que dão origem ao agronegócio na região foram recorrentes somente na série de reportagens da qual o último excerto textual faz parte. Ou seja, na especificidade do assunto pesquisado enquanto elemento das narrativas jornalísticas da *Folha de S. Paulo*, fontes testemunhais que representam a base da pirâmide social são exceção. Quem fala sobre agronegócio associado à Amazônia é pesquisador,

empresário – do agronegócio ou não –, cientista, político, gestor público, ambientalista, executivo, economista, historiador. Neste rol de especialistas, cabe reconhecer a relevância de profissionais vinculados às universidades e outras instituições públicas de ensino e pesquisa instaladas na região norte. São eles que estão mais próximos geograficamente de onde o fenômeno se desenvolve em sua face mais escancarada, aos quais se juntam apenas alguns poucos ambientalistas locais ou conhecedores do lugar – que são também figuras públicas vinculados a outros campos.

### **4.3 Panorama narrativo do objeto empírico**

Apesar das diferenças identificadas em uma parcela das significações construídas para a relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, os fatos narrados em ambos correspondem a três núcleos de acontecimentos. São conjuntos que possuem similaridade no conteúdo que dispõem para a construção de uma narrativa sobre o tema pesquisado, possuindo uma característica funcional no interior da estória. Um desses núcleos narrativos é formado por acontecimentos jornalísticos sobre o monitoramento das taxas de desmate e de queimadas na floresta amazônica. São textos cujas informações atualizam o leitor acerca dos dados, em sua maioria divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com referencialidade em noções quantitativas e infográficos como complemento paratextual. Correspondem a um agendamento midiático permanente, visto que são previstos e expostos a partir de períodos que ancoram as metodologias de vigilância desses fenômenos. São construções narrativas de pouca interlocução com fontes que rejeitam a realidade representada, predominando falas de especialistas e representantes de instituições ambientais que avaliam a realidade. Em se tratando do recorte temporal de 2020, esses textos se destacam pela narração de recordes numéricos que ganham potencial no ano de 2019 e se estendem pelo ano seguinte, configurando assim um período de intensificação dos debates públicos, movidos principalmente pela temporalidade mensal, visto que os dados de monitoramento costumam ser disponibilizados no início de cada mês. É o núcleo ponto de partida, base da estória, o enquadramento sem o qual não haveria debate sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia.

Outro núcleo é formado por ações do poder executivo federal, que se ancora em posicionamento de negação frente aos dados científicos, portanto, revela-se como polo oposto ao conjunto descrito anteriormente, apesar do vínculo institucional que possui. Também nesse caso há uma previsibilidade de acontecimentos pela natureza pública que o caracteriza. São

textos que representam ações na realidade nacional e internacional, com desencadeamentos principalmente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (vinculado à vice-presidência da República) e dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É também eixo fundamental na construção diária de narrativas sobre o tema agronegócio e Amazônia nesses periódicos.

Por fim, um núcleo narrativo desdobrado e conectado com os dois já mencionados, formando um tripé dinâmico. Mobilizações, análises, projetos e projeções, produção e exportação do agronegócio e fenômenos ilegais na região amazônica formam um conjunto de assuntos correlacionados. São narrativas sobre a realidade ambiental mundial e amazônica, passando por considerações diretas sobre impactos da devastação ambiental para o agronegócio, assim como os prejuízos da imagem do setor, principalmente, que no *Estadão*, como vimos, eleva-se à centralidade da narrativa. São evidenciadas ações com vistas à contenção de desmatamento e queimadas, à dissociação do agronegócio da imagem de vilão ambiental, aspecto que em variados textos acompanha a concepção atribuída ao Brasil. Neste conjunto, destacamos a recorrência de texto jornalístico no formato entrevista, contexto comunicativo que se mostra oportuno para narradores jornais e jornalistas exprimirem conclusões sobre o agronegócio na interação de perguntas e respostas. Podem ser compreendidos como espaços narrativos de verdades explícitas quando se trata de pautar o agronegócio em relação às questões ambientais da Amazônia e do Brasil. Portanto, são atribuídos aspectos de coletividade às fontes, mas elas também são acionadas enquanto voz individual e participam de narrativas elaboradas a partir dessa individualidade. As entrevistas revelam-se como narrativas estratégicas para a continuidade do tema.

Com isso, entendemos que esses acontecimentos formam uma matriz de perspectivas, sendo evidenciadores do tratamento dado pelos jornais ao tema, bem como por atores/instituições que constituem voz nas narrativas. Observamos que esses agentes perpassam todos os núcleos. Uma diferença que o conjunto de textos de cada jornal apresenta está na dimensão que o setor do agronegócio recebe como personagem nomeado. O desenvolvimento ofertado pelo *Estadão* supera a *Folha* em termos quantitativos. O setor é identificado por sua nomenclatura recorrentemente no primeiro, enquanto no segundo compõe a textualidade de modo sucinto. Uma compreensão possível se dá por meio da constatação das proposições construídas em cada um em relação ao tempo desejado ou considerado possível para transformações no tema agronegócio e Amazônia no mundo representado. Dessas performances emergem as construções simbólicas que consideramos pretendidas. Trata-se de tema que não é novidade. É uma problemática com antecedentes, assim, os discursos que compõem as

narrativas jornalísticas sobre o setor são parte de narrativas já existentes, circulantes, vivas na sociedade. O que se constitui singular é o contexto político, ambiental, econômico e social, especialmente. Então, quando o jornalismo transforma tais fatos em acontecimentos jornalísticos, incorpora as narrativas que vem com os fatos à nova narrativa resultante de sua mediação. Todas essas narrativas podem apresentar confluências prévias, como podem ser reconhecidamente opostas. Ainda, aproximadas por meio de uma nova forma e passarem a compor uma nova narrativa. E, se pensamos com a teoria da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2013), os jornais visibilizam e participam da produção de narrativas do agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia.

Ambos os jornais apresentam uma grande narrativa ancorada em três alinhamentos de sentidos sobre o agronegócio, no entanto, possuem singularidades (quadro 3). No *Estadão*, os enunciados expõem ao leitor a noção de agronegócio enquanto setor dividido no cenário de 2020 quanto à origem dos tensionamentos que o associam ao desmatamento e às queimadas na Amazônia, aspecto que reverbera em uma distensão política. O agronegócio é construído ainda como um setor visado, que se constitui, conforme os narradores, em função da potência que representa, considerado motivo que faz do setor e do governo brasileiro uma vítima de interesses. Por fim, o leitor é provocado a perceber o agronegócio como um modelo de produção e um modelo institucional. Trata-se do viés que ganha maior relevo e permite a concepção do conjunto analisado como um capítulo bem emoldurado no que diz respeito ao agronegócio associado à Amazônia. Essa configuração é evidenciada também pela análise da *Folha*, com exceção de uma sugestão de sentido: no lugar de setor dividido, há uma caracterização do agronegócio como principal responsável pelo desmatamento, e conseqüentemente pelas queimadas. É uma definição evidenciada principalmente na voz dos jornalistas autores, o que exprime um posicionamento instigante em relação ao veículo de comunicação.

Quadro 3 - Alinhamentos de sentido que se sobressaem na construção das narrativas dos jornais

Alinhamentos de sentido		O Estado de S. Paulo	Folha de S. Paulo
<b>Dividido</b>	Disputa interna de vozes Divisão em termos políticos e ambientais	X	
<b>Visado</b>	Por ser potência passa à condição de vítima	X	X
<b>Modelo</b>	Modelo de produção/Modelo institucional	X	X
<b>Principal responsável</b>	Principal responsável pelo desmatamento		X

Fonte: Elaborado por Thaís Leobeth dos Santos (2022).

O enquadramento do tema e os alinhamentos de sentido são fundamentais para compreendermos os interesses dos veículos de comunicação, bem como dos agentes cujos discursos permitem as interações sistematizadas em narrativa jornalística. A relação que se estabelece entre os jornais e as fontes de variadas esferas, que falam pelo agronegócio, sugere divisão no setor. Os jornais visibilizam o entendimento da imagem do agronegócio como vítima do governo federal, falam do apoio que representam e ainda da performance na arena política, mas não os questionam explicitamente por isso nas notícias, reportagens e entrevistas sobre o tema. Nesse compêndio de elementos, a questão ambiental torna-se secundária. Os jornais reforçam a prevalência da economia frente à necessidade de preservação ambiental ao escolherem dar ênfase à problemática da imagem ou um desenvolvimento pautado pelo ciclo do executivo, como sugerem as narrativas da *Folha*. Enquanto isso, as urgências da Amazônia, que são também as de fenômenos relacionados ao meio ambiente em outros biomas brasileiros, ou mesmo em outras regiões do planeta, são relegadas ao segundo plano. O atravessamento dos campos político e econômico ao tema é a faceta mais evidente da realidade representada. Assim, observamos que o *Estadão* enfatiza a dissociação de elementos que tornam o setor visado no período analisado, enquanto a *Folha* enfatiza a responsabilização do mesmo em um terceiro alinhamento de sentidos. Ou seja, é um diferencial. Mas há outros no interior de cada qualificação. As narrativas jornalísticas conferem níveis distintos de intensidade ao que podemos chamar de mobilização em função da pressão nacional e internacional sobre a relação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira. Assim, as narrativas analisadas configuram uma via de mão dupla na esfera de interações sociais das quais resulta a cobertura jornalística: ao mesmo tempo em que os jornais narram os fatos de interesse público negociam com dois agentes que se mostram caros: a ciência e o agronegócio.

É na mimese II, o estágio de configuração no círculo de atividade mimética (RICOEUR, 2010), que se efetivam as decisões, os comportamentos, o agir em relação a determinado tema. Isto é, na etapa do emprego da linguagem, da mediação aqui articulada pelo produto jornalístico. Em nosso caso, a construção da realidade em torno da associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira, o conflito norteador do enredo, observamos a partir do que está posto – os fatores que promovem o desmatamento e as queimadas –, e encaminhamos o interesse para a narrativa dos fatos que adentram o campo dos acontecimentos jornalísticos. Nesse sentido, consideramos que, embora haja vozes que rejeitam consensos – como é o caso do negacionismo ambiental, vivenciado majoritariamente por agentes do poder executivo federal na diegese da estória –, o jornalismo analisado não deixa de narrar a existência dessas vozes, mas as sobrepõem em alguns momentos por outras que

atualizam a discussão em sentido oposto, assim como viabiliza a exposição de dados, comprovações.

Essa mediação se articula em temporalidades distintas nos dois jornais analisados: no *Estadão* diz respeito a um semestre de intensas mobilizações; na *Folha* diz respeito a uma estória em curso, marcada pela temporalidade da história – o ciclo do executivo federal –, que não permite dissociar a imagem do agronegócio da imagem da gestão de Jair Bolsonaro (à época, sem partido). Assim, a *Folha* não absorve a agenda da mobilização que visa o curto prazo, ou não relaciona agronegócio e Amazônia nos mesmos textos, o que também se constitui em estratégia. A realidade que emerge da leitura dos textos nos faz pensar em projetos distintos, embora ancorados na cobertura informativa. A apreensão da realidade se dá por meio de processos de objetivação e subjetivação, que sedimentam conhecimentos reconhecidos pelo leitor. Padrões, tipificações, modelos que constituem conhecimentos sistematizados na arena social, conforme defendem Berger e Luckmann (2013), ancoram o alinhamento central dado ao agronegócio por parte dos jornais. Com a representação jornalística como fato histórico, emerge uma interpretação simbólica do mundo empírico por parte do leitor. Nesse sentido, presenças e ausências dizem sobre o que se deseja tornar reconhecido, parte do código, incorporado ao repertório do público, e salientam a profundidade da mediação.

O panorama narrativo do objeto empírico evidencia que as narrativas jornalísticas explicitam duas personagens centrais – agronegócio e poder executivo –, que entram na estória por meio dos variados narradores condicionados ao status de vozes pertinentes ou institucionalmente demandadas a falar sobre os fenômenos. Assim, quando direcionamos nossa análise para as associações estabelecidas pelos narradores – veículos de comunicação, jornalistas e fontes – entre agronegócio e desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, obtemos um mapa de interações que se organiza a partir das ações da centralidade das personagens. Um conjunto que reflete jogos de poder, funcionalidade de vozes e legitimação de discursos na construção de sentidos. Na formação social, portanto, “as instituições e os universos simbólicos são legitimados por indivíduos vivos, que têm localizações sociais concretas e interesses sociais concretos” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 165).

Esses aspectos incidem numa narratividade percebida em percurso distinto nos jornais. No *Estadão*, um contorno evidente de ações com marcação temporal recorrentemente expressa pelos narradores personagens. Na *Folha*, um caráter de encadeamento discreto, que demanda um olhar mais atento por parte do leitor. No entanto, ambos evidenciam um ciclo narrativo sobre a realidade de participação do agronegócio nas problemáticas ambientais da floresta amazônica. É um conjunto aparentemente disperso de fatos, que se revelam imbricados. Cada

elemento dessa dispersão contribui para a construção narrativa. Contribui para o todo. São fatos interligados, por vezes, de modo discreto no texto, embora amplamente relacionados no mundo representado e no real. Com isso, confirmamos nossa observação inicial no período de formação do corpus sobre a pertinência de considerar os diversos acontecimentos jornalísticos que apresentavam associação entre agronegócio e desmatamento e queimadas na Amazônia.

Em se tratando de periódicos de reconhecida relevância e destaque no cenário midiático do país, que mantêm parte de sua identidade contemporânea atrelada a formatos tradicionais, as recorrências da formatação jornalística e recursos linguísticos e extralinguísticos empregados tornam-se importantes para a compreensão da narrativa que almejam. Assim, embora não se constitua fator central na perspectiva teórico-metodológica defendida como pertinente ao estudo da narrativa, um olhar para aspectos estruturais pode conjugar a compreensão das visões que almejam. Um exemplo é a distribuição da escrita. Enquanto o jornal *Folha de S. Paulo* (figura 5) evita palavras soltas, índices de leitura explícitos, *O Estado de S. Paulo* (figura 6) não os economiza. Intertítulos, palavras de resumo de legenda, destaque de citações, complementos ao texto principal, entre outras possibilidades de palavra-chave, que entendemos como síntese dos enunciados que os acompanham, atraem o leitor de imediato. Portanto, segmenta o texto, divide, dá pistas sobre o conteúdo a ser encontrado. Já a *Folha* trabalha de modo predominante com texto corrido e poucos ícones de direcionamento da evolução textual de modo destacado, demandando um olhar mais atento.

As estratégias de objetificação, como citações diretas, expressões, referenciais de tempo e lugar, fotografias, ilustrações, gráficos, dados numéricos, garantem à narrativa jornalística o pertencimento a um modo de fazer, que a legitima. Ou seja, as narrativas do jornalismo são construídas a partir de normas internas, consensuais na comunidade profissional, e reconhecidas pelo público. Portanto, o jornalista sabe quais são os formatos de representação contemplados na sua prática e do que dispõe para a sistematização das ações, dos argumentos. Tais processos são guiados pela disponibilidade de espaço, por convenções estéticas do jornal e por demandas dos próprios assuntos narrados, mas também por definições subjetivas acerca do tratamento a ser dado, que encontra conexão com a linguagem. Assim, essas estratégias não dispõem sozinhas da densidade demandada para a compreensão do discurso narrativo dotado de subjetividades no qual consiste na representação ofertada pelo jornalismo, como alertam estudiosos desse campo (MOTTA, 2004, 2010, 2013; RESENDE, 2009, 2011). E na massividade de uma escrita de poucas pausas pode haver o emprego profundo da linguagem para a construção de visões de mundo.



Figura 6 - Exemplo de texto jornalístico do *Estadão*

B8 Economia | QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2020

O ESTADO DE S. PAULO

# Negócios

Após 50 anos  
Sony fecha fábrica  
e deixa mercado de  
TVs no País. Pág. B10

Retomada Verde

Grupo formado por 230 organizações e empresas enviou ao governo federal um conjunto de seis propostas para deter o desmatamento na Amazônia; a coalizão reúne entidades como WWF Brasil e Ipam, além de companhias como JBS, Marfrig, Klabin, Natura e Unilever

## ONGs e agronegócio formam coalizão inédita contra o desmatamento



**Risco.** Desmatamento deixou de ser preocupação apenas de parte da sociedade ou de organizações ambientais para virar prioridade para investidores

**André Borges** / BRASÍLIA

Uma coalizão formada por 230 organizações e empresas, que se define como “um dos raros foros de diálogo entre o agronegócio e ambientalistas”, enviou ontem ao governo federal um conjunto de seis propostas para deter o desmatamento na Amazônia. O documento, ao qual o *Estadão* teve acesso, foi encaminhado ao presidente Jair Bolsonaro e ao vice-presidente Hamilton Mourão, além dos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Economia e Ciência e Tecnologia. As propostas chegaram ainda às mãos de líderes e parlamentares da Câmara e do Senado,

ao parlamento europeu e embaixadas de países europeus. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura reúne nomes da área ambiental como WWF Brasil, WRI Brasil, TNC, Imazon e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Do lado do agronegócio da indústria estão companhias como JBS, Klabin, Marfrig, Amaggi, Basf, Danone, Natura e Unilever.

Segundo o diretor executivo do Ipam, André Guimarães, representante da Coalizão Brasil, as medidas atacam as causas do desmatamento e podem ser implantadas imediatamente, com resultados permanentes. “O desmatamento descontrolado cria instabilidade ao País, ao clima, ao meio ambiente, aos empresários. Quem ganha com isso é quem opera na ilegalidade”, diz Guimarães. “O que nós precisamos é de mais vozes sensatas e equilibradas para uma sociedade que construa respos-

tas e mude posturas do próprio setor privado. Estamos construindo consensos.”

**Propostas.** A primeira das seis ações propostas para reduzir o desmatamento pede a retomada da fiscalização, com punição pelos crimes ambientais identificados. “Para retomar intensificar ações de fiscalização é necessário apoiar e ampliar o uso de inteligência e expertise do Ibama, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e Funai, com responsabilização pelos ilícitos ambientais por meio da punição ágil, ampla e eficiente dos infratores”, afirma o documento.

Segundo a coalizão, notificações e embargos de áreas podem ser realizados de forma simples e quase automaticamente, cruzando os dados de desmatamento com as informações de bancos de dados oficiais, como Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar) ou registros de Posse de Terras (que permitem a identificação do detentor da terra).

Outra medida cobra a suspensão dos registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que incidem sobre florestas públicas e responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais. Há mais de 11 milhões de hectares no sistema declarados sobre florestas públicas que acabam sendo utilizados para legítimos processos de grilagem.

A terceira ação prevista pela coalizão pede a destinação de 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável, com a meta de selecionar, num prazo de 90 dias, a partir do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, a terra que possa ser designada como área protegida de uso restrito e de uso sustentável em regiões sob forte pressão de desmatamento. Esse foi o caso, por exemplo, da criação de 24 milhões de hectares de áreas sob proteção na região da Terra do Meio, no Pará.

Quarta proposta prevê que a oferta de financiamentos passe a adotar critérios socioambientais. A ideia é que, quando observados os cadastros ambientais rurais com desmatamento posterior a julho de 2008, essas operações de crédito sejam bloqueadas até que o responsável apresente a instituição financeira a autorização de supressão emitida pelo órgão responsável para o local desmatado.

Em uma quinta ação, as empresas e associações pedem total transparência e eficiência nas autorizações de cortes de vegetação. Elas pedem que os órgãos estaduais de meio ambiente tornem públicos os dados referentes às autorizações que emitem, por meio do sistema Sinaflor, do Ibama.

A sexta e última proposta requer a suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008, até que as áreas estejam plenamente recuperadas. “Quem desmata em área não regularizada comete crimes ambientais e não deve ser beneficiado com a regularização fundiária”, afirmam as companhias e organizações.

**Prioridade.** O desmatamento deixou de ser uma preocupação só de parte da sociedade ou de organizações ambientais para entrar no rol de prioridades dos investidores. A preservação da Amazônia está na pauta das instituições internacionais e dos principais bancos privados brasileiros – Bradesco, Itaú Unibanco e Santander – que têm alertado para as consequências dos impactos econômicos causados pela destruição da floresta.

Desde o ano passado, quando o Brasil registrou volumes recorde de desmatamento, o governo passou a ser fortemente pressionado, inclusive pelo agronegócio, para tomar medidas efetivas de combate aos crimes ambientais.

Para Marcelo Brito, presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag), também da Coalizão Brasil, o desmatamento da Amazônia se confirma como um dos maiores riscos à economia brasileira, porque o agronegócio responsável pode ser prejudicado em suas exportações se o País não combater os crimes ambientais. “O trabalho da coalizão reforça as diversas iniciativas que estão em andamento. Essas medidas não reinventam a roda, elas apenas cobram que sejam colocadas em prática ações já possíveis”, comenta Brito. “Não procuramos confronto ou contraponto com o governo. Buscamos uma mensagem concreta. Claramente temos um efeito de mudanças climáticas no mundo. É o agronegócio sério, com todas essas empresas, que pede uma ação.”

**Formação**  
Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura reúne nomes da área ambiental e companhias como JBS, Klabin, Marfrig, Amaggi, Basf, Danone, Natura e Unilever.

**“É o agronegócio sério, com todas essas empresas, que pede uma ação.”**  
Marcelo Brito, presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag)

TARA BENEDECITO / ESTADÃO - 2/10/2020

Fonte: Acervo Digital *O Estado de S. Paulo*.

Trabalhar com o tempo e com a história não é somente uma demanda da pauta, é também uma estratégia do narrador. Forçá-lo a lembrar fatos, elementos históricos, conectar a realidade atual com a realidade de outras épocas, faz com que a problemática seja atualizada e observada

como fenômeno que não se pode olhar de modo desconectado do passado. Quando o texto jornalístico diz “lembrando que semana passada”, “ano passado”, “durante a ditadura militar”, por exemplo, está acionando os tempos que compõem o assunto narrado, para além da atualidade que marca o tempo presente. O narrador-jornalista, o autor, convoca o leitor a relacionar as narrativas. E não o faz ingenuamente. Aciona pela pertinência, pelo desejo de qualificar o texto jornalístico e melhor informar acerca de determinado acontecimento, mas nesse movimento também escolhe, associa o que se mostra conveniente; ainda assim, seguindo uma autonomia relativa, visto que as notícias resultam de processos de interação (TRAQUINA, 2005). É o caso da Ditadura Militar (1964-1985), um marco histórico que volta à cena na *Folha de S. Paulo* e explicita relações entre o agronegócio e o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Falar sobre a realidade Amazônica contemporânea, bem como a expansão do agronegócio na região, passa por relembrar esse período, no qual a concepção de desenvolvimento e a atribuição de risco à soberania nacional conduziram os militares que ocupavam o poder a movimentos cujas consequências vemos na atualidade. Podemos considerar, assim, a recorrência de um ciclo narrativo. Um elo histórico que encontrou espaço e se fortaleceu enquanto símbolo da atualidade. Vemos aí também a possibilidade de o veículo de comunicação se reinscrever em determinado fato. Quando a *Folha* dedica uma reportagem especial para falar sobre o impacto da Ditadura Militar na Amazônia está dizendo que os atuais problemas possuem relação com projetos empreendidos nesse período da história brasileira e encontram força no contexto atual.

Em síntese, a *Folha de S. Paulo* apresenta uma identidade menos setorizada, menos marcada em relação ao agronegócio, enquanto no *Estadão* as narrativas sugerem expressão de proximidade temática. A abordagem de agronegócio, mesmo que associada a questões ambientais, mostra-se direcionada a um nicho, embora trate de fatos que incidem na vida da população de modo geral. Embora ambos sejam reconhecidos como jornais de referência, veículos de comunicação representativos da mídia tradicional, os jornais são ancorados em perspectivas distintas mesmo se tratando de textos jornalísticos informativos – notícias, reportagens e entrevistas –, e cobrindo o mesmo território.

## Considerações

Chegamos ao momento de olhar panoramicamente para o percurso de pesquisa que conduziu esta tese e sintetizar a configuração das narrativas jornalísticas que relacionam o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira. Como exposto, trata-se de um tema que está entre os desafios da sociedade contemporânea, e que conjuga os campos político, econômico, ambiental, científico, jornalístico, entre outros, numa arena de interesses.

Compreender o tema pesquisado passa pela apreensão das peculiaridades do contexto atual sem deixar de conectá-lo com seus antecedentes, do mesmo modo que o tema pesquisado não se esgota neste trabalho. Pelo contrário, demanda a ampliação de leituras pelo campo da comunicação. As implicações das escolhas narrativas passam pela manutenção de vozes e representações das mesmas causas. A ciência é ouvida, no entanto, sua participação se mostra próxima de um caráter ilustrativo. Os campos político e econômico permanecem no centro das representações e, na atualidade, mostram-se ainda mais fortalecidos. A narrativa jornalística, como produto simbólico, concretiza-se no conhecimento do mundo cotidiano assimilado por cada sujeito. No entanto, tem consequências concretas. Um ponto importante está na possibilidade de o jornalismo moldar os tensionamentos que mantêm as narrativas, ocasionando um deslocamento do interesse. Preservação ambiental é um tema de interesse público, assim como a produção de alimentos e o desenvolvimento econômico. No entanto, necessitam de um debate equilibrado, com vistas ao bem-estar de toda a sociedade.

A narrativa, enquanto lugar de produção de sentido, não permite ao jornalismo neutralidade. Pelo contrário, demanda presença, marcas de identidade, organização em forma e conteúdo, linguagem, ícones a serem significados pelo leitor. A sedimentação da identidade dos jornais só se estabelece porque aceita, reconhecida, e o mesmo deve haver com a pluralidade de modos de vida que configuram o Brasil. Há necessidade de construção de uma cultura de reflexão sobre o agronegócio, sobre as práticas atribuídas ao setor, de modo que a comunicação narrativa ofertada pela prática jornalística não seja somente espaço para ideias forçadas de aproximação do assunto com a sociedade de modo geral, ou de projetos quase particulares de construção de imagem.

A globalização da economia, especialmente, faz do agronegócio e das questões ambientais assuntos que não se esgotam nos limites de um Estado-nação. Algumas consequências da Guerra da Ucrânia, por exemplo, evidenciam dependências entre países, as quais não são habitualmente expostas a grandes debates, como vimos no caso da comercialização de insumos para a produção agrícola oriundos do Leste Europeu. Essa

dependência é um fator interessante para o tensionamento do agronegócio brasileiro como potência e como setor que se consolida a partir de decisões políticas. Essa investida de violência por parte do governo russo em território ucraniano expõe fragilidades globais, como a cadeia de suprimentos agrícolas, impactada apesar da escala que adquiriu no século XXI. Do mesmo modo, assistimos aos desdobramentos do acordo entre Mercosul e União Europeia, no qual a agricultura e a pecuária juntamente com questões ambientais constituem o centro dos embates políticos. Nesse sentido, entendemos que o agronegócio e o meio ambiente, especialmente no que diz respeito às questões amazônicas, constituem um tema que estará no debate público nacional e internacional por anos e que demanda um grande compromisso do jornalismo. Embora não sejam problemáticas novas, as condições extremas mobilizadas pela pandemia do novo coronavírus ampliam a exigência de movimentos de transformação social.

Toda essa rede global de política, economia, meio ambiente, ciência etc. passa por fatores comunicacionais, que também desafiam a sociedade e impõem ao jornalismo a vigilância dos fenômenos e ainda das próprias práticas. As diversas arenas de debates formadas a partir das redes sociais digitais e processos de desinformação, cujas consequências saem do ambiente virtual e impactam concretamente a vida das pessoas, entre outros desafios, enfatizam a importância do campo de pesquisas acadêmicas da comunicação, que se configura em espaço de resistência. Acreditamos, portanto, que dedicar a pesquisa aos fenômenos comunicacionais da atualidade é uma forma de enfrentamento, uma forma de garantir que uma parte da construção da Educação e da Ciência no Brasil visa ao aprimoramento de instâncias fundamentais, como a prática jornalística, e ao reconhecimento de fenômenos de desigualdade social e emprego da estrutura pública para interesses privados, aspectos de base quando olhamos para a realidade que se forma por meio da associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Reconhecemos que observar um fenômeno em curso pode limitar a extensão dos resultados, mas, a partir do exercício metodológico empreendido, consideramos que foi possível isolar um recorte da realidade plausível de fornecer elementos para a reflexão da problemática em sentido mais amplo.

Nesse movimento, vemos que a narrativa constitui caminho instigante à compreensão das interações sociais, dada a representatividade que possui como necessidade humana. Enquanto teoria, vemos um arcabouço com contribuições de variadas áreas que faz chegar até os estudos de jornalismo uma potência cuja dimensão expõe uma riqueza de possibilidades a serem conhecidas com profundidade e indica a ampliação do fortalecimento epistemológico quando observados os movimentos teóricos mais iniciais, especialmente da virada do século. Os estudos brasileiros contam com significativa produção e evidenciam o esforço dos

pesquisadores, que aprimoram o amadurecimento desse viés teórico e analítico fortalecendo uma identidade para o campo do jornalismo, mas sem deixar de reconhecer a contribuição e o diálogo fundamental com outras áreas do conhecimento.

O maior desafio parece ainda residir na sistematização de um conhecimento metodológico que amplie as possibilidades de aplicação e reconhecimento de diferentes objetos de pesquisa. Ainda assim, vemos um percurso teórico-metodológico viável, potente para o escrutínio das narrativas jornalísticas. Uma via pertinente para se elevar as versões que as configuram e se completam no contato com o leitor, cumprindo um ciclo interminável de apreensão simbólica, sem o qual o jornalismo não existe. Com isso, a narrativa mostra-se como possibilidade para uma reflexão que busca reconhecer limites do fazer jornalístico, mas também observar potencialidades para pautar uma problemática social. Reconhecemos que a realidade discutida resulta de um amplo conjunto de conhecimentos, que, por vezes, estão sujeitos ao embate com posicionamentos simplistas e negacionistas, como o que vemos nas problemáticas ambientais da Amazônia, arena na qual a prática jornalística é apenas uma instância na dinâmica construção social da realidade.

Diante da complexidade do tema, refletir sobre o jornalismo enquanto instância de vigilância social e agente que contribui para a construção da realidade é fundamental. A construção de perspectivas de desenvolvimento que visem à preservação ambiental, à igualdade social, à manutenção das diferentes formas de vida, especialmente vinculadas aos povos tradicionais, à uma cultura econômica que considera limites ambientais, constitui uma demanda social que passa pela produção informativa diária do jornalismo. Passa pela vigilância dos movimentos articulados pelos variados atores/instituições que caracterizam o poder na sociedade contemporânea, e que também se constitui meio para a ascensão de personagens historicamente relegados à posição de vozes pouco reconhecidas e representativas de posicionamentos que destoam de concepções hegemônicas.

Nesse sentido, os processos de interação e os conhecimentos que permitem a configuração das narrativas jornalísticas representam um sistema de escolhas, que não são ingênuas. Como também, as narrativas jornalísticas diárias sobre um tema, mesmo que disperso, permitem o paralelismo de pelo menos duas narrativas – ou duas realidades narrativas: explicitam o reconhecimento do agronegócio brasileiro como vilão ambiental ao mesmo tempo que dão suporte à mobilização de uma reivindicação de heroísmo. Assim, abordar perspectivas que tratam o jornalismo como (re)produtor de narrativas, portanto como instância de produção discursiva inserida num sistema simbólico amplo que consolida as relações humanas, é

preponderante para a compreensão das dinâmicas que viabilizam a construção de narrativas públicas para a relação do agronegócio com o desmatamento e às queimadas na Amazônia.

Do mesmo modo que refletir teoricamente sobre uma prática pulsante na sociedade, como é a prática jornalística, se enriquece no exercício de observação do objeto empírico. Por isso, evidenciamos a cobertura informativa que relaciona o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira a partir das significações ofertadas por meio de tensionamentos, vozes e estratégias no texto jornalístico, procedimento metodológico fundamental para atingirmos o objetivo central de compreender a construção de sentidos sobre esse tema a partir de acontecimentos jornalísticos narrados por jornais de referência no ano de 2020. Tal interesse conduz ao desvelamento das narrativas públicas (re)produzidas em jornais de referência na cobertura informativa que associa o agronegócio ao desmatamento e às queimadas na Amazônia, bem como o modo como as vozes que as representam são articuladas e contribuem na representação do setor do agronegócio nessa problemática nos textos jornalísticos. Alguns aspectos centralizam essa compreensão.

As narrativas (re)produzidas no Estadão são encadeadas por uma perspectiva do agronegócio enquanto atividade necessária, tecnologizada e consciente em relação à preservação ambiental, por mobilizações com vistas à modelação da realidade e por análises na voz de figuras públicas e/ou representativas de organizações privadas protagonistas da virada que sugerem ter passado a construir, e que promoveu sinais de um capítulo da história do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Dizemos um capítulo porque a realidade representada não pode ser apreendida em sua totalidade.

Quando olhamos para o plano da estória, previsto pela análise da narrativa, progressões, ações, proposições configuram o enredo que dá identidade aos textos. Uma parte da diegese, de algum modo, independente, que resulta em narrativa conduzida pelo viés de pelo menos três linhas de acontecimentos, que são as constatações de monitoramento da floresta amazônica – que evidenciam os processos de transformação ambiental da região –, o gerenciamento de responsabilidade do poder executivo federal, marcado por oposição e negação aos dados, embora institucionalmente vinculados, e uma linha representativa dos agentes da sociedade civil, do sistema privado, cujos discursos sugerem interesse em atuar de modo incisivo e manifesto narrativamente na construção social da realidade. Mesmo no universo narrativo deste último, no qual predominam performances discursivas com manifestação à manutenção da devastação da floresta amazônica, trata-se de protagonismo heterogêneo, visto que emergem nas narrativas jornalísticas por meio de distintas relações. Diferentemente das ações das autoridades públicas, cujos ofícios são terreno fundamental da produção jornalística, a ascensão

dos fatos do mundo corporativo se mostra uma linha de negociação mais aberta, fluída, no espaço de mediação representado pelo veículo de comunicação. Salientam os motivos pelos quais supostamente se reúnem em torno de uma causa, mas possuem princípios e identidades distintas. Representam tipos de fontes cuja participação não surpreende, visto que fazem parte das notáveis mais ouvidas pelo jornalismo – universidades/cientistas, personalidades, empresas privadas, organizações da sociedade civil, especialistas, figuras públicas, políticas –, com isso nosso foco se desloca para a centralidade que ocupam na grande narrativa e o lugar das ausências que preenchem. Vozes de classes populares, por exemplo, impactadas pelo gerenciamento do território amazônico por parte de agentes do agronegócio não figuram nem mesmo secundariamente. Talvez porque o *Estadão* não se desloque até a região norte, como indicam os locais de produção atribuídos nos textos jornalísticos analisados, demarcados pelo espaço de centralidade do poder no Brasil – Brasília, especialmente – ou de grandes centros internacionais. Mas claro que não correspondem ao tipo que se refere ao setor na identidade representada pelo termo agronegócio, visto que a noção de produção de grande escala ainda predomina como padrão conceitual. Nesse contexto, agronegócio e Amazônia na mesma pauta resulta do estabelecimento de relações entre agentes dominantes, o que inclui o veículo de comunicação.

A análise evidencia que as escolhas narrativas do *Estadão* conduzem à construção de sentidos sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia com vistas à remodelação da imagem do setor. Nesse processo, há uma bifurcação na articulação entre narradores jornal, jornalista e fontes. Essa reconfiguração de vozes divide os narradores personagens (fontes), sendo que um lado sugere a reunião de atores sociais interessados em enfrentar a problemática (jornal, jornalistas e fontes), e o outro lado a localização das ideias que apenas rejeitam os fatos e realiza a manutenção da problemática (fontes). Do mesmo modo, as narrativas jornalísticas conduzem à explicitação de uma identidade para o agronegócio. A diversidade de acontecimentos que tangencia o assunto pesquisado mostra que variadas escalas espaciais e temporais pertencem ao conjunto de fatores que diz o que é o agronegócio no Brasil e as narrativas jornalísticas contribuíram para isso. Uma dispersão aparente que se revela nada dispersa. Apesar disso, é uma forma de permeabilizar visões em um tema abrangente, cujas implicações o evidenciam como interesse público.

Se “[...] a narrativa é produção de significado e o significado é uma relação de troca”, conforme diz Motta (2013, p. 15), considerando a dinâmica própria por meio da qual o jornalismo se organiza enquanto narrativa, as distintas camadas de interação envolvidas nessa prática cotidiana são colocadas em evidência. Trocas entre as instâncias narrativas que acabam

por atuar diretamente no plano da linguagem, a partir da especialidade dos campos discursivos que representam, e incidem no plano da estória, ou seja, no ato de contar. Assim, significam a realidade. Dá uma aparência, uma interpretação, uma versão. Imprime tonalidades. Tudo isso por meio dos universos simbólicos compartilhados com o leitor, destinatário que, embora pertencente a um grupo razoavelmente homogêneo e reconhecido, só pode completar a narrativa individualmente. A construção de sentidos passa assim pelo caráter estrutural das narrativas, cujas escolhas dos sujeitos narradores ganham um tipo de visibilidade com a virada no enredo, mudanças de perspectiva dos fatos, e ao mesmo tempo sinalizam o que o leitor encontrará. No entanto, a linguagem por si só não oferece o conjunto de significações. É no contexto da comunicação narrativa, assim como no encontro com os universos simbólicos compartilhados com o leitor, que o texto se completa.

Em suma, as narrativas jornalísticas são espaços para argumentos da dissociação da imagem do agronegócio da imagem do governo federal, no que tange ao cenário de tensionamentos ocasionados pelos altos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, considerando a realidade de 2019 e 2020, pois os próprios textos relacionam a realidade do segundo a do primeiro. É uma questão de referência, de escolha no plano da expressão, ou seja, o plano do discurso, da linguagem. Em se tratando da referência no real: o ponto central das narrativas do *Estadão* está na escolha de referencial dos agentes do mundo real representado. A sobreposição de vozes ou o silenciamento são caminhos preponderantes na construção dos sentidos. Na medida em que o tema se desdobra e algumas vozes perdem centralidade, outras as substituem. Nesse momento, construções desejadas são elevadas discursivamente nas narrativas jornalísticas.

Na *Folha de S. Paulo* a disposição dos enredos sugere uma matriz narrativa empregada conforme o fato principal, aspecto que está diretamente associado à elaboração do jornalista, mas é submetido ao crivo do primeiro narrador, o jornal. Pelo título, é possível o leitor saber quais são os textos que sinalizam as problemáticas com o objetivo de situá-las, de listar as esferas relacionadas, e aqueles nos quais há desenvolvimento do assunto, com vistas à exposição de variadas fontes convidadas a dar seu posicionamento. O fator de tensão que motiva as narrativas em alguns casos é essa associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Portanto, essa realidade é abordada de modo central ou tangenciada por outros fatos e demandas sociais cujos desdobramentos são dependentes, como é o caso do acordo entre Mercosul e União Europeia, dos projetos de regularização fundiária, de normas do Código Florestal.

A *Folha* expõe a partir de suas narrativas a variedade de campos envolvidos e a complexidade da problemática, que é a relação do agronegócio com os fenômenos de devastação ambiental na Amazônia. Correspondentes da cobertura cotidiana, são textos informativos, em sua maioria, pautados pela atualidade, que, no entanto, não impede a construção de enredos ancorados na contextualização histórica, seja ela do passado distante ou recente. Nesse movimento, o jornal engaja-se em evidenciar que as realidades são construídas majoritariamente por ideias delimitadas, objetivos específicos, que encontram viabilidade até mesmo em circunstâncias reconhecidas como democráticas. O que há, portanto, é um conjunto de representações complexas, que desafiam o jornalismo e a sociedade contemporânea de modo geral. A variedade de campos explicitados e envolvidos na associação do agronegócio com o desmatamento e as queimadas na Amazônia dispostos pela sucessão de acontecimentos mostra que a *Folha de S. Paulo* está atenta aos fatos que originam essa associação, sejam eles viabilizados pela parcela que não reconhece a problemática, seja pela parcela que busca a construção de outra realidade, ou de outra imagem, que é a perspectiva que se sobressai. Assim como está atenta às repercussões das ações de vozes das entidades públicas e privadas que participam da construção de sentidos sobre o assunto.

Embora o jornal posicione, por meio da voz dos narradores jornalistas, o agronegócio como principal responsável pelo desmatamento, é nas declarações das suas fontes que predomina a análise explícita dos processos que tornam práticas do agronegócio incompatíveis com a região uma realidade local. Os posicionamentos sugerem um agronegócio devastador da natureza, de modos de vida, de limites geopolíticos, em suma, segregador, desigual, nefasto nos moldes predominantes; que corrompe movimentos legítimos, que se mobiliza por meio de fragilidades sociais, que usufrui de poder, dos mecanismos do Estado. Mas também uma potência que mantém patamares da economia do país, que projeta o Brasil para o mundo, que produz alimentos, bate recordes positivos. Um duelo de argumentos quase equilibrados, que sugere um terceiro elemento narrativo: o mal a ser vencido é o governo.

Considerando o conjunto de textos, o ciclo narrativo se estrutura também a partir do tensionamento expandido em 2019, por ocasião dos índices recordes de queimadas, e se desenvolve até junho de 2020. Assim, julho representa o ápice das pressões e da sinalização de insatisfação por grupos do agronegócio, de outros ramos econômicos do país, representações políticas e sociedade civil, prosseguindo para o desfecho nos meses seguintes, cuja caracterização se dá por análises, conclusões sobre o vilão central – nesse caso, representado pelo governo federal e os valores que defende, mas com indícios de que há uma continuidade por ser representada. Portanto, apesar dos marcadores temporais e ações que conferem

singularidade ao período de publicação dos textos jornalísticos analisados, a *Folha de S. Paulo* pouco articula os fatos narrados nesse período como um ciclo narrativo. Ou seja, trata-se de episódios que configuram uma estória condicionada à temporalidade oficial da atual gestão do governo federal. Assim, narra os conflitos e as ações que permeiam o tema na esfera da realidade social, sinalizando, quando é o caso, rupturas, propostas, reações, mas realiza uma manutenção do cenário instaurado. É uma dinâmica que vai pouco a pouco expondo os desafios, indicando responsabilidades, questionando o poder público, as empresas, numa perspectiva de longo prazo, que sugere não considerar a possibilidade de mudança até que a realidade política se altere. Sugere o entendimento de que o real representado não será efetivamente transposto no curto prazo, com a participação de alguns dos atores/instituições envolvidos. Portanto, é um recorte que marca o cenário brasileiro no que tange às discussões sobre o impacto do agronegócio na realidade ambiental amazônica, mas é um capítulo de uma estória cujo desenvolvimento extrapola esse período. Em resumo, as narrativas jornalísticas da *Folha* conferem ao jornal um pertinente interesse em situar o leitor no momento histórico no qual ele está inserido, se dispondo a oferecer representações dos processos que tornaram a atualidade possível, conhecimento fundamental para a construção de transformações sociais.

Tais movimentos e representações imbricados na construção de sentidos são sintetizados nos seguintes alinhamentos: agronegócio como setor dividido, visado e modelo de produção/modelo institucional – *O Estado de S. Paulo* –; e, agronegócio como setor visado, principal responsável pelo desmatamento e modelo de produção/modelo institucional – *Folha de S. Paulo*. Assim, as versões estão calcadas nos sentidos que se sobressaem e conferem identidade aos narradores e às narrativas. O universo discursivo exposto no objeto empírico revela o agendamento midiático da relação do agronegócio com a Amazônia. As narrativas analisadas evidenciam de modo central um processo de argumentação com vistas à desconstrução da imagem do agronegócio e do Brasil como vilões ambientais na realidade amazônica. Concluímos que as narrativas jornalísticas configuram-se como espaços de construção de significações sobre o agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas na Amazônia brasileira e como dispositivos para a construção de um lugar histórico para o setor na atualidade.

## Referências

ASCEMA. **Cronologia de um desastre anunciado:** Ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. 2020. Disponível em: <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Ascema.pdf>. Acesso em:

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. (Orgs.) **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas** [recurso eletrônico]. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.files.wordpress.com/2020/08/minimanual.pdf>. Acesso em:

AGUIAR, Reginaldo Marcos Félix. **O discurso jornalístico sobre a agricultura familiar e o agronegócio:** análise de conteúdos sobre modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

AMAZÔNIA REAL. **Amazônia em chamas:** manifestações a favor da floresta amazônica. Alícia Lobato e Jackeline Lima. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/amazonia-em-chamas-manifestacoes-a-favor-da-floresta-amazonica-se-espalham-pelo-mundo/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. **Crítérios de noticiabilidade no Jornalismo Ambiental.** A Amazônia como um campo discursivo em disputa. Tese (Doutor em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios.** Edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a Comunicação. **Conexão - Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 5. n. 9, p. 139-149, jan./jun. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Jandré Corrêa. **O lugar da notícia nos processos regionais de integração:** os enquadramentos dos jornais de referência sobre as Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BELMONTE, Edson Fernando. Narrativa Jornalística e Narrativas Sociais: Questões acerca da Representação da Realidade e Regimes de Visibilidade. In: FERREIRA, Giovandro Marcus; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; MORAIS, Osvando J. (Orgs.). **Teorias da Comunicação:** Trajetórias investigativas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/KGeptz>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BENETTI, Marcia; FREITAS, Camila. A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do jornalismo. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 14, n. 28, jul./dez. 2015.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, [1966] 2013.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido**. A orientação do homem. Rio de Janeiro: Vozes, [1995] 2005.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, Registo e ‘Estórias’: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

BRAGA, José Luiz. Aprender metodologia ensinando pesquisa. Incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Orgs.) **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3o9cZSD>. Acesso em: 03 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | **E-compós**, Brasília, v. 14, n.1, p. 1-33, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/665/503>. Acesso em: 05 mai. 2016.

BRASIL. **Mercosul/União Europeia**. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. **Acordo de associação Mercosul-União Europeia**. Disponível em: [http://mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/secex/deint/cgne/2019\\_07\\_03\\_-\\_Resumo\\_Acordo\\_Mercosul\\_UE.pdf](http://mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/secex/deint/cgne/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf). Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2020. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional da Amazônia Legal e dá outras providências. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 116, p. 2, 19 jun. 2020. Seção 1. Disponível em: <https://bit.ly/3zK8C2O>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na bancada ruralista. **Em Tese**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 07-32, jan/jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n1p7/42304>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53910>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, São Paulo, ano 6, n. 1, p. 169-187, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/48057/51820>. Acesso em: 04 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Atores em disputa de sentido:** jornalismo e homofobia nas narrativas da Folha de S. Paulo e O Globo. Tese. (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010a.

\_\_\_\_\_. Premissas para o tratamento teórico-metodológico do acontecimento apanhado pela trama noticiosa. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Claudio. (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010b.

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 03 mai. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CLARÍN. **Queimadas na Amazônia colocam o Brasil contra o mundo e pressionam Bolsonaro**. Guido Nejamkis. 2019. Disponível em: [https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/brasil/queimadas-na-amazonia-colocam-brasil-mundo-pressionam-bolsonaro\\_0\\_ElhU2FtRc.html](https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/brasil/queimadas-na-amazonia-colocam-brasil-mundo-pressionam-bolsonaro_0_ElhU2FtRc.html). Acesso em: 29 jul. 2022.

CLIMA INFO. **Brasil 5 anos após o Acordo de Paris**. 2020. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/12/08/brasil-5-anos-acordo-de-paris/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CLIMA INFO. **Mourão tenta minimizar negacionismo de Bolsonaro sobre queimadas**. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/08/19/mourao-tenta-minimizar-negacionismo-de-bolsonaro-sobre-queimadas/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CNN. **Entenda a Guerra da Ucrânia em 10 pontos**. Giovana Galvani. 2022. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-guerra-da-ucrania-em-10-pontos/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CNN. **Queimadas no Pantanal e na Amazônia:** carta aberta de países europeus a Mourão protesta contra política ambiental brasileira. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54181888>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CONASS. **Painel Nacional: Covid-19**. 2022. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CORREIA, Eduardo Luiz. Tese (Doutorado em Comunicação Social). **História e ficção na narrativa de um escândalo midiático**. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros Jornalísticos. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco. (Orgs.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UESP, 2010.

COSTA, Luciana Miranda; NÓBREGA, Lizete Barbosa da; HOLANDA, Juliana Sampaio Pedroso de. Os Discursos por trás da Desinformação Governamental: uma Análise sobre Declarações Presidenciais acerca de Incêndios Florestais. In: GOBBI, Maria Cristina; SIMÕES, Rosa. (Org.). **Sociedade, ativismo midiático e democracia**. 1ed. Aveiro: Ria Editorial, 2020. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/094691d0-89d9-45da-b90c-04df006777cf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

COSTA, Luciana Miranda. O boom ambiental na imprensa. Uma análise das notícias sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia da década de 70 aos anos 2000. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 17, p. 47-68, jan./jun. 2008. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13412/9038>. Acesso em:

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**: uma introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. **Design de Jornais**: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em:

EDIÇÃO Folha. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/index.do>. Acesso em: out/2020 a mai/2021.

ESTADÃO. **Acervo**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: out. 2020 a mai. 2021.

ESTADÃO. **‘O agronegócio não precisa da Amazônia para crescer’, diz ministra da Agricultura**. Andreza Matais e André Borges. 2020a. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-agronegocio-nao-precisa-da-amazonia-para-crescer-diz-ministra-da-agricultura,70003354030> . Acesso em: 21 nov. 2021.

ESTADÃO. **Na ONU, Bolsonaro diz que incêndios são usados em campanha internacional contra o governo brasileiro**. Jussara Soares e Matheus Lara. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-onu-bolsonaro-diz-que-incendios-sao-usados-em-campanha-internacional-contr-o-governo-brasileiro,70003447712>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ESTADÃO. **São Paulo, Rio e Salvador têm protestos contra incêndios na Amazônia**. Fábio Grellet, Tulio Kruse e Renata Farias. 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-e-rio-tem-protestos-contr-incendios-na-amazonia,70002979970>. Acesso em: 21 jul. 2022.

FEARNSIDE, Philip Martin. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, v 1, n 1, p. 38-52, abril/junho, 2019. Disponível em: [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/2019/Fearnside-Retrocessos\\_sob\\_o\\_Presidente\\_Bolsonaro-Revista\\_Sustentabilidade.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Fearnside-Retrocessos_sob_o_Presidente_Bolsonaro-Revista_Sustentabilidade.pdf). Acesso em: 03. ago. 2022.

FIESP. **Áreas de atuação**. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo**. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: out. 2020 a mai.2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>. Acesso em: 25 out. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Agronegócio e ONGs apresentam a Bolsonaro medidas para conter desmatamento na Amazônia**. Reuters. 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/em-alianca-agronegocio-e-ongs-apresentam-a-bolsonaro-medidas-para-conter-desmatamento-na-amazonia.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **'Essa história de que a Amazônia arde em fogo é uma mentira', diz Bolsonaro**. Gustavo Uribe. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/essa-historia-de-que-a-amazonia-arde-em-fogo-e-uma-mentira-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Governo divulga informação falsa de que queimada no Brasil é a menor em 18 anos**. Daniel Carvalho. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/governo-divulga-informacao-falsa-de-que-queimada-no-brasil-e-a-menor-em-18-anos.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Com o aumento de queimadas, Bolsonaro é pressionado a fundir Meio Ambiente e Agricultura**. Danielle Brant e Gustavo Uribe. 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/10/com-aumento-de-queimadas-bolsonaro-e-pressionado-a-fundir-meio-ambiente-e-agricultura.shtml> . Acesso em: 21 nov. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Pressão de investidores contra desmatamento gera alerta na equipe econômica**. Fábio Pupo. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/investidores-pressionam-brasil-para-proteger-amazonia-e-geram-alerta-na-equipe-economica.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo, ação racional conforme os fins e os valores**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.19, n.1, jan/abr, p. 1-14, 2016. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1149/873>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. Disponível: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks//Pdf/978-85-397-0803-1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/Politicass-Publicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

GUARESCHI, Pedrinho A.; AMON, Denise; GUERRA, André. **Psicologia, Comunicação e Pós-verdade**. Florianópolis: Abrapso, 2017.

**G1. Manifestantes fazem protestos pela Amazônia em embaixadas brasileiras pelo mundo**. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/23/manifestantes-fazem-protestos-pela-amazonia-em-embaixadas-brasileiras-pelo-mundo.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2022.

**G1. Jornais estrangeiros noticiam fogo na Amazônia**. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/22/jornais-estrangeiros-noticiam-fogo-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2022.

**G1. Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo**. Guilherme Mazui. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2021.

**G1. Investidores europeus ameaçam desinvestir no Brasil devido a desmatamento**. Reuters. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/19/investidores-europeus-ameacam-desinvestir-no-brasil-devido-a-desmatamento.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2022.

**G1. Bolsonaro acusa Leonardo DiCaprio e WWF de financiarem queimadas na Amazônia**. Jornal Nacional. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/29/bolsonaro-acusa-leonardo-dicaprio-e-wwf-de-financiarem-queimadas-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2021.

**G1. 4 meses da Guerra na Ucrânia: veja principais momentos, da invasão russa à candidatura a membro da UE**. France Presse. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/24/4-meses-de-guerra-na-ucrania-veja-principais-momentos-da-invasao-russa-a-candidatura-a-membro-da-ue.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2022.

IBGE. **Biomass**. Disponível em: <https://bit.ly/3ANhE0f>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE. **Mapa biomass brasileiros**. Disponível em: <https://bit.ly/3zKB4Bx>. Acesso em: 13 jul. 2021.

IBGE. **Amazônia Legal**. Disponível em: <https://bit.ly/3zLV2fg>. Acesso em: 05 jul. 2021.

IBGE. **Mapa da Amazônia Legal**. Disponível em: <https://bit.ly/3m2gGHI>. Acesso em: 13 jul. 2021.

IMAZON. **#ImagemDoDia: você sabe o que é grilagem de terras?** Jeferson Almeida. 2019. Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/imagemdodia-voce-sabe-o-que-e-grilagem-de-terras/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

IBGE. **Cobertura natural dos biomas do país entre 2000 e 2018.** Disponível em: <https://bit.ly/3ueYD4h>. Acesso em: 13 jul. 2021.

INPE. **Gráfico com taxas de desmatamento na Amazônia.** Disponível em: [http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates). Acesso em: 07 jul. 2021.

INPE. **Gráfico com dados de focos de incêndio na Amazônia Legal.** Disponível em: [https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/). Acesso em: 12 jul. 2021.

INPE. **Monitoramento do território: mudanças climáticas.** Disponível em: <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=9#:~:text=Quando%20aumenta%20a%20concentra%C3%A7%C3%A3o%20de,Terra%20e%20causando%20mudan%C3%A7as%20clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 29 jul. 2022.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística.** 2d. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LEAL, Ana Barros Rego; BARBOSA, Marialva. Tempo, memória e história da comunicação. Um passo teórico em torno de Paul Ricoeur. **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**, v. 18, n. 32, p. 139-149, 2019. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1592/699>. Acesso em: 01 fev. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Pesquisa em comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 1, jan./jun 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3mklwzV>. Acesso em: 03 mar. 2020.

LUPA. **É falso que pessoas que tiveram covid não devem tomar vacina.** Bruno Nomura. 2021. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/08/12/verificamos-pessoas-tiveram-covid-vacina>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MAIA, Marta Regina; TAVARES, Michele da Silva. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3zJmkTp>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARTINS, Jaqueline Lemos. **O autor e o narrador nas tessituras da reportagem.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

\_\_\_\_\_. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **BOCC UBI**, Covilhã, p. 1-13, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MELO, José Marques de Melo; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Intercom, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MERCOSUR. O Mercosul fecha um histórico Acordo de Associação Estratégica com a União Europeia. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/o-mercossul-fecha-um-historico-acordo-de-associacao-estrategica-com-a-uniao-europeia/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3zJmkTp>. Acesso em: 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3zJmkTp>. Acesso em: 10 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3zGncYR>. Acesso em: 10 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MÜLLER, Karla Maria. GERZSON, Vera Regina Serezer; RADDATZ, Vera Lucia Spacil; SOARES, Marcelo Cândia. Comunicação e Integração Latino-americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça. **Fronteiras - Estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 116-125, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/4673>. Acesso em: 03 jul. 2021.

NEVES, Alex Jorge; BAPTISTA, Gustavo Camilo; ENGEL, Cíntia Liara; MISSE, Michel. (Orgs.). **Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

NEXO. **Os protestos pela Amazônia nas embaixadas do Brasil na Europa**. João Paulo Charleaux. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/08/23/Os-protestos-pela-Amaz%C3%B4nia-nas-embaixadas-do-Brasil-na-Europa>. Acesso em: 29 jul. 2022.

NEXO. **Qual a relação entre o desmate na Amazônia e o agronegócio**. Mariana Vick. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/07/27/Qual-a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-o-desmate-na-Amaz%C3%B4nia-e-o-agroneg%C3%B3cio> . Acesso em: 29 jul. 2022.

NEXO. **O que falta aos governos para enfrentar a crise climática**. Mariana Vick. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/topico/2020/07/12/O-que-falta-aos-governos-para-enfrentar-a-crise-clim%C3%A1tica>. Acesso em: 26 jul. 2021.

NEXO. **A guerra na Ucrânia 5 meses após a invasão russa**. Marcelo Montanini. 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/07/27/5-pontos-sobre-a-guerra-na-Ucr%C3%A2nia-cinco-meses-depois>. Acesso em: 29 jul. 2022.

NOBRE, Antonio Donato. **O futuro climático da Amazônia: relatório e avaliação científica**. São José dos Campos, SP: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3kIxCTv>. Acesso em: 14 jul. 2021.

NOBRE, Carlos. A; OBREGÓN, Guillermo O.; MARENGO, José A.; FU, Rong; POVEDA, German. **Características do Clima Amazônico: Aspectos Principais**. Amazonia and Global Change, Washington, v. 186, p. 149-162, jan./2009. Disponível em: [https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia\\_global\\_change/10\\_Caracteristicas\\_Nobre.pdf](https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/10_Caracteristicas_Nobre.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

NOBRE, Carlos A.; MARENGO, José A.; ARTAXO, Paulo. **Entendendo o Clima da Amazônia: Avanço do LBA**. Amazonia and Global Change, Washington, v. 186, p. 145-47, jan./2009. Disponível em: <https://bit.ly/3ugmTCW>. Acesso em: 14 jul. 2021.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Dez fatos que marcaram o clima em 2020**. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/dez-fatos-que-marcaram-o-clima-em-2020/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Carta a Bolsonaro em defesa do Inpe**. 2019. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/carta-bolsonaro-em-defesa-inpe/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nossos membros**. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/quem-somos/nossos-membros/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

O ECO. **Tudo que você precisa saber sobre a floresta amazônica.** Uma entrevista com Mark Plotkin. Disponível em: <https://bit.ly/2Y3vVYU>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ONU NEWS. **OMS: Covid-19 causou pelo menos 14,9 milhões de mortes diretas ou indiretas.** 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1788242>. Acesso em: 05 ago. 2022.

OMS. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020.** Disponível em: <https://bit.ly/3o6KZzc>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRIEST, Susanna Horning. **Pesquisa de mídia: introdução.** Porto Alegre: Penso, 2011.

QUADROS, Mirian Redin de; MOTTA, Juliana; NASI, Lara. Jornalismo e narrativa: aspectos do estado da arte das pesquisas no Brasil. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3zJmkTp>. Acesso em: 04 out. 2020.

REGATTIERI, Lorena Lucas. **Algoritmização da vida: o debate sobre Amazônia e incêndios florestais no Twitter em 2020.** Tese (Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RAMOS, Adriana. Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**, n. 70, Santiago, 2021. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-71812021000200287&script=sci\\_arttext&tlng=en](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-71812021000200287&script=sci_arttext&tlng=en). Acesso em: 03 ago. 2022.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | **E-Compós**, p. 1-18, 2011.

\_\_\_\_\_. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez./2009. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629/1671>. Acesso em: 04 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 85-101, 1º sem./2005. Disponível: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17387>. Acesso em: 03 out. 2020.

RIBEIRO, Camila Belizário; ALMEIDA, Maria Clotilde. “Passando a boiada”: aspectos dialógicos e interdiscursivos em textos relacionados ao discurso do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2335-2366, 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** Tomo I. São Paulo: W. Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Allan S. B. Pesquisa em jornalismo na e sobre a Amazônia: promoção e qualificação do debate acerca da questão ambiental. In: SEIXAS, Netília S. dos Anjos; COSTA, Alda Cristina; COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação: visualidades e diversidades na amazônia**. Belém: FADESP, 2013.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

SALOMÃO, Caroline S. C. et al. **Amazônia em chamas**. Desmatamento, fogo e pecuária em terras públicas. Nota Técnica, n. 8, outubro de 2021, Ipam Amazônia, 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-8-pecua%CC%81ria-pt.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SANTOS, Daniel; SALOMÃO, Rodney; VERÍSSIMO, Adalberto. **Fatos da Amazônia 2021**. Disponível em: <https://bit.ly/3AOjUnI>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Juremir Machado da. Ideologia e poder na comunicação. In: CITELLI, Adilson. [et al] (Orgs.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado; STRASSBURGER, Tabita. A atualização de uma relação colonial: desconstruindo valores na disputa jornalística pela Amazônia. In: SEIXAS, Netília S. dos Anjos; COSTA, Alda Cristina; COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação: visualidades e diversidades na amazônia**. Belém: FADESP, 2013.

STRELOW, Aline. Reflexões sobre o método de pesquisa em jornalismo e uma proposta oriunda do campo. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Claudio. (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

THE GUARDIAN. **Brazilian protesters rail against Bolsonaro as Amazon fires rage on**. Dom Phillips. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/24/brazilian-protesters-bolsonaro-amazon-fires>. Acesso em: 29 jul. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. Contando ‘Estórias’. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

UFPA. **A Questão do Aquecimento Global e Preservação da Amazônia.** Webinar com Ricardo Galvão. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LnZz5fY0IWg>. Acesso em: 28 jul. 2021.

UOL. **Bolsonaro vira alvo em protestos em defesa da Amazônia pelo mundo.** Ana Carla Bermúdez. 2019a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/23/bolsonaro-vira-alvo-em-protestos-por-defesa-da-amazonia-na-europa.htm>. Acesso em: 29 jul. 2022.

UOL. **Agronegócio prepara reação a texto da Science.** Estadão Conteúdo. Isadora Duarte, Letícia Pakulski, Tânia Rabello e Ariosto Mesquita. 2020b. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/18/agronegocio-prepara-reacao-a-texto-da-science.htm> . Acesso em: 15 mar. 2022.

VALDIONES, Ana Paula. et al. **A Evolução do setor madeireiro na Amazônia entre 1980 e 2020 e as oportunidades para o seu desenvolvimento inclusivo e sustentável na próxima década.** Belém, PA: Imazon: Imaflora: ICV: IDESAM, 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Evolucao-do-Sector-Madeireiro-na-Amazonia-de-1980-a-2020.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ZAMIN, Ângela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos. Mídia, cultura e tecnologia.** Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716>. Acesso em: 03 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Nos jornais, um típico acontecimento atípico:** o Caso Angostura em diários latino-americanos de referência. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** Tradução Karine Jannini. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

## Apêndice A - Levantamento do Estado da arte

No âmbito acadêmico, no campo da comunicação, temos grupos historicamente atuantes na preocupação com processos comunicacionais em interface com questões ambientais e do setor agropecuário, como também do agronegócio. Assim, nosso interesse passa pela necessidade de reconhecimento dos interesses teóricos e metodológicos, bem como os objetivos e temas que estiveram no centro de investigações na pós-graduação. Com isso, buscamos a identificação de produções acadêmicas cujas abordagens estão circunscritas nos elementos centrais da proposta, que são a reflexão sobre jornalismo, enquanto construtor de narrativas que contribuem à realidade social e (re)produtor de representações do setor agropecuário, com seus variados aspectos relacionados, o que inclui o agronegócio. Conforme salienta Jiani Bonin (2008, p. 123), a pesquisa da pesquisa é uma operação metodológica que “oferece elementos para a elaboração da problemática, bem como para autoconstrução do pesquisador, na medida em que potencializa o aprendizado metodológico”, o que, para a autora, é pertinente “para o alargamento da capacidade de pensar/projetar a pesquisa de maneira consciente”. Ou seja, é prática importante ao aprimoramento de ideias.

Nessa etapa, recorreremos aos repositórios dos 51 programas de pós-graduação brasileiros filiados à Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Isso se deu em função de que a referida Associação possui dados sistematizados disponíveis online, que apresenta uma lista desses programas, com informações básicas sobre cada um e link de direcionamento. O levantamento foi realizado nas listas de teses e dissertações, nos sites ou repositórios digitais dos referidos programas, com variação na disponibilidade da descrição de título, resumo e palavras-chave. Trabalhamos com produções de acesso aberto. Na busca, foram empregadas as palavras-chave: narrativa (para o objetivo de localizar abordagens de narrativa jornalística); agro, agronegócio, agrícola, agricultura, pecuária, agropecuária, lavoura, campo, rural, terra (a variedade de termos se deu em função de que apresentam um universo de conexões). Como recorte temporal, consideramos o período de 2010 a 2020.

Com isso, identificamos um conjunto de 97 produções entre teses e dissertações cujo interesse geral versa sobre narrativa jornalística. Numa sistematização inicial, os trabalhos foram organizados conforme o dispositivo/suporte midiático presente nas referidas investigações. Pesquisas sobre narrativa jornalística em jornais impressos se destacam no levantamento (26), seguidas de análises de audiovisual/telejornalismo (17), tecnologias de informação e comunicação/webjornalismo (16) e pesquisas nas quais processos comunicacionais foram analisados na perspectiva do jornalismo enquanto narrativa

considerando variados dispositivos/suportes midiáticos (13). Investigações em textos de revistas (9) e obras literárias (9) também compõem esse quadro, assim como um agrupamento (5) dedicado a processos comunicacionais de museus, abordagens teóricas, culturais e de cidade. Estudos sobre narrativa no radiojornalismo se mostraram menos recorrentes.

Quanto aos temas agropecuários, identificamos 53 dissertações e cinco teses do campo da comunicação defendidas, predominantemente, entre os anos de 2015 e 2020. Os trabalhos foram categorizados em subtemas com a finalidade de uma descrição, no entanto, tangenciam quase a totalidade das pesquisas. Observamos abordagens distribuídas em representações de aspectos da vida rural (11), movimentos sociais de trabalhadores da terra (10), o rural enquanto contexto e ainda em interface com o urbano (7), agronegócio e tensionamentos (6), análises de produções científicas das Ciências Agrárias (5), questões indígenas – especialmente relacionadas a conflitos de terra – (6), questões ambientais (4), consumo midiático de jovens da zona rural (3), questões de trabalhadores agrícolas (3), e ainda do âmbito organizacional (1). Desse conjunto, elencamos produções que mostram alguma proximidade com a ênfase temática de interesse.

Em relação à busca com ênfase na narrativa, destacamos aqueles em que os autores se propuseram a realizar um percurso metodológico de análise da narrativa jornalística. Isso se dá em função de que compreendemos a análise da narrativa como método diretamente imbricado aos aspectos teóricos da pesquisa. São produções que dizem sobre jornalismo enquanto produtor de narrativas e prática social que se nutre da transformação daquilo que elege como acontecimento e é transformado em notícia, integrando, assim, conhecimento sobre o cotidiano, oferecido sistematicamente. Embora sejam produções que versam sobre outros enfoques, indicam fenômenos comunicacionais que vêm sendo analisados pelo viés do jornalismo como narrativa, bem como autores empregados e arranjos metodológicos.

Na dissertação “Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente na interface narrativa de Montezuma Cruz” (2015), Ana Carolina da S. Monteiro investigou conexões entre o jornalismo literário e o jornalismo ambiental. Foi realizada análise de conteúdo quali-quantitativa de 48 reportagens socioambientais do jornalista Montezuma Cruz, publicadas no diário Correio do Estado (MS). A dissertação propõe-se à criação de uma narrativa autoral, elaborada “a partir do ethos profissional pautado na humanização, ética, estética e no engajamento do repórter à temática ambiental, representado pela proposição H3E, formulada a partir da práxis do repórter pesquisado” (MONTEIRO, 2015, p. 07).

“História e ficção na narrativa de um escândalo midiático” é o título da tese de Eduardo Luiz Correia (2012). A pesquisa analisou “a formação do imaginário social dos leitores da

imprensa a partir da construção narrativa de um escândalo político-midiático”. Tomou-se como base teórica-metodológica hermenêutica de profundidade, narratologia e enquadramento. Realizou-se uma análise da narrativa do caso Celso Daniel em textos jornalísticos da Folha de São Paulo, compreendido pela investigação como um mega-acontecimento envolto em controvérsias. Foram discutidos os processos de configuração da narrativa a partir dos dispositivos do jornalismo e da ficção. A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

Na tese intitulada “O autor e o narrador nas tessituras da reportagem”, Jaqueline Lemos Martins apresenta uma perspectiva de olhar teórico-metodológico para a narrativa jornalística, tomando como base a hermenêutica de profundidade e a análise crítica da narrativa jornalística. A pesquisa tem como ponto de partida a compreensão de que “o autor no jornalismo é um mediador cultural, tem um lugar social demarcado por sua formação profissional e está diretamente ligado ao exercício de um ofício”, enquanto “o narrador é uma criação do autor. É um sujeito que existe para narrar, que adota perspectivas e estratégias para contar uma história, um fato/acontecimento” (MARTINS, 2016, p. 09). A pesquisa foi defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação da Universidade de São Paulo.

Duas produções congregam análise da narrativa jornalística e temas agropecuários.

Uma dissertação foi dedicada à observação de aspectos comunicacionais do jornal Correio do Estado (MS) sobre conflitos entre indígenas e fazendeiros. Conforme os resultados da análise, “o discurso dos ruralistas é predominante em toda a estória narrada pelo jornal” (COSTA, 2017, p. 05). A pesquisa foi defendida por Carolina da Silva Costa, com o título “Narrativas jornalísticas sul mato-grossense: o conflito entre indígenas e fazendeiros na terra Nãnde ru Mangaratu”, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Já em 2020, a tese “Direito à informação sobre agrotóxicos” analisou a repercussão do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) e a divulgação de suas sete edições na mídia. Foram estudadas as versões digitais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no período de 2008 a 2019. Por meio do emprego da hermenêutica de profundidade e inspiração na análise da narrativa jornalística, verificou-se “que o direito do cidadão à informação sobre agrotóxicos está mais presente nas narrativas institucionais e jornalísticas quando o cidadão está na condição de consumidor” (BROCHARDT, 2020, p. 2017). A análise revelou ainda que a reprodução da abordagem da Anvisa por parte dos veículos de comunicação, que, desse modo, contribuíram para replicar a narrativa do referido Programa. Além disso, as variadas maneiras de atribuição de sentido aos agrotóxicos foram avaliadas como forma de manutenção de relações de poder nos âmbitos

econômico e político. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

Destacamos ainda outras quatro produções por apresentarem ênfase em meio ambiente e/ou agronegócio. Em 2013, a dissertação intitulada “Código Florestal: a retórica de ruralistas e ambientalistas nos artigos de opinião do Correio do Estado” buscou identificar de que modo ruralistas e ambientalistas justificaram e sustentaram seus posicionamentos favoráveis e contrários sobre a aprovação do Código Florestal. Foram analisados oito artigos opinativos do jornal Correio do Estado, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, publicados após a aprovação do relatório de Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados em 2011. O trabalho foi produzido por Bárbara Cunha Ferragini, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Fernanda Targa Messias, com a dissertação “O agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma nas charges de Carlos Latuff”, relacionou esse sistema ao contexto dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entre os resultados, a autora destaca “contradições de governos que se reivindicavam populares, mas que promoveram a consolidação do agronegócio como política agrária no Brasil” (MESSIAS, 2017, p. 07) e a charge como estratégia política por parte de movimentos sociais. Conforme o trabalho, o autor das charges atua em jornais e portais da imprensa alternativa, assim como em diversos jornais sindicais, e em parceria com movimentos populares. A dissertação foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

A dissertação “Agronegócio, meio ambiente e representações: análise das coberturas do Globo Rural e do MS Rural” (2018) discutiu a cobertura de meio ambiente nos programas MS Rural (TV Morena, afiliada da Rede Globo) e do Globo Rural (Rede Globo). A partir da programação jornalística exibida durante um ano, conclui-se que “além de tempo considerável destinado ao tema, grande parte do material contém críticas pesadas ao poder público, aos produtores rurais e à sociedade em geral” (SILVEIRA, 2018, p. 82). Nesse sentido, de acordo com o trabalho, colaboraram com diversidade de temas, evidenciando o ambiental como fator construtivo da realidade. A dissertação também foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

“O discurso jornalístico sobre a agricultura familiar e o agronegócio: análise de conteúdos sobre modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro”, de Reginaldo de Aguiar, centrou-se numa análise crítica e de discurso de conteúdo do chamado “Abril Vermelho” do período de 2014 a 2017. Foram analisados os jornais impressos nacionais Correio Braziliense, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e os estaduais – O Liberal, Diário do

Pará, O Estado do Maranhão, O Imparcial e A Gazeta. De acordo com a análise empregada, “o modelo social e econômico do Agronegócio foi o escolhido como referência pela elite política e econômica do Brasil e esse posicionamento tem sua face visível nas coberturas e publicações dos jornais nacionais e estaduais” (AGUIAR, 2019, p. 110). A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Católica de Brasília.

Como vimos, o campo da comunicação contempla investigações relacionadas a temas agropecuários e ao agronegócio, porém, em pequeno volume se comparado com outros interesses de pesquisa. Nesse escopo, identificamos a interface ambiental. Com isso, observamos a pertinência do conjunto temático proposto para a produção de reflexões acerca de práticas jornalísticas. O predomínio das pesquisas nos últimos anos evidencia uma possível ampliação de profissionais e pesquisadores interessados em observar fenômenos comunicacionais, seja em âmbito local, regional ou nacional, do mesmo modo que em relação a aspectos ambientais, sistemas econômicos, correntes políticas, questões de classe e gênero, de geolocalização, entre outros. Objetos de análise dos referidos trabalhos constituem exemplos de apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) contemporâneas, bem como o modo que a comunicação e o jornalismo estão presentes nas interações de diferentes segmentos e grupos que caracterizam o cenário agropecuário brasileiro, que envolve questões agrárias, ambientais, tecnológicas, econômicas, entre outras. Evidenciam a relevância do tema, portanto, como pauta jornalística.

No que tange a perspectivas teóricas e metodológicas de pesquisa, similaridades de métodos e procedimentos técnicos são identificados, os quais indicam por onde os estudos brasileiros de jornalismo têm seguido para refletir sobre narrativa jornalística. Há uma vertente de estudos de jornalismo como narrativa no Brasil, por exemplo, organizada desde 2015 pela Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Tal iniciativa é dedicada à aproximação de grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo da narrativa. A entidade promove um dos mais importantes encontros do campo, no qual são encontrados grupos de trabalho e debates que contemplam a narrativa em variados vieses no jornalismo. Isso demonstra que esse viés de pesquisa ganhou espaço, apresenta-se sistematizado e com promissora demanda de conhecimento. Nesse sentido, observamos assim que se trata de um viés de pesquisa estruturado, que demonstra suporte teórico para novos estudos.

Do mesmo modo, fenômenos comunicacionais que dizem respeito à agropecuária e ao agronegócio pesquisados evidenciam algumas relações recorrentes no cenário brasileiro: a associação com fatores políticos. Isso se mostra uma marca, uma problemática que instigou a maioria dos trabalhos encontrados, que estudaram a comunicação ou o jornalismo, vinculados

a esse tema. Os contextos nos quais são posicionados os objetos de pesquisa mostram que o tema está sendo acompanhado no âmbito acadêmico, especialmente a partir de temporalidades de gestão de cargos políticos em nível federal.

Mas, num segundo momento dos encaminhamentos da pesquisa, após o exame de qualificação do projeto, identificamos a necessidade de um levantamento direcionado para fenômenos comunicacionais relacionados à Amazônia. Para isso, recorremos ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, considerando o recorte temporal do ano de 2000 ao ano de 2021. Como resultado, retornaram 17 teses com temas comunicacionais relacionados à Amazônia e 93 dissertações. Destes, somente um trata de desmatamentos e analisa um jornal regional. A seguir, expomos em ordem cronológica dissertações (3) e teses (6) que se mostraram mais próximas: Leituras da Floresta – A Construção da Amazônia na Mídia Impressa Brasileira (SANTOS, 2002); O ambientalismo tardio. A Amazônia como temática ambiental no jornalismo impresso paulista (SILVA, 2006); O jornalismo ambiental na Amazônia: fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no jornal o Liberal do Pará (LUFT, 2010); À sombra da floresta – Os sujeitos amazônicos entre esteriótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo (COSTA, 2011); Dossiê Walter Freitas – Comunicação, arte e cultura na Amazônia (LIMA, 2013); A invenção da florestania – A participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico (PINHEIRO, 2013); Jornalismo ambiental na rede de notícias da Amazônia – Estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (SILVA, 2015); A Amazônia codificada – A configuração narrativa da comunicação institucional (RODARTE, 2017); e, Critérios de noticiabilidade no Jornalismo Ambiental – A Amazônia como um campo discursivo em disputa (ÂNGELO, 2020).

Apesar da quantidade, os estudos articulam interesses diversos relacionados à Amazônia, distanciando-se assim de proposições bem específicas, como a que propomos – representações jornalísticas do agronegócio em relação ao desmatamento e às queimadas. No entanto, uma pesquisa de tese, por ser recente (2020) e dedicada a questões jornalísticas, embora com viés do jornalismo ambiental também, que não é nossa ancoragem, evidencia a atualidade da Amazônia como tema que ainda não está assentado na cobertura jornalística brasileira com vistas ao enfrentamento de problemáticas da região em suas diversas dimensões: sociais, culturais, ambientais, econômicas, territoriais, entre outras. Na tese intitulada “Critérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental: A Amazônia como um campo discursivo em disputa”, Fabrício F. Angelo (2020) realizou o mapeamento de seis jornais, sendo um regional, três nacionais e dois estrangeiros: A Crítica (Amazonas), Folha de São Paulo (São Paulo), O Estado de São Paulo (São Paulo), O Globo (Rio de Janeiro), The Guardian (Reino Unido) e The New

York Times (Estados Unidos da América). De acordo com o autor, uma proposta de Estado para a Amazônia foi sendo implementada especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff. Entre os resultados, o estudo evidenciou que meio ambiente e economia ainda se sobressaem como assuntos de preferência da mídia, no entanto, políticas públicas e questões dos povos indígenas têm adquirido destaque na imprensa, bem como o agronegócio foi apontado no campo discursivo econômico em abordagens da Amazônia analisadas pelo autor.

No final de 2021, tomamos conhecimento sobre outra tese que possui relação com a nossa pesquisa. Esta teve como objeto de análise fenômenos comunicacionais sobre as queimadas na Amazônia em 2020, tendo como objeto empírico a rede social twitter. O estudo evidencia relações do agronegócio com as questões amazônicas no debate público e a participação da imprensa de referência nessa arena discursiva, constituindo pertinente atualização do tema no que tange especialmente a esse tema em tecnologias digitais de comunicação (REGATTIERI, 2021).

## Referências do estado da arte

AGUIAR, Reginaldo Marcos Félix. **O discurso jornalístico sobre a agricultura familiar e o agronegócio: análise de conteúdos sobre modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Educação, Tecnologia e Comunicação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. **Crêterios de noticiabilidade no Jornalismo Ambiental.** A Amazônia como um campo discursivo em disputa. Tese (Doutor em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós. Disponível em: <https://www.compos.org.br/programas.php>. Acesso: jan//2021.

BONIN, Jiani Adriana. **Práticas comunicacionais.** Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 37, dez/2008, quadrimestral, p. 123-127. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4809/3613>. Acesso em: 11 set. 2020.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Direito à informação sobre agrotóxicos.** Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

CORREIA, Eduardo Luiz. **História e ficção na narrativa de um escândalo midiático.** Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Carolina da Silva. **Narrativas jornalísticas sul mato-grossense: o conflito entre indígenas e fazendeiros na terra nãnde ru mangaratu.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

COSTA, Vânia Maria Torres Costa. **À sombra da floresta.** Os sujeitos amazônicos entre esteriótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese (Doutorado em Comunicação e Mediação). Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FERRAGINI, Bárbara Cunha. **Código Florestal: a retórica de ruralistas e ambientalistas nos artigos de opinião do Correio do Estado.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

LIMA, Marlise Borges de. **Dossiê Walter Freitas.** Comunicação, arte e cultura na Amazônia. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LUFT, Maria Schirley. **Jornalismo ambiental na Amazônia: fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no jornal o Liberal do Pará.** Tese (Doutorado em Ciências da

Comunicação). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MARTINS, Jaqueline Lemos. **O autor e o narrador nas tessituras da reportagem**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MESSIAS, Fernanda Targa. **O agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma nas charges de Carlos Latuff**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MONTEIRO, Ana Carolina da S. **Jornalismo Literatura e Meio Ambiente na interface narrativa de Montezuma Cruz**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

REGATTIERI, Lorena Lucas. **ALGORITMIZAÇÃO DA VIDA: o debate sobre Amazônia e incêndios florestais no Twitter em 2020**. Tese (Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RODARTE, Lídia Karolina de Sousa. **Jornalismo ambiental na rede de notícias da Amazônia**. Estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **A invenção da florestania**. A participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVEIRA, Tarcísio Saldívar. **Agronegócio, meio ambiente e representações: análise das coberturas do Globo Rural e do MS Rural**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

SANTOS, Vanja Joice Bispo. **Leituras da Floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira**. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, e Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SILVA, Gilberto da. **O ambientalismo tardio: a Amazônia como temática ambiental no jornalismo impresso paulista**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

SILVA, Antonia Costa da. **Jornalismo ambiental na rede de notícias da Amazônia**. Estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

Apêndice B - Quadro geral de textos do *Estadão*

Publicação	Título
04.06.2020	Holanda rejeita acordo Mercosul-UE
04.06.2020	2 PERGUNTAS PARA... Francisco Guerreiro, eurodeputado (Verdes Europeus)
06.06.2020	Desmatamento na Amazônia cresce 22%
10.06.2020	Deputados dos EUA têm visão deturpada'
20.06.2020	Europeias ameaçam cortar investimentos contra desmatamento
21.06.2020	Temor de prejuízos com imagem negativa do governo no exterior racha agronegócio
24.06.2020	Banqueiros falam em perigo ambiental
24.06.2020	Brasil não pode aprovar o PL da grilagem da forma como está'
02.07.2020	Amazônia tem maior queima para junho
03.07.2020	Pressionado, governo faz carta a investidores
05.07.2020	O agronegócio não precisa da Amazônia'
09.07.2020	Governo deve pedir a empresários recursos para preservar Amazônia
10.07.2020	Cobrado, governo de isenta do avanço na destruição de florestas na Amazônia
10.07.2020	Para ministra, projeto dá 'maior controle' sobre Amazônia
10.07.2020	Ex-ministros da Fazenda pedem retomada 'verde'
10.07.2020	Veto a queimadas por 120 dias sai semana que vem
11.07.2020	Executivos brasileiros pressionam e Mourão muda tom sobre questão ambiental
11.07.2020	A empresários, vice fala em levar desmate a 'mínimo aceitável'
11.07.2020	Combate 'começou tarde', diz Mourão
11.07.2020	Desmatamento da Amazônia é recorde para junho
11.07.2020	Nasa alerta que queimadas podem ser mais intensas
12.07.2020	Caminhamos para o precipício ambiental'
13.07.2020	Precisamos ir à Europa ouvir as críticas'
15.07.2020	Em carta, ex-ministros cobram desmate zero
16.07.2020	Governo vai dar escritura a ocupações na Amazônia após vistoria a distância
16.07.2020	Decreto vai regular vistorias de áreas
16.07.2020	Para MP e ativistas, plano fundiário 'legítima' grilagem
17.07.2020	20% de soja e carne exportadas para a UE seriam ilegais
18.07.2020	Agronegócio prepara reação a texto da 'Science'
19.07.2020	Passivo ambiental de empresas se torna fator de risco e afasta investidor
19.07.2020	Europa sai na frente na recuperação 'verde'
19.07.2020	Queremos ver os resultados reais no combate às queimadas'
20.07.2020	Bolsonaro é o Jim Jones da destruição do meio ambiente'
23.07.2020	Bancos lançam plano para Amazônia
24.07.2020	Mourão detalha a Santander ações do Conselho da Amazônia
25.07.2020	Fogo na Amazônia é em desmate, afirma Embrapa
26.07.2020	Política ambiental de Bolsonaro prejudica a América Latina toda'
26.07.2020	Pressão interna e externa faz crescer interesse na bioeconomia da Amazônia
26.07.2020	Amazônia precisa ter polos tecnológicos'
26.07.2020	Instituto defende plano de zoneamento ecológico para região
27.07.2020	País se formou com o mito da natureza inesgotável'
28.07.2020	Executivos vão atrás de Maia para destravar pauta ambiental

29.07.2020	Por meio ambiente, fundo nórdico para de investir na JBS
29.07.2020	Maia avança com agenda ambiental do Congresso
04.08.2020	Salles quer mudar a meta oficial de preservação ambiental da Amazônia
06.08.2020	Greenpeace acusa JBS de não cumprir acordo
07.08.2020	Desmate na Amazônia tem alta de 34% no ano e queda de 28% em julho
07.08.2020	Guedes responde a críticas ambientais dizendo que os EUA 'mataram índios'
07.08.2020	Deputados cobram mudança de gestão ambiental
10.10.2020	Itamaraty reduz atuação em políticas ambientais
10.08.2020	3 PERGUNTAS PARA... Everton Vieira Vargas. embaixador
11.08.2020	Mourão diz que espera verba para Amazônia hoje
12.08.2020	Bolsonaro afirma que Amazônia está intacta
12.08.2020	Não financiaremos empresas de carne que desmatarem'
13.08.2020	Brasil pode ganhar R\$ 2,8 trilhões com 'economia verde'
16.08.2020	Vamos dar subsídios para o produtor não ter de tirar madeira'
22.08.2020	Estadão' investe em Retomada Verde
22.08.2020	Merkel diz ter "sérias dúvidas' sobre acordo UE-Mercosul
23.08.2020	Baseadas em ativos da floresta, startups da Amazônia impulsionam a bioeconomia
23.08.2020	Melhorou muita coisa na produção
23.08.2020	'Potencial do produto da Amazônia'
23.08.2020	Bioeconomia precisa se industrializar'
24.08.2020	Geração Greta' se articula no Brasil
26.08.2020	O agronegócio que funciona sem desmatar
26.08.2020	Preservação ambiental pode trazer US\$ 10 bilhões por ano ao Brasil'
27.08.2020	Grandes bancos formam conselho para debater a Amazônia
28.08.2020	Mourão volta a criticar 'turma que fala muito'
29.08.2020	Bloqueio de verba ameaça parar ações antidesmate e reação faz governo recuar
29.08.2020	Ação verde reduz mudança climática
29.08.2020	Posto de líder global nas mudanças climáticas está vago'
01.09.2020	Desmate em unidade de conservação cresce 40%
04.09.2020	É possível melhorar a preservação da Amazônia', diz Heleno
04.09.2020	Maia defende âncora fiscal e ambiental
05.09.2020	Fazer o que é certo não custa mais caro'
06.09.2020	Passaremos a ser promotores da agenda ambiental'
12.09.2020	Processo está ligado também ao desmate
12.09.2020	Parques da Amazônia têm 15 interessados
16.09.2020	ONGs e agronegócio formam coalizão inédita contra o desmatamento
17.09.2020	Europeus cobram ação contra desmate
17.09.2020	Mourão faz reunião para avaliar propostas de ONGs e empresas
18.09.2020	Vou brigar até o fim contra corte na Agricultura', diz ministra
21.09.2020	Bolsonaro vai rebater críticas na ONU
22.09.2020	Com 60 focos por dia, Pantanal tem o maior número de incêndios desde 1998
22.09.2020	Defesa destinará verba da Lava Jato para novo satélite
23.09.2020	Presidente distorce dados em discurso
23.09.2020	Entidades ambientais veem danos para o País

23.09.2020	Jornais estrangeiros rebatem Bolsonaro com dados oficiais
24.09.2020	Frigoríficos ampliam controle do gado
25.09.2020	País perdeu 500 mil km <sup>2</sup> de área natural
25.09.2020	Bolsonaro é aprovado por 40%, afirma Ibope
02.10.2020	Bancos vão apoiar aliança por pauta verde
07.10.2020	Projeto pagará por áreas preservadas
08.10.2020	Acordo UE-Mercosul tem novos revés
15.10.2020	Estudo diz como salvar 71% das espécies
30.10.2020	Estudo alerta para iminência da 'Era das Pandemias'
02.11.2020	Eleição pressiona política ambiental do Brasil e governo modera apoio a Trump
05.11.2020	Governo inicia viagem com embaixadores na Amazônia
09.11.2020	Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia
12.11.2020	Governo fala em tirar terras de desmatador
12.11.2020	Queimadas tendem a piorar covid-19 em áreas de florestas
13.11.2020	Ao contrário de Bolsonaro, agronegócio quer construir pontes com Joe Biden
14.11.2020	Setor de proteína animal sobe em ranking
20.11.2020	Bolsonaro desiste de acusar países por madeira ilegal
20.11.2020	Grupo de ONGs e empresas critica governo
21.11.2020	Pauta ambiental será chave na relação Brasil-EUA
01.12.2020	Por videoconferência, Bolsonaro e Fernández conversam pela primeira vez
02.12.2020	Governo e agro devem afinar discurso ambiental
02.12.2020	Campo está na mira, mas tem o que mostrar
02.12.2020	Inclusão do criador ajuda a reduzir desmatamento
02.12.2020	Agronegócio preserva o meio ambiente, defende Halum
03.12.2020	Embaixador da UE fala em falta de confiança no Brasil
06.12.2020	Como as empresas se uniram contra as polêmicas federais

Fonte: Elaborado por Thaís Leobeth dos Santos (2022), com dados do *Estadão*.

Apêndice C - Quadro geral de textos da *Folha*

Publicação	Título
12.06.2020	Soja de desmate ilegal em MT é exportada para UE e China
16.06.2020	Só o crime ganha com desmatamento da floresta amazônica
05.06.2020	Ex-ministros do Meio Ambiente pedem que PGR investigue Salles
23.06.2020	Sem aviões, exportação de frutas cai até 77% em maio
24.06.2020	Investidores e deputados da UE elevam pressão contra desmatamento no Brasil
28.06.2020	Afã de integrar Amazônia levou a desmatamento e morte de índios
02.07.2020	Campanha tentará melhorar imagem ambiental
02.07.2020	Norueguesa suspende compra de ração em retaliação a desmate
07.07.2020	Exportação de carne concentra 50% do desmatamento em 2% dos municípios
09.07.2020	Governo escala relações públicas ambiental contra fuga de investidores
10.07.2020	Fundos estrangeiros cobram Mourão sobre desmatamento
11.07.2020	Alta no desmatamento reduziu investimento, dizem empresas
11.07.2020	Amazônia têm 14º mês seguido de alta de desmatamento, aponta dado do Inpe
12.07.2020	Antiambientalismo de Bolsonaro já prejudica empresas brasileiras
12.07.2020	Empresários elevam pressão por demissão do ministro Salles
12.07.2020	Queimadas na Amazônia são herança de governos anteriores, diz ministro Salles
12.07.2020	Cresce na Europa pressão contra produtos brasileiros
12.07.2020	Política ambiental atual é estrago sem dimensões, diz cofundador da Natura
12.07.2020	Querem melar acordos que o Brasil tem feito, critica Ometto, da Cosan
13.07.2020	Ibama reduz sanções em 60% em um ano
14.07.2020	Guedes diz que país alimenta o mundo preservando o ambiente
15.07.2020	Ex-ministros da Fazenda e ex-BCs cobram retomada verde
16.07.2020	Governo será avaliado por sua ação na Amazônia, diz Mourão
17.07.2020	Governo federal proíbe queimadas por 120 dias
20.07.2020	Marfrig rastreará gado para se blindar de boicote do exterior
23.07.2020	Bancos lançam iniciativa pró-Amazônia
27.07.2020	Grileiros convertem castanhais em pasto e cercam extrativistas
29.07.2020	Empresários fazem investida no Congresso por defesa da Amazônia
30.07.2020	Fundo escandinavo exclui do portfólio investimento na JBS
31.07.2020	Agenda ambiental não deve ser romântica, é preservar com desenvolvimento
31.07.2020	Mudanças em normas são para modernizar sem precarizar, diz Salles
01.08.2020	Após exonerações no Ibama, desmate volta a crescer em área indígena do PA

04.08.2020	O que é ESG e como ele está se tornando pré-requisito no mercado
06.08.2020	Gigante britânico do varejo ataca carne do Brasil
06.08.2020	Salles recua e mantém meta de desmatamento ilegal até 2023
10.08.2020	'Dia do fogo' em 2019 gerou poucas multas ambientais
12.08.2020	É mentira que a Amazônia arde em fogo, afirma Bolsonaro
17.08.2020	É preciso implementar de vez o Código Florestal na Amazônia
22.08.2020	Contrariando Bolsonaro, Nasa aponta que queimadas vêm de desmatamento
25.08.2020	Empresários usam crise ambiental para preservar Zona Franca
31.08.2020	O desmatamento é inimigo do agro'
05.09.2020	Exército dá suporte na Amazônia para órgãos ambientais, afirma Mourão
06.09.2020	Agricultores invadem terra indígena à espera de regularização
08.09.2020	Megaprodutora de soja deixará de desmatar cerrado ainda em 2020
11.09.2020	Degradação florestal na Amazônia supera desmate, diz pesquisa
12.09.2020	Amazônia têm 2º pior agosto de desmate, atrás só de 2019
15.09.2020	Governos estão em guerra com a Terra, diz ambientalista
16.09.2020	Em 14 dias, Amazônia queimou mais que em setembro de 2019
16.09.2020	Fotógrafo passa por áreas com fogo sem ver ações contra as chamas
17.09.2020	Na ONU, Bolsonaro deve dizer que crítica a queimadas é errada
17.09.2020	Criticado por europeus, Mourão diz que vai levá-los à Amazônia
23.09.2020	Na ONU, Bolsonaro defende gestão na pandemia e contra queimadas
23.09.2020	Crise ambiental se agravaria sem UE-Mercosul, afirma governo
23.09.2020	Desmate afeta agro e investimento no país, diz Arminio
23.09.2020	Sob ameaça de corte de R\$ 430 mi, Defesa desiste de novo satélite
23.09.2020	Pantanal perdeu 141 mil hectares devido a fogo em nove fazendas
23.09.2020	Mourão confunde ação militar e civil, diz Galvão
24.09.2020	Grandes fazendas concentram 72% dos incêndios em 'hotspots' da Amazônia
25.09.2020	Em 18 anos, Amazônia perdeu área maior que os estado de SP
28.09.2020	Governo divulga informação falsa sobre queimadas no país
30.09.2020	Secretário da Agricultura vê hipocrisia em crítica ao país
01.10.2020	Na ONU, Bolsonaro diz que há cobiça sobre a Amazônia
02.10.2020	Austríaco se declara contra aprovação de acordo com o Mercosul
03.10.2020	ONG encontra fazendas envolvidas em 'dia do fogo' na cadeia de JBS e Marfrig
03.10.2020	Fornecedores diretos são monitorados, afirmam empresas
04.10.2020	Um governo Biden cobraria Brasil por ambiente

04.10.2020	Queimadas aumentam pressão para fundir Meio Ambiente e Agricultura
04.10.2020	No sul do AM, desmatamento avança apesar do Exército
05.10.2020	Salles passa em SP quádruplo de tempo das regiões de crise
06.10.2020	McDonald's e Nestlé pressionam Reino Unido contra desmatamento no exterior
06.10.2020	Suspeito de fogo no Pantanal vendeu gado para governador
06.10.2020	Cerca de 40% da Amazônia pode virar savana
08.10.2020	Eurodeputados rejeitam acordo UE-Mercosul
10.10.2020	Para ministra da Agricultura, 'boi bombeiro' evitaria queimadas
10.10.2020	Desmate na Amazônia, ainda elevado, reduz em setembro
13.10.2020	Tereza Cristina vai a Portugal defender acordo com UE
25.10.2020	Invasões de áreas protegidas têm avanço de 'sem terra de direita'
27.10.2020	Desmate e garimpo aceleram avanço do vírus entre indígenas
27.10.2020	Governo mantém Forças Armadas na Amazônia Legal até abril de 2021
01.11.2020	Para 46%, gestão Bolsonaro na Amazônia é ruim ou péssima
04.11.2020	Bolsonaro sugere que eleição nos EUA tem 'interferências'
07.11.2020	Puxadas por desmate, emissões crescem 10% no 1º ano sob Bolsonaro
15.11.2020	Distensão entre EUA e China afetará agronegócio no Brasil
18.11.2020	Sem conter exploração ilegal, Bolsonaro tenta exportar a culpa para europeus
03.12.2020	Frigoríficos compram gado de fazendas ilegais, diz ONG
04.12.2020	Itaú articula setor financeiro por doações para a Amazônia
05.12.2020	Quase 90% do desmatamento da Amazônia em MT é ilegal

Fonte: Elaborado por Thaís Leobeth dos Santos (2022), com dados da *Folha*.

Anexo A - Interface de busca do acervo digital do jornal *O Estado de S. Paulo*

[notícias](#) 41881  
 [fotos](#) 1869  
 [podcasts](#) 215  
 [tv estadão](#) 207  
 [especiais](#) 45  
 [receitas](#) 16  
 **acervo** 63169

RESULTADO DE BUSCA PARA **AMAZÔNIA** (63169)

Em todo o acervo  
  Somente capa  
  Somente material censurado

Acervo (63152)  
 Notícias (10)  
 Personalidades (7)

[» BUSCA AVANÇADA](#)

FILTRE POR EDIÇÃO

EDIÇÃO SÃO PAULO  
  EDIÇÃO BRASIL

[» Entenda a diferença entre as edições](#)

FILTRE POR PERÍODO

De 1875 a 2010 ( 44383 )

De 2020 a 2029 ( 958 )

2020 ( 791 )

As barras no gráfico exibem a quantidade de ocorrências do termo procurado em cada período.  
Clique sobre uma das barras para exibir resultados do respectivo período.

>> ACESSE TODAS EDIÇÕES DO JORNAL

**A estreia de King Kong**  
Veja essa e outras capas históricas

# Capa do jornal de 28/5/1933

TÓPICOS

- Fotos históricas**  
Imagens que marcaram
- Capas históricas**  
Grandes acontecimentos na primeira página
- Vidas marcantes**  
Leia perfis do esporte, cultura e política

Fonte: Acervo digital do jornal *Estadão*. Captura em 13/05/2021.

Anexo B - Interface de busca no acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo*

**FOLHA DE S.PAULO**

---

**acervoFOLHA**

---

BANCO DE DADOS FOLHA | HÁ 50 ANOS | BUSCAS RECENTES | EDIÇÃO FOLHA

---

amazonia    01/07/2020 - 31/07/2020    Todos os Jornais    **BUSCAR**

[Busca Avançada](#)

As edições dos últimos seis meses estão disponíveis em Edição Folha.

---

**CADERNOS**    143 resultados para *amazonia* entre 01 Jul.2020 - 31 Jul.2020    Ordenar por **Mais antigas**

- TODOS    143
- PRIMEIRO CADERNO    67
- COTIDIANO E ESPORTE    38
- COTIDIANO 2 - ED. NACIONAL    37
- CADERNO ESPECIAL    1

**FILTRAR**

**Limpar filtros**

Desativar filtros de artigos e documentos (limpar e marcar)











02/07/2020    02/07/2020    02/07/2020    02/07/2020    03/07/2020    03/07/2020    03/07/2020    03/07/2020    03/07/2020

NF 51 542 - 2.na 100    NF 51 543 - 2.na 100

Fonte: Acervo digital do jornal *Folha de São Paulo*. Captura em 19/05/2021.

Anexo C - Primeira página do *Estadão* na edição de 5 de julho de 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1892 JULIO MESQUITA (1862-1907)

Domingo 5 DE JULHO DE 2020 R\$ 7,00 ANO 141 Nº 46282

estadão.com.br

### NA QUARENTENA VOZES DA AMÉRICA

Jovens latino-americanos falam do momento e do que esperam no pós-pandemia. PÁGS. H1, H6 e H7



**Zezé Fasmor,**  
32 anos,  
Argentina



**Diana Stohmann,**  
29 anos,  
Bolívia



**Sebastian Santiago,**  
20 anos, Porto Rico



**Flavia Rodrigues,**  
22 anos,  
Brasil



**Juan Medina,**  
23 anos,  
Venezuela



**Alejandra Cuesta,**  
24 anos, Equador



**Jorge Barrigh,**  
24 anos,  
Honduras



**Betsabé Saavedra,**  
22 anos, Peru



**Sebastián González,**  
22 anos, México



**Cyndi Guzmán,**  
29 anos, Chile

## Casos de covid crescem em 12 de 18 capitais após reabertura

Com avanço da pandemia e aumento da pressão no sistema de saúde, cidades já recuam em flexibilização

Levantamento do *Estadão* aponta que o número de casos de covid-19 subiu em pelo menos 12 das 18 capitais brasileiras que começaram a retomar atividades econômicas. Com o avanço da pandemia e aumento da pressão sobre o sistema de saúde, algumas já decidiram recuar e adotar medidas mais restritivas contra o coronavírus nos últi-

mos dias. Após o retorno de atividades não essenciais, no Sudeste houve aumento da média de infectados por dia em São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. No Sul, as três capitais estão com mais casos: Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Outras cidades que tiveram alta foram Brasília, Campo Grande e Curitiba, no Centro-Oeste, além de

Salvador e João Pessoa, no Nordeste, e Palmas, no Norte. O aumento da covid-19 não é uniforme. Em São Paulo, cujo plano de reabertura gradual foi implementado pelo governador João Dória (PSDB) no início de junho, o número de casos diários subiu 15%. Já em Brasília, os casos quintuplicaram no mês passado. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

● **Saúde chega a 50 dias sem titular**  
Com 64.365 mortos - 1.111 entre sexta-feira e ontem - e 1,57 milhão de infectados, o Brasil completa 50 dias sem um titular no Ministério da Saúde. O cargo é ocupado interinamente pelo general Eduardo Pazuello. **PÁG. A15**

### ENTREVISTA

**Tereza Cristina,**  
ministra da Agricultura

#### ‘O agronegócio não precisa da Amazônia’

Num momento em que o Brasil registra números recordes de desmatamento e corre o risco de perder investimentos internacionais, a ministra Tereza Cristina diz que o agro tem crescido em áreas já desmatadas do País e Amazônia, com seu clima e terras diferentes de outras regiões, não é atraente, além de não ter infraestrutura de logística. **ECONOMIA / PÁG. B1**

### PERFIL

**Aloysio de Andrade Faria,**  
banqueiro

#### Aos 99, ‘banqueiro invisível’ continua ativo nos negócios

Com fortuna estimada em R\$ 9 bilhões, o banqueiro mais velho da lista da *Forbes* estudou Medicina e herdou aos 28 anos o banco que viria a ser o Real. Discreto, até recentemente dava expediente na sede do Banco Alfa pelo menos uma vez por semana. Agora, decide da fazenda os rumos de seu império. **ECONOMIA / PÁG. B9**

### Link

#### PEGADA SOCIAL FAZ LINKEDIN GANHAR FORÇA

Com 43 milhões de usuários no Brasil e quase 700 milhões no mundo, plataforma famosa por currículos e vagas vira espaço de discussão sobre trabalho e carreira, com direito até a influenciadores. **ECONOMIA / PÁG. B10**

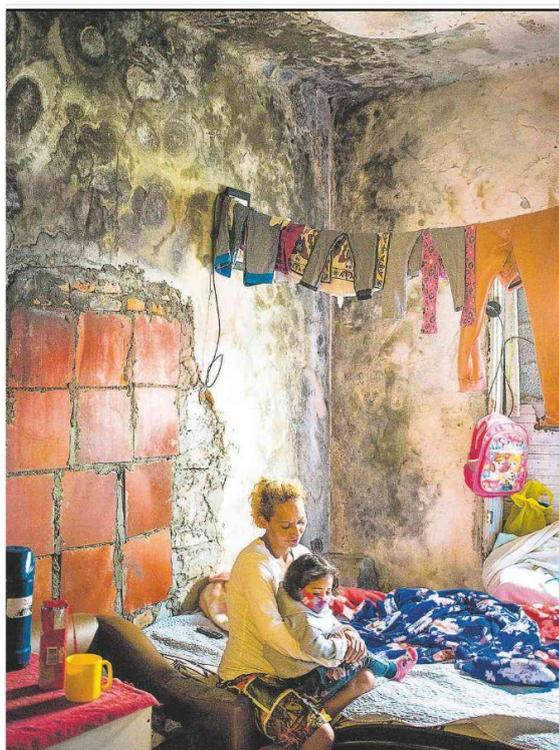
### Automobilismo

#### BRASILEIRAS SONHAM COM A FERRARI

A paulistana Julia Ayoub, de 15 anos, e a catariense Antonella Balsani, de 14, superam 50 concorrentes e avançam em seletiva para disputar uma vaga na concorrida Academia Ferrari. **PÁG. A19**

Tempo em SP

12ª Min. 28ª Págs.



#### Famílias que a crise jogou na rua

Sem casa, sem emprego e sem comida, aumenta o número de pessoas que passam a viver nas ruas e em centros de acolhimento em São Paulo por causa da pandemia. Alessandra Rodrigues (foto) e a filha, de 2 anos, não conseguiram vaga em abrigos e acabaram indo para um prédio invadido na zona leste. **METRÓPOLE / PÁG. A17**

#### Inquéritos expõem ‘ala empresarial’ do bolsonarismo

Empresários bem-sucedidos nos negócios, que apoiaram Jair Bolsonaro nas eleições e se mantêm fiéis a ele, tomaram-se nas últimas semanas alvo de investigações. São acusados de terem financiado a organização de atos antidemocráticos, a propagação de fake news e ataques virtuais a ministros do Supremo. Todos se dizem inocentes. **POLÍTICA / PÁG. A6**

#### Fernando Henrique Cardoso

Se não souber o que falar, que o presidente se cale. Como nesta semana. Melhor, contudo, é que fale coisas sensatas. **ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2**

#### Vera Magalhães

Quando a situação ficou feia, Jair Bolsonaro recorreu a um profissional: Gilberto Kassab, o novo conselheiro da República. **POLÍTICA / PÁG. A7**

#### Mario Vargas Llosa

Caos descrito sem humor por John Bolton em livro permite chamar a Casa Branca, sem exagero, de casa de loucos. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

#### Leandro Karnal

Expulsamos alguns demônios durante o pior da crise que vivemos. Estamos preparados para uma vida diferente? **NA QUARENTENA / PÁG. H5**

### NOTAS & INFORMAÇÕES

#### A escolha dos ministros do STF

Sistema em vigor funciona bem desde que o Senado compreenda que as substituições não são protocolares nem devem ser feitas em clima de camaradagem. **PÁG. A3**

#### O vírus devora a renda

Trabalhadores do setor privado com carteira assinada receberam 90% do habitual e os sem carteira, 76%. **PÁG. A2**

Anexo D - Primeira página da *Folha de S. Paulo* na edição de 02 de julho de 2020

# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 \* Nº 33.328

QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

## Congresso decide que eleições serão em novembro

A Câmara dos Deputados aprovou em dois turnos a proposta de emenda à Constituição que adia as eleições municipais de outubro para novembro e muda outros prazos, em tentativa de adaptar a disputa à pandemia de Covid-19. O texto, que já havia passado pelo Senado, deve ser promulgado hoje pelo Congresso. Poder A4

## Bolsonaro fala com fotos de bancos de imagem em vídeo

O presidente Jair Bolsonaro divulgou propaganda em que conversa, por telefone, com pessoas cujos rostos estão em bancos de imagens profissionais. Horas após a publicação, o Planalto disse que o vídeo era "peça piloto inacabada" e o tirou do ar. Poder A10

## Entregadores de aplicativos fazem protesto nacional

Entregadores de aplicativos realizaram protesto nacional por melhor remuneração e fim de bloqueios nos apps, entre outras demandas. Em SP, manifestações de sete horas reuniram cerca de mil, diz sindicato. Mercado A21

## Hong Kong vive batalha campal no 1º dia de nova lei

Hong Kong virou palco de uma batalha campal entre ativistas pró-democracia e policiais no primeiro dia de vigência da nova lei de segurança nacional, imposta por Pequim ao território. Ao menos 370 pessoas foram presas. Mundo A16

**AUDIÊNCIA MÉDIA**  
PÁGINAS VISTAS 266.747.984  
VISITANTES ÚNICOS 44.823.539

ISSN 1610-8721  
9 7971414 720564

# Mortos passam de 60 mil, e reabertura congestionna UTIs

Número de óbitos dobra em menos de um mês; 13 capitais têm mais de 80% da terapia intensiva ocupada

O Brasil ultrapassou ontem a marca de 60 mil mortos pela Covid-19. São 66,733 vítimas da doença e 1.453.369 casos, segundo o consórcio de veículos de imprensa. No mundo, o país só perde para os EUA, que têm 127 mil óbitos.

A primeira morte pelo novo coronavírus foi anunciada em 16 de março; em 2 de junho, 30 mil tinham perdido a vida, número que dobrou em menos de um mês. Pela décima semana seguida, a taxa de contágio sobe.

Segundo cálculos do Impetrial College, um dos principais centros de acompanhamento da doença, a chamada Rt no Brasil está em 1,03 —o número indica quantas pessoas na média cada infectado transmite o patógeno.

A ocupação dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para tratamento da Covid-19 voltou a subir nas últimas semanas e já supera o patamar de 80% em pelo menos 13 capitais. Em Natal (RN), ela já alcança 100%.

Na maioria desses locais o número de casos cresceu após a retomada de atividades econômicas. Saúde B5 E87

**Ex secretário diz que, em março, Saúde já projetava até 100 mil óbitos** Saúde B6



Entregadores de aplicativos durante protesto ontem na avenida Paulista por melhores condições de trabalho Bruno Santos/Folhapress

“Estamos muito próximos do platô aqui em SP”

João Dória, sobre a curva da pandemia no estado Saúde B7

## Decotelli afirma que FGV tentou destruir imagem

Embora não fosse contratado fixo como professor na pós-graduação, Carlos Decotelli lecionou e ainda leciona na FGV. Nota da instituição foi determinante para seu pedido de demissão como ministro da Educação. Cotidiano B1

## Falta de sedativos impede cirurgias nas Santas Casas

Saúde B8

## Ilustrada B10

Tops negras lideram novas denúncias de racismo na indústria da moda brasileira

## Esporte B15

Clubes de SP voltam aos treinos, mas retorno do Paulista continua incerto

## Facebook anuncia que vai priorizar notícias com fonte

A empresa mudará a classificação das notícias e dará mais destaque a informações em primeira mão e produzidas por jornalistas identificados. Sites que não sejam transparentes sobre equipe editorial serão rebaixados. Mercado A23

## Imagem ambiental no exterior motiva pacote do governo

O governo tentará acalmar investidores estrangeiros a respeito da gestão ambiental do Brasil. Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Relações Exteriores preparam videoconferências e uma campanha publicitária. Mercado A22

## Reabertura sem escolas pode aumentar desigualdade

As mulheres, sobretudo negras, serão as mais afetadas se atividades econômicas forem retomadas e as escolas ficarem fechadas, mostra estudo. Quase 9 em cada 10 trabalhadores que vivem sozinhos com filhos menores de 14 anos são mulheres.

Pretas e pardas são 54% da força de trabalho feminina, mas formam 64% dos profissionais que são mães solo —que mais dependem das escolas. Para especialistas em desigualdade, reabertura deveria estar integrada à volta às aulas. Mercado A19

## EDITORIAIS A2

### Alvo errado

Sobre projeto que busca combater as fake news.

Educação à deriva  
Acerca de queda vexaminosa de titular do MEC.

### Mariliz P. Jorge

Máscara é coisa de esquerdista comunista? A2

### Ítalo, 7, é a sétima criança neste ano a morrer baleada no Rio B4

### Amazônia registra em junho recorde de queimadas

Ambiente B8

“Ditadura quebrou uma geração”, diz jornalista Virginia Cavalcanti, 71, testemunhou a sexta-feira sangrenta de 1968 e o momento em que foi feita foto emblemática do episódio. Ela conta detalhes de sua rotina de repórter e como saiu do país. Poder A14

Rússia abre espaço para Putin ficar até 2036  
Referendo com mudanças constitucionais teve apoio maciço dos russos. Cerca de 73% aprovaram que o presidente fique no poder após 2024, possa tentar a reeleição nesse ano e também em 2030. Mundo A17

NÃO É TOYOTA. NÃO É HONDA.  
NÃO É VOLKSWAGEN. É MUITO MAIS.

É A NOVA TECNOLOGIA QUE  
ESTÁ CONQUISTANDO O MUNDO.

VEJA NAS PÁGINAS 6, 7, 8 E 9.

Fonte: Acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo*.